

Liliana Isabel Moreira da Silva Soares

Trajetórias de Crianças Pautadas pela Violência Interparental

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Porto, 2013

Liliana Isabel Moreira da Silva Soares

Trajetórias de Crianças Pautadas pela Violência Interparental

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Porto, 2013

Liliana Isabel Moreira da Silva Soares

Trajetórias de Crianças Pautadas pela Violência Interparental

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, na área de especialização em Psicologia Clínica e da Saúde, sob a orientação da Professora Doutora Ana Isabel Sani.

Liliana Isabel Moreira da Silva Soares

RESUMO

A proliferação de investigações, quer teóricas quer empíricas, visando compreender o impacto da violência interparental no ajustamento da criança, tem contribuído para a desconstrução das barreiras que sustentavam a invisibilidade, científica e social, deste flagelo social. Porém, ainda que no plano internacional o estudo da exposição da criança à violência interparental tenha aumentado exponencialmente, especificamente em Portugal, o investimento científico no estudo deste fenómeno é ainda recente e escasso. Paralelamente, é possível constatar-se que neste domínio prevalecem as investigações quantitativas focalizadas no impacto da exposição à violência, de modo que muitas perguntas sobre a vida dessas crianças continuam sem resposta, uma vez que continua a existir pouca investigação empírica que se debruce sobre a experiência subjetiva da criança. Deste modo, a presente investigação pretende analisar o discurso de crianças expostas à violência interparental e compreender de que forma a experiência de vitimação afetou as suas perceções no que concerne à perceção que têm de si mesmas, do significado de violência, da mãe e respetivas práticas educativas maternas. Adicionalmente, e com o intuito de complementar a análise, optámos por comparar as perceções das crianças com as das respetivas mães, quanto à experiência de vitimação das suas crianças, uma vez que a vivência destas crianças nem sempre é coincidente com o que é percebido pelas progenitoras. Para o efeito constituiu-se uma amostra de doze participantes (seis crianças com experiência de exposição à violência interparental, com idades compreendidas entre os seis e os dez anos, e respetivas progenitoras), os quais foram submetidos a uma entrevista semiestruturada em profundidade, para posterior análise dos dados segundo os preceitos da *Grounded Analysis*. Os resultados reforçam a posição inicial de que a exposição à violência interparental tem um impacto negativo no ajustamento psicossocial da criança, sendo este fortemente influenciado pelos significados que as crianças atribuem às suas experiências de vitimação. Ainda que o acesso ao discurso interno do sujeito e a possibilidade de triangulação das fontes se revistam de particular relevo para a compreensão mais aprofundada do impacto da violência interparental nas crianças, no presente estudo não se notaram diferenças significativas entre os relatos das crianças e os relatos das progenitoras. Com este trabalho pretendemos reforçar a contínua investigação nesta área, no sentido de promover uma maior consciencialização, social e científica, sobre a extensão e severidade do fenómeno em epígrafe.

ABSTRACT

The proliferation of theoretical and empirical research to understand the impact of interparental violence on child's adjustment, has contributed to the deconstruction of barriers that held the invisibility, scientific and social, of this social scourge. However, although internationally the study of children's exposure to interparental violence has increased exponentially, specifically in Portugal, the scientific investment in studying this phenomenon is recent and still scarce. In parallel, it can be seen up in this area prevail the quantitative studies focused on the impact of exposure to violence, so that many questions about the lives of these children remain unanswered, since there is still little empirical research about child's subjective experience. Thus, the current investigation aims to analyze the speech of children exposed to interparental violence and understand how the experience of victimization affected their perceptions regarding their perception of themselves, the meaning of violence, the mother and respective educational practices. Additionally, in order to complement the analysis, we chose to compare the perceptions of the children with the respective mother's perceptions of their children's victimization, since these children's experience isn't always coincident with what is perceived by their mothers. For this purpose a sample of twelve participants was constituted (six children with experience of exposure to interparental violence, with ages between six and ten years, and their respective mothers), which were underwent an in-depth semi-structured interview, to further analysis of the data according to the precepts of Grounded Analysis. The results reinforce the initial position that exposure to interparental violence has a negative impact on children's psychosocial adjustment, which is strongly influenced by the meanings that children attach to their victimization experiences. Although access to the internal discourse of the subject and the possibility of triangulation of sources is of particular importance for the better understanding of the impact of interparental violence on children, in the current study we found no significant differences between children's and mother's reports. With this work we intend to strengthen the ongoing research in this area, to promote greater social and scientific awareness of the extent and severity of the phenomenon in epigraph.

Ao meu Pai e à minha Mãe,
sem os quais esta longa e exaustiva trajetória não teria sido
exequível.

À Professora Doutora Ana Isabel Sani,
minha orientadora e querida professora, por me ajudar a
acreditar que esta trajetória poderia ser levada a
bom porto.

A todos os Meninos e Meninas,
que, ao cruzarem-se comigo, tiveram a coragem de partilhar as
suas trajetórias de vida, marcando indelevelmente a
minha própria trajetória de vida.

AGRADECIMENTOS

Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.

(Antoine de Saint-Exupéry)

Muitas foram as pessoas que me acompanharam e ajudaram a concretizar este trabalho, pelo que, neste momento, apenas me resta deixar os meus sinceros agradecimentos impressos em papel, às extraordinárias pessoas que, através de críticas e conselhos, partilha de saberes e apoio inexaurível, me auxiliaram na tarefa de levar esta trajetória a bom porto e esperar que algum dia tenha a oportunidade de retribuir...

Assim, agradeço profunda e infinitamente:

À Professora Doutora Ana Isabel Sani, acima de tudo pela capacidade em me inspirar, desafiar, e motivar a ser melhor profissional, a ser melhor do que sou. **MUITO OBRIGADA...** pelo grande incentivo, eterna paciência, inesgotável disponibilidade e confiança, em mim e no meu trabalho, mesmo nos momentos em que as minhas inseguranças não me permitiam ver mais além.

À Professora Mestre Sónia Alves, que um dia acreditou em mim e ensinou-me a voar sem medo.

À APAV, e em especial ao Gabinete de Apoio à Vítima do Porto, pela forma notável com que me acolheram durante a realização do estágio curricular.

Às minhas supervisoras de estágio, Dra. Ana e Dra. Elisabete, testemunhas do meu crescimento pessoal e profissional.

A todos os meninos e meninas que participaram neste estudo, e respetivas progenitoras, pela riqueza das suas experiências e histórias de vida que me tocaram e inspiraram na esfera profissional, extrapolando naturalmente para a esfera pessoal, fomentando em mim a determinação em otimizar as minhas competências como pessoa e como profissional.

Aos meus pais, irmãos, cunhados e sobrinhas, exemplos de paciência, dedicação e amor. MUITO OBRIGADA, sem vocês não seria nada, não poderia querer ser coisa alguma! Longe ou perto... Estão sempre comigo!

Ao Zé, porque nunca me esquecerei tudo o que fizeste por mim!

A todos os meus amigos de longa data, em especial Bi, Mi, Claudinha, Sarinha, Cláudia, Susana, Xico e Zé João, fontes inesgotáveis de inspiração e de coragem. OBRIGADA... pela vossa eterna compreensão e infindável paciência, pelo vosso perpétuo apoio e incomensurável incentivo que foram indubitavelmente decisivos, particularmente naqueles momentos mais difíceis, de desesperança e desacreditação.

Aos colegas e amigos da UFP, especialmente Joana, Verónica, Mariana, Laetitia, Cláudio e Rúben por me ensinarem que o “amanhã” tem sempre outra cor. Obrigada, sobretudo por acreditarem em mim, ajudando-me no processo de desconstrução das barreiras que me dificultavam a tarefa de ser eu mesma, de ser feliz.

Aos mais recentes, mas não menos importantes e especiais amigos, Rubi e Edgar, que por serem simplesmente quem são e sem qualquer esforço ou dificuldade se tornaram família... OBRIGADA pela bênção maravilhosa que têm sido na minha vida; OBRIGADA pelo amor e apoio constante com que sempre me presentearam, mesmo quando ainda mal nos conhecíamos... *¡Los quiero mucho!*

Ao Tiago, pelo carinho... OBRIGADA pela tua tão sublime capacidade em acalmar todas as minhas angústias, e acima de tudo por sempre teres acreditado em mim e dessa forma tão peculiar, tão única, tão tua me teres feito acreditar em mim, dando assim um especial significado à minha existência!

A todos o meu sincero,

Muito Obrigada!

Para ser grande, sê inteiro: nada
Teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és
No mínimo que fazes.
Assim em cada lago a lua toda
Brilha, porque alta vive.

RICARDO REIS

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
Capítulo I – A Família como Espaço de Dualidades e Contradições Afetivas	6
Sinopse	6
1.1. Família: (In)Definições conceituais	7
1.1.1. A família à luz do pensamento sistémico	8
1.1.1.1. A (dis)funcionalidade familiar como fator potenciador de violência	10
1.2. Violência doméstica: Um outro olhar sobre a família	14
Síntese	19
Capítulo II – A Violência Interparental na Vida da Criança	21
Sinopse	21
2.1. Exposição da criança à violência interparental: (Re)Conhecendo o fenómeno	22
2.1.1. A controvérsia científica em torno do conceito e sua definição	24
2.1.2. Alguns dados para reflexão sobre a exposição à violência interparental	26
2.2. Experiência da violência interparental: Compreendendo o fenómeno	28
2.2.1. O impacto da violência interparental no ajustamento da criança	29
2.2.1.1. Os efeitos da exposição à violência interparental	32
2.2.1.2. As variáveis mediadoras do impacto da violência interparental	39
2.2.2. A construção de significados da experiência de vitimação	48
2.2.2.1. Modelo cognitivo-contextual	49
2.2.2.2. Modelo de segurança emocional	51
Síntese	53

PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO	55
Capítulo III – (Re)Visitando as Trajetórias de Crianças Pautadas pela Violência	
Interparental	56
Sinopse.....	56
3.1. Fundamentação metodológica: A metodologia qualitativa.....	57
3.2. Método	58
3.2.1. Participantes	58
3.2.2. Instrumentos	59
3.2.3. Procedimento	60
3.3. Apresentação dos resultados	62
3.3.1. Tratamento e análise dos resultados	62
3.3.2. Análise categorial do grupo de crianças	63
3.3.3. Análise categorial do grupo de progenitoras	76
3.4. Discussão dos resultados	88
Síntese.....	93
CONCLUSÃO.....	94
REFERÊNCIAS	97
ANEXOS	131

INTRODUÇÃO

A família tem sido universalmente reconhecida como o espaço por excelência para a elaboração e aprendizagem de dimensões significativas da interação, tais como: contactos corporais, linguagem, comunicação, relações interpessoais (Alarcão, 2006). Igualmente, a família tem sido considerada como um espaço crucial para a vivência e manifestação de uma pluralidade de afetos, emoções e sentimentos entre todos os elementos (Dias, 2004), sendo estes fundamentais para o estabelecimento de relações afetivas profundas, que “vão dando corpo ao sentimento de sermos quem somos e de pertencermos àquela e não a outra qualquer família” (Alarcão, 2006, p. 37). Contudo, e não obstante estas particularidades acerca da família, embora durante muito tempo a família tenha sido sinónimo de afeto incondicional (Neves & Romanelli, 2006), são inúmeros os estudos que nos dão conta da conflitualidade e violência que se manifesta na família (Pais, 1999), sendo precisamente neste contexto que a criança, em diversos casos, descobre pela primeira vez a violência e o inesperado (Fischer, 1992).

Assim, quando falamos de violência¹ é, portanto, inevitável incluir a violência doméstica, “da qual emerge a que é exercida sobre o seu elemento mais frágil – a criança” (Canha, 2008, p. 17). Com efeito, para muitas crianças o lar está longe de ser um “porto seguro” (UNICEF, 2006, p. 3), um “refúgio da intimidade e da privacidade” (Pais, 1999, p. 328); em muitas ocasiões, as crianças, não só são o alvo da violência dos seus pais, como também são vítimas (ainda que indiretas) da violência entre os pais (Holden, 1998). E foi precisamente a partir desta constatação que, na década de 80 (Kitzmann, Gaylord, Holt, & Kenny, 2003; Wolfe, Crooks, Lee, McIntyre-Smith, & Jaffe, 2003), a situação das crianças expostas à violência interpaparental começou a suscitar uma crescente preocupação, social e científica, que, tal como Sani (2006b) observa, parece, por um lado, ser contingente à construção da violência conjugal como problema social (Loseke, 1997; Straus, Gelles, & Steinmetz, 1980) e, por outro, ter sido estimulada pela existência de uma maior consciência pública e profissional do problema do abuso infantil no geral (Nelson, 1984), e do abuso psicológico da criança em particular (Brassard, Germain, & Hart, 1983; Garbarino, Guttman, & Seeley, 1986, as cited in Peled & Davis, 1995; Hughes & Graham-Bermann, 1998).

¹ De entre as diversas definições, salientamos a de Manita (2005): “qualquer forma de uso intencional da força, coação ou intimidação contra terceiro ou toda a forma de ação intencional que, de algum modo, lese os direitos e necessidades dessa pessoa” (p. 7).

Apesar de ainda não haver consenso entre a comunidade científica de que a exposição à violência interpaparental constitui o quinto tipo de mau trato infantil² (Alberto, 2010; Cunningham & Baker, 2005; Holden, 2003), alguns autores têm vindo a reconhecer esta problemática como uma forma de mau trato psicológico (Graham-Bermann, Gruber, Howell, & Girz, 2009; Jaffe, Lemon, & Poison, 2003; Rossman Hughes, & Rosenberg, 1999; Sani, 2008a). A este propósito, e alicerçando-nos na definição de Peled e Davis (1995) que defende que o mau trato psicológico pode revestir-se de diferentes formas – que podem ir desde aterrorizar a criança, forçá-la a viver em ambientes perigosos, até a expor a modelos de papéis negativos e limitados, encorajando a rigidez, a autodestruição, os comportamentos violentos e antissociais – compete-nos justificar dizendo que não é difícil perceber que as crianças que crescem em lares caracterizados pela violência entre os pais, obrigadas a viver num ambiente hostil, stressante e instável, onde estão expostas a situações aterrorizantes que as tornam vulneráveis a uma panóplia de consequências, são de facto vítimas de maus tratos psicológicos (Holden, 2003).

Face a este entendimento, um expressivo corpo teórico (e.g., Cummings & Davies, 1994; El-Sheik, Harger, & Whitson, 2001; Emery, 1982; Goeke-Morey, Cummings, & Papp, 2007; Grych & Fincham, 1990) tem vindo, nas últimas décadas, a analisar e a documentar as repercussões negativas que a violência interpaparental acarreta no ajustamento global da criança, contribuindo para uma maior visibilidade social e científica do fenómeno.

Porém, ainda que o estudo desta problemática tenha aumentado exponencialmente no plano internacional (Holden, 2003; Øverlien, 2010), revelando números “alarmantes” (Osofsky, 1998, p. 95), em Portugal, o investimento científico no estudo deste fenómeno é ainda recente e escasso, devendo-se a isso a carência de uma expressão numérica deste problema (Sani, 2003, 2006b), embora determinadas investigações científicas (e.g., Almeida, 2011; Caprichoso, 2010; Coutinho, 2008; Rodrigues, 2006; Sani, 2003, 2011) preconizem que este fenómeno constitui uma

² Qualquer ato de comissão ou de omissão contra uma criança por parte dos seus pais ou responsáveis que resulta em dano, potencial dano ou ameaça de dano (Leeb, Paulozzi, Melanson, Simon, & Arias, 2008), mesmo que o dano não seja intencional (Gilbert et al., 2009). Quatro tipos de maus tratos são amplamente reconhecidos na literatura: mau trato físico, abuso sexual, mau trato psicológico (por vezes reconhecido como mau trato emocional) e negligência (Holden, 2003; Gilbert et al., 2009; Leeb et al., 2008).

realidade não negligenciável, cobrindo uma multiplicidade de consequências adversas na criança, que podem ser evidenciadas a curto, médio e longo prazos, e que se traduzem (entre outros) em problemas de internalização (e.g., depressão, ansiedade, baixa autoestima) e de externalização (e.g., agressividade, delinquência) (Bourassa, 2007; DeBoard-Lucas & Grych, 2011b; Jaffe et al., 2003; Jouriles, Norwood, McDonald, & Peters, 2001; Shen, 2009). Além disso, a grande maioria da investigação neste domínio tem-se centrado essencialmente na descrição do impacto da exposição à violência, recorrendo à abordagem quantitativa, numa lógica de causa-efeito, em detrimento de uma visão compreensiva, pelo que hoje em dia continua a saber-se ainda muito pouco sobre os significados construídos pelas crianças face a uma experiência de exposição à violência interpaparental (Coutinho & Sani, 2008a; Rodrigues, 2006; Sani, 2004b, 2011).

Por tudo isto, surgiu a motivação que conduziu à conceção e desenvolvimento de uma investigação que, por um lado, contribuísse para reforçar o (re)conhecimento do fenómeno da exposição da criança à violência interpaparental e, por outro, desse “voz” à criança, “aos verdadeiros protagonistas das histórias que queremos contar” (Sani, 2003, p. 3), no sentido de se perceber, através do seu próprio discurso, as significações construídas na sequência da sua experiência de vitimação (Sani, 2011). Assim, e considerando, tal como refere Sani (2011), que “aprofundar esse saber pressupõe tempo, a opção por uma metodologia de investigação qualitativa e o assumir da criança como elemento central de todo o processo de investigação” (p. 15), desenvolvemos um estudo empírico de cariz qualitativo com o objetivo de avaliar as perceções de crianças expostas à violência interpaparental, nomeadamente no que concerne à perceção que têm de si mesmas, do significado de violência, da mãe e respetivas práticas educativas maternas. Adicionalmente, e com o intuito de complementar a análise, optámos por comparar as perceções das crianças com as das respetivas mães, quanto à experiência de vitimação das suas crianças, uma vez que a vivência destas crianças quando expostas à violência interpaparental nem sempre é coincidente com o que é percecionado pelas progenitoras. Pelo que, em virtude disto, o acesso ao discurso interno do sujeito e a possibilidade de triangulação das fontes revestem-se de particular relevo para a compreensão do impacto da violência interpaparental no ajustamento das crianças (Kuo, Mohler, Raudenbush, & Earls, 2000; McDonald, Jouriles, Tart, & Minze, 2009; Sternberg, Lamb, Guterman, & Abbott, 2006).

A presente dissertação está organizada em duas grandes partes. A primeira parte é constituída pelo enquadramento teórico e subdivide-se em dois capítulos.

O primeiro capítulo pretende constituir-se como uma (breve) contextualização do cenário que compõe a problemática da exposição da criança à violência interpaparental e considera as questões em torno da família segundo um ponto de vista sistémico, a (dis)funcionalidade da família como um potencial fator de risco para o exercício de violência no contexto familiar e as questões mais gerais do fenómeno da violência doméstica.

O segundo capítulo pretende dedicar-se ao tema central desta investigação. Concretamente, neste momento da dissertação são abordados alguns aspetos da evolução histórica do fenómeno, a controvérsia científica em torno do conceito e da sua definição e alguns dados para reflexão sobre o fenómeno, quer da realidade portuguesa, quer internacional, o impacto da violência interpaparental no ajustamento da criança, fazendo referência aos seus efeitos, bem como às variáveis mediadoras que contribuem para a minimização do impacto negativo da experiência, e por fim recorreremos aos modelos mais pertinentes para explicar a forma como a criança constrói a sua experiência de vitimação, designadamente o modelo *cognitivo-contextual*, e o modelo de *segurança emocional*.

Já a segunda parte deste trabalho circunscreve-se à componente empírica e contém o terceiro e último capítulo. Neste capítulo apresentam-se os aspetos concernentes à investigação realizada, abordando os objetivos do estudo, a identificação e justificação da metodologia adotada e o método, assim como os resultados obtidos e a discussão e interpretação dos mesmos. Terminamos este trabalho apontando as conclusões que se afiguram como as mais pertinentes, reservando simultaneamente um espaço para se reconhecer as limitações deste estudo e sugerir algumas direções para futuras investigações.

Por fim, e atendendo às palavras de Santos (2009), ao longo das próximas páginas encontrar-se-á “a partilha de uma estrutura de pensamento, sempre questionável, discutível e, nesse sentido, sujeita a crítica. Esperamos, por isso, que os argumentos apresentados suscitem debate e controvérsia, pois só assim poderemos avançar em ciência” (p. 31).

PARTE I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo I

A Família como Espaço de Dualidades e Contradições Afetivas

Como em qualquer teatro, a família tem bastidores. Nos bastidores, há que preparar-se, maquilhar-se, revestir a armadura do ator. Os bastidores – como a alma – são um espaço mantido secreto, não aberto ao público. Local de sombra e de mistério, o que aí se esconde é a condição do que se mostra, também é a sua vergonha quando, por acidente, o que deve ser escondido se deixa ver.

(Danziger, 2002, p.55)

Sinopse

A proliferação discursiva em torno do fenômeno da violência que ocorre no contexto doméstico tem vindo incessantemente a aumentar nos últimos anos e, conseqüentemente, a (re)afirmar o “caráter paradoxal da família” (Dias, 2001, p. 103). Deste modo, apesar de continuar a ser idealizado como um espaço por excelência “de afeto, de segurança e de conforto” (Matos & Machado, 1999, p. 373), o lar também constitui um espaço onde as experiências vividas e partilhadas podem evidenciar níveis elevados de insegurança, de conflito e de violência (Costa & Duarte, 2000; Dias, 2004; Fischer, 1992; Pais, 1999).

Face a esta realidade, o presente capítulo é um convite à reflexão sobre a família como espaço de dualidade e de contradições afetivas, uma vez que é no seio familiar que o fenômeno em epígrafe se pratica e se perpetua, sendo por isso fundamental efetuar-se uma (breve) contextualização do cenário que o compõe. Assim sendo, num primeiro momento, pretendemos, por um lado, demonstrar a riqueza e proficuidade de se refletir sobre as questões em torno da família segundo um ponto de vista sistémico e, por outro, reconhecer a (dis)funcionalidade da família como um potencial fator de risco para o exercício de violência no contexto familiar. Num segundo momento, e com o intuito de fazer uma aproximação ao nosso objeto de estudo, procuramos (re)lançar uma outra perspectiva sobre a família, revelando-a (não só... mas também) como um espaço privilegiado para o exercício de violência, pelo que aqui pretendemos debruçar-nos sobre as questões mais gerais do fenômeno da violência doméstica.

1.1. Família: (In)Definições conceituais e teóricas

Nas palavras de Saraceno (1992), a família não pode ser considerada “como um sistema fechado em si mesmo, mas como um complexo ator social, mergulhado em múltiplos processos interativos com a sociedade em que se insere: nem puramente passiva, nem absolutamente autónoma” (p. 16). Efetivamente, a família não é um grupo institucionalizado³ passivo e estático, mas antes flexível e dinâmico que, ao longo do tempo, tem sofrido profundas e significativas alterações, como forma de se adaptar e de se estruturar face às constantes exigências e transformações vigentes que caracterizam a sociedade em determinada época. Do mesmo modo, as sucessivas alterações nos padrões familiares têm contribuído para a ocorrência de mudanças sociais, de tal forma que nos remete para a existência de influências recíprocas entre a sociedade e a família (Dias, 2000b; Hintz, 2001; Relvas, 2003). Assim, a família, tal como hoje a conhecemos, não pode ser considerada, na sua estrutura e na sua dinâmica, como um produto final e único. “Numa ‘sociedade em mudança’ a família muda também, na sua lógica, no seu ritmo, nos seus horizontes, nos conteúdos das suas práticas” (Esteves, 1991, p. 99).

Ainda que intuitivamente, todas as pessoas têm uma conceção e até uma atitude básica em relação à família (Gimeno, 2001). Esta conceção emerge em grande parte das emoções e dos sentimentos que gravitam em torno do vasto leque de experiências e acontecimentos que vão ocorrendo no seio da nossa própria família e das relações sociais que vamos estabelecendo ao longo da nossa vida. De facto, a noção de família inscreve-se tão fortemente na nossa prática quotidiana que emerge implicitamente em cada indivíduo como um facto natural e, conseqüentemente, como um facto universal (Héritier, 1989). Contudo, Relvas (1996) defende que “sentimento e conhecimento (pessoal e científico) fazem-nos encarar a família como um emaranhado de noções, questões e, mesmo, de contradições e paradoxos” (p. 9). Mas, por outro lado, sabemos que este emaranhado de questões em torno da família pode ser compreendido à luz do pensamento sistémico,⁴ uma vez que este lhe imprime uma dimensão espacial (normas,

³ A família, construída com base nas relações de parentesco cultural e historicamente determinadas, inclui-se entre as instituições sociais básicas (Carvalho & Almeida, 2003), sendo hoje em dia reconhecida como uma, senão a mais importante, base da vida social (Dias, 2000b).

⁴ Apesar de aqui privilegiarmos a corrente sistémica, tal não significa que outros ramos da psicologia não consigam, igualmente, prestar o seu contributo científico no estudo e análise da família (Oliveira, 2002).

estrutura e interação familiares) e uma dimensão temporal (desenvolvimento, evolução e continuidade), existindo entre estas duas dimensões uma permanente interação que vai articular os diferentes contextos relacionais da vida familiar com o seu próprio desenvolvimento e com a continuidade transgeracional (Alarcão, 2006; Relvas & Alarcão, 2007).

Neste sentido, no que respeita ao ponto de vista sistémico sobre a família, assumimos que este demonstra pertinência enquanto instrumento de leitura e reflexão da unidade total (família) e da totalidade de unidades (indivíduos) por quem essa família é composta, num tempo e num espaço determinados (Alarcão, 2006).

1.1.1. A família à luz do pensamento sistémico

Existe na literatura uma multiplicidade de significados em torno do conceito de família que têm suscitado as mais variadas definições em cada ciência (Antropologia, Sociologia, Psicologia, etc.), dificultando a tarefa de a descrever de forma unívoca e consensual (Gimeno, 2001; Hintz, 2001; Oliveira, 2002; Relvas, 1996; Saraceno, 1992). No entanto, apesar da heterogeneidade conceptual, existe algum consenso entre os autores de inspiração sistémica, uma vez que ao conceito de família surgem sempre idiossincraticamente inerentes, um conjunto de características, de entre as quais se destaca uma: a importância de a contemplar como “um ‘ser’ uno e particular” (Relvas, 1996, p. 10). Por conseguinte, o mais importante passa por considerar a família como um sistema,⁵ um todo organizado, uma globalidade que apenas pode ser compreendida de forma articulada segundo uma visão holística (Alarcão, 2006; Relvas, 1996, 2003).

Atendendo a esta perspectiva, a família pode ser considerada como um sistema, visto que: é constituída por objetos (componentes) e respetivos atributos (características) e relações; faz parte de outros contextos (sistemas) com os quais coevolui, nomeadamente a comunidade ou a sociedade, sendo composta por outras totalidades mais pequenas (subsistemas), as quais constituem-se como partes do grupo total, todos eles ligados de forma hierarquicamente organizada; e possui limites ou

⁵ Os autores e as teorias atuais de inspiração sistémica, que se debruçam sobre o estudo e análise da família, apoiam-se na Teoria Geral dos Sistemas, formulada por Ludwig von Bertalanffy (1972, as cited in Alarcão, 2006). O precursor da teoria definiu *sistema* como um “conjunto de unidades em inter-relações mútuas que incluem, simultaneamente, função e estrutura” (Bertalanffy, 1968, as cited in Relvas, 2003, p.18), ou seja, constitui-se como uma unidade composta por elementos que interagem entre si, interligados por determinados vínculos e transações (Gimeno, 2001).

fronteiras que, por um lado, a distinguem do seu meio e, por outro, delimitam os vários subsistemas que contém (Alarcão, 2006).

Ainda que o sistema familiar assuma um caráter unitário, não se trata de um sistema isolado e fechado sobre si mesmo, sendo antes conceptualizado como um sistema aberto, devido às trocas de informação que estabelece com o exterior, tratando-se, portanto, de um sistema de interação que influencia e é influenciado pelo meio no qual se integra (Alarcão, 2006; Gimeno, 2001). Enquanto sistema aberto, a família é caracterizada por três propriedades gerais que se aplicam à interação (Alarcão, 2006): *totalidade*, que significa que a família como um todo não pode ser reduzida à soma dos seus elementos nem dos seus atributos, sendo fundamental observar a interação dos mesmos e equacionar o seu desenvolvimento como sistema total; *equifinalidade*, que nos diz que a condições iniciais idênticas podem corresponder resultados diferentes e vice-versa, ou seja, os resultados não dependem tanto das condições iniciais, mas antes do processo que se organiza em torno de uma finalidade; *retroação*, que declara que o comportamento de um membro não é suficiente para explicar o comportamento de um outro membro e vice-versa, sendo, portanto, imprescindível adotar uma visão circular das interações.

A família, tal como supramencionado, é constituída por totalidades mais pequenas, designadas de subsistemas. De acordo com a literatura (Alarcão, 2006; Relvas, 1996), numa família podem distinguir-se essencialmente quatro subsistemas: *individual*, constituído pelo próprio indivíduo; *conjugal*, que desponta quando duas pessoas se casam,⁶ formando uma nova família, um novo sistema, sendo este determinante para o desenvolvimento dos outros subsistemas e responsável pelos padrões transacionais que se instalam na família;⁷ *parental*, que surge com o nascimento do primeiro filho, num contexto específico (familiar), repleto de expectativas, crenças e valores, onde a partir das interações entre pais e filhos, as crianças aprendam a noção de autoridade e a forma de negociar e de lidar com o conflito, mas também a desenvolver o sentido de filiação e de pertença familiar; *fraternal*, composto pelos irmãos e que

⁶ Neste contexto, casar refere-se a um compromisso assumido por duas pessoas, não sendo absolutamente necessária a sua legalização (Relvas, 1996).

⁷ Isto significa que o subsistema conjugal é um subsistema natural do qual depende a satisfação e funcionalidade da família (Gimeno, 2001). Assim, quando este subsistema não funciona adequadamente, a sua disfuncionalidade repercute-se em todo o sistema familiar (Alarcão, 2006). Daí a relação conjugal ser amplamente reconhecida como o núcleo de solidariedade familiar, bem como o elemento-chave na determinação da qualidade de vida familiar (Erel & Burman, 1995; Mosmann & Wagner, 2008).

compreende as funções de socialização e de experimentação de papéis face aos sistemas extrafamiliares (escola, grupo de amigos, entre outros) (Alarcão, 2006).

O facto de os subsistemas apresentarem funções distintas, mas estarem intimamente relacionadas, e de os mesmos indivíduos poderem pertencer simultaneamente a diferentes subsistemas, tudo isto remete para a necessidade de se definir claramente os limites ou fronteiras dos subsistemas dentro do sistema e deste último com o exterior (Alarcão, 2006; Gameiro, 1998). Importa referir que a permeabilidade dos limites pode variar dentro do sistema familiar, pelo que a funcionalidade da família está em conseguir estabelecer-se, segundo as necessidades e modificações familiares, uma flexibilidade dos limites (Alarcão, 2006; Gameiro, 1998; Minuchin & Fishman, 1981; Relvas, 2003).

Por tudo isto, e recorrendo às palavras de Gameiro (1998):

A família é uma rede complexa de relações e emoções na qual se passam sentimentos e comportamentos que não são passíveis de ser pensados com os instrumentos criados para o estudo dos indivíduos isolados. (...) A simples descrição de uma família não serve para transmitir a riqueza e complexidade relacional desta estrutura. (p. 187)

1.1.1.1. A (dis)funcionalidade familiar como fator potenciador de violência

Marc e Picard (1984, as cited in Relvas, 2000) defendem que “a perspectiva sistémica conduz a uma noção renovada do normal e do patológico, pondo em causa a própria noção de normalidade. (...) Chamamos ‘normal’ a tudo o que nos é familiar e ‘louco’ a tudo o que não compreendemos” (p. 437). Por sua vez, Relvas (1999) considera que a definição de “normalidade” transcende o domínio psicológico, tocando diretamente no cultural, social, político e ideológico. Não obstante, e ainda que seja difícil definir uma família “normal” ou uma família “saudável”, torna-se profícuo dispor de um conceito de funcionamento familiar “ideal” (Barker, 2000), porque permite a introdução da noção de problemas e dificuldades (Piszezman, 2007). Deste modo, a perspectiva sistémica converteu a noção de patologia na noção de disfuncionamento (do sistema, da família, etc.), ou seja, a família passou a ser abordada em termos de funcionalidade e disfuncionalidade (Relvas, 2000).

Assim, a família tem, ao longo do tempo, assumido funções para dar resposta às necessidades individuais dos seus componentes e às expectativas imperantes na sociedade. Segundo Relvas (1996), a família assume dois tipos de funções primordiais: as *internas*, que criam as condições facilitadoras do desenvolvimento e da proteção dos seus elementos; enquanto as *externas* prendem-se com a socialização, adequação e transmissão de uma determinada cultura. Deste modo, o cenário familiar, composto por um conjunto de influências que contribuirão para o desenvolvimento biopsicossocial da criança, constitui-se, como uma peça fundamental no processo de compreensão das trajetórias desenvolvimentais do indivíduo (Alarcão, 2006; Bem & Wagner, 2006).

De acordo com esta perspectiva, a família assume-se como a primeira agência de socialização das crianças, desempenhando por isso um papel imprescindível para o futuro da existência humana, pois é no seu seio onde são vividos e veiculados os valores e princípios, as crenças e os comportamentos que serão preponderantes para o processo de construção da identidade individual e social de cada criança e que, conseqüentemente, assegurarão a continuidade do ser humano de geração em geração (Gimeno, 2001; Gonçalves, 1997; Oliveira, 2002). Contudo, a literatura alerta-nos que a influência dos pais na criança não é absoluta, sendo condicionada por múltiplos fatores intrínsecos (características genéticas, idiosincrasia de cada filho, idade) e extrínsecos (familiares e extrafamiliares) (Cruz, 2005; Oliveira, 1994; Salvador & Weber, 2005). Tanto que as experiências precoces, vivenciadas no contexto familiar, influenciam, mas também são transformadas pelos acontecimentos subseqüentes (Soares, 2000). Como clarifica Soares (2000), “(...) o presente tem de ser compreendido à luz do passado, mas este só por si não explica o presente. O passado não acarreta imutabilidade no presente, mas é transformado no presente, em função das experiências ocorridas” (p. 386).

Por outro lado, a acrescentar a esta diversidade de aspetos com que fomos caracterizando a família, torna-se imperativo não ignorar que a família, em diversos casos, apresenta inúmeras dificuldades em cumprir as suas funções nos domínios da unidade biopsicossocial, desenvolvendo dinâmicas familiares disfuncionais, pautadas por relações conflituosas e opressivas, que acarretam repercussões devastadoras a curto e a longo prazos para os vários elementos que a constituem, quer na família como um todo, quer na sociedade em geral, representando por isso um cenário preocupante e

controverso sobre afeto e violência (Costa & Duarte, 2000; Dias, 2004; Fischer, 1992; Matos & Machado, 1999; Pais, 1999).

Mais concretamente, e segundo a abordagem sistêmica, a violência representa uma grave consequência do funcionamento familiar (Bersani & Chen, 1988; Goldner, 1998; Strauss, 1973), caracterizado, frequentemente, por um conjunto de problemas, tais como (Anderson & Schlossberg, 1999; Bersani & Chen, 1988; Kashani & Allan, 1998): comunicação pobre ou disfuncional; expressão indireta de sentimentos; regras inflexíveis; secretismo; falta de limites; altos níveis de *stress* (e.g., emprego/desemprego dos pais, luto, tensões financeiras e/ou maritais, gravidez não desejada, doença, mudanças na situação da família, etc.); isolamento face ao mundo exterior; consumo de álcool ou de outras substâncias; experiências dos parceiros nas suas famílias de origem, que promovem as crenças baseadas na aceitação da violência; entre outros.

Adicionalmente, esta abordagem defende que o funcionamento familiar decorre das sequências repetitivas de interação, nas quais cada elemento da família participa ativamente perpetuando o problema, querendo isto dizer que os problemas familiares traduzem-se num padrão interativo construído e sustentado por todo o sistema relacional (causalidade circular) (Dell, 1989; McConaghy & Cottone, 1998). Porém, importa salientar que a noção de causalidade circular tem sido alvo de sucessivas críticas por parte da comunidade científica, sobretudo por parte do movimento feminista,⁸ que entende que esta perspectiva considera que a violência que ocorre na esfera familiar é sustentada tanto por parte da(s) vítima(s), bem como por parte do(s) ofensor(es), negando, assim, a desigualdade de poder entre os parceiros (Goldner, 1998). Assim, ao responsabilizarem também a vítima, por um lado, minimizam a sua natureza vulnerável (Kashani & Allan, 1998) e, por outro, expressam a ideia de negação ou de uma certa tolerância relativa à violência perpetrada no seio familiar (Anderson & Schlossberg, 1999; McConaghy & Cottone, 1998; Saraga, 1996).

⁸ O movimento feminista (ou feminismo) consiste num movimento social que visa a equiparação dos sexos no que concerne ao exercício dos direitos cívicos e políticos, ou a denúncia e a luta contra as práticas sexistas (atitudes, práticas, hábitos e legislação), que agem com as pessoas relativas a um género (e exclusivamente por este motivo) como se de seres inferiores se tratassem, nomeadamente nos seus direitos, na sua liberdade, no seu estatuto, na sua oportunidade real de intervenção na vida social (Oliveira, 1969, Pintassilgo, 1981, as cited in Nogueira, 2000, 2001).

Nesta linha de raciocínio, Goldner (1998) esclarece que afirmar que ambos os parceiros participam mutuamente num processo interativo não significa que sejam mutuamente responsáveis por ele, ou pelos seus resultados catastróficos. Além disso, as autoras feministas defendem que a ênfase na análise da família como um sistema, a linguagem neutra em termos de gênero e a compreensão da violência como uma consequência do funcionamento familiar, mais do que como um problema em si mesmo, conduziram à subestimação do fenômeno da violência doméstica (Saraga, 1996).

Por outro lado, e apesar da validade destas críticas, alguns autores consideram que os membros de algumas famílias mantêm, tal como supramencionado, determinadas crenças (e.g., aceitação da violência) que impedem ou dificultam a capacidade da família para resolver problemas de forma eficaz e não violenta, pelo que, em situações de conflito, essas famílias tendem a ter poucas crenças facilitadoras que aumentem as opções para a resolução de problemas (Robinson, Wright, & Watson, 1994, as cited in Kashani & Allan, 1998). Por este e também por outros motivos:

As vítimas de violência doméstica/conjugal, embora pretendam claramente acabar com essa violência, podem não querer abandonar o companheiro, ou não querer que este seja condenado. Esta posição é perfeitamente legítima e deve ser encarada e levada em conta pelos profissionais que intervêm na área (...). (Manita, 2005, p. 10)

É neste contexto que, em nosso entender, a abordagem sistémica pode ser uma promissora mais-valia, já que considera que os problemas familiares, incluindo a violência na família, dizem respeito a todos os componentes do sistema familiar e, como tal, estes devem ser trabalhados no seio da própria família, no sentido de redefinirem-se os papéis, as funções e as responsabilidades de cada um, rompendo-se com a cumplicidade silenciosa em torno dos conflitos e restabelecendo-se a rede de comunicação (Araújo, 2002; Gelles & Maynard, 1987; Gentry & Eaddy, 1980). Face a este entendimento, e ainda que este problema possa levantar questões complexas aos profissionais, pela ressonância que a maior parte das situações tem em cada um, deve-se intervir junto da família no sentido de a auxiliar a ultrapassar a situação, bem como ajudar cada um dos seus membros no processo de resolução dos seus problemas (Alarcão, 2006).

1.2. Violência doméstica: Um outro olhar sobre a família...

Quando recuamos no tempo, podemos constatar que a violência ocorrida entre pessoas ligadas por laços de intimidade é prática comum desde tempos ancestrais, apresentando-se sob múltiplas formas, sem reducionismos ou expansionismos (Gelles, 1997). No entanto, até meados do século passado, o conflito e a violência não colocavam em risco a estrutura ou funcionamento familiar, pelo contrário, estes constituíam uma prática considerada necessária para o exercício da autoridade masculina, contribuindo, assim, para a disseminação de uma imagem de estabilidade e continuidade, ainda que fosse conseguida através da opressão e do constrangimento exercidos sobre os elementos mais dependentes e vulneráveis da família (Dias, 2004). De modo que, antes de se assumir a violência doméstica como uma questão pública e social, esta permaneceu silenciada, “escondida dos olhares públicos” (Matos & Machado, 1999), ocupando “um ‘lugar secreto’ na conjugalidade” (Pais, 1999, p. 328). Tal como Matos (2002) sublinha: “a privacidade daquilo que deveria permanecer ‘dentro de portas’ imperou” (p. 86).

Com efeito, este fenómeno permaneceu, durante muito tempo, um assunto ignorado, censurado e encoberto, quer pelas próprias famílias, quer pela sociedade em geral (Matos, 2006; Matos & Machado, 1999; Neves & Nogueira, 2004; Pais, 1999). Somente a partir da década de sessenta, a violência familiar começou a ser considerada como um grave problema social, quando um pediatra alemão, C. Henry Kempe, e seus colaboradores publicaram um artigo que descrevia o “síndrome da criança batida” (Alarcão, 2006; Dias, 2004, 2010; Kashani & Allan, 1998), procurando alertar o mundo para a realidade dos maus tratos infantis perpetrados pelos seus pais (Machado, 2005; Matos, 2002). Mais tarde, na década de setenta, com o ressurgimento do movimento feminista, designado de Segunda Vaga do Feminismo⁹, centralizou-se o discurso nas questões das mulheres e do género, particularmente na violência contra as mulheres, desvendando posteriormente outras situações, também elas com consequências devastadoras, nomeadamente o abuso sexual de crianças, as diversas formas de maus tratos a pessoas idosas, os maus tratos emocionais à criança, entre outras (Alarcão,

⁹ Historicamente, o feminismo pode ser dividido em três grandes vagas (Kaplan, 1992, as cited in Nogueira, 2000, 2001): a primeira, em meados do século XIX; a segunda, no período pós-guerra, na década de 60 e 70; e a terceira e atual vaga, denominada de pós-feminismo, que despontou nos anos 90 e terá permanecido até à atualidade.

2006; Dias, 2010; Doerner & Lab, 2008; Neves & Nogueira, 2003, 2004; Pais, 1999; Saraga, 1996). Em resultado disto, a violência doméstica gradualmente despertou a atenção da sociedade em geral, fomentando a adoção de medidas de política social e a proliferação de uma pluralidade de investigações científicas (Dias, 2004; Machado, 2005; Matos, 2002). A partir de então, na década de oitenta, no plano internacional, e na década de noventa, no plano nacional, este fenómeno alcançou o reconhecimento de flagelo social, reflexo de uma nova aquisição associada à redefinição dos papéis de género e à construção de uma maior consciencialização e renovada sensibilização social sobre a gravidade e dimensão do problema, assim como à afirmação dos direitos humanos que, conseqüentemente, desenvolveram uma maior intolerância perante atos de violência (Caridade & Machado, 2006; Doerner & Lab, 2008; Matos, 2002, 2006).

Não obstante a crescente visibilidade da violência perpetrada na esfera privada (família), que tornaram este fenómeno num tema central de domínio público, político e científico, e de se terem operado profundas transformações e redefinições dos papéis sociais no seio da família, convergindo todas no sentido de consagrar a família enquanto espaço de afeto, proteção, privacidade e autenticidade, esta não se encontra totalmente desprovida de violência, prevalecendo, ainda hoje, em diversos casos, a influência do costume dos nossos antepassados (Costa & Duarte, 2000; Matos, 2002; Matos & Machado, 1999). Tal como refere Reyes (2002): “Possuir o outro, dominá-lo, devorá-lo, incorporá-lo... em suma, matá-lo. Esta violência arcaica, canibalesca, não se extinguiu em nós, ela apenas se tornou mais civilizada, metafórica” (p. 41).

Neste sentido, e atendendo às palavras de Saraceno (1992):

Analogamente, ao lado das imagens também contemporâneas da família-refúgio, da família lugar de intimidade e da afetividade, espaço de autenticidade, arquétipo de solidariedade, da privacidade, juntam-se as imagens da família como lugar de inautenticidade, de opressão, de obrigação, de egoísmo exclusivo, a família como geradora de monstros, de violência, a “família que mata”. (p. 13)

De facto, esta problemática tem vindo a assumir dimensões preocupantes, sendo hoje universalmente reconhecida como um dos mais graves e exponenciais problemas sociais e de saúde pública, na medida em que: apresenta elevados custos, não só na esfera pessoal, mas também custos sociais e económicos (despesas no que concerne à

saúde, segurança social, polícia, justiça, etc.), para não falar das elevadas taxas de homicídio relacionadas com este fenómeno; afeta profundamente a qualidade de vida das pessoas, tendo repercussões não só na integridade física, mas também na saúde mental das vítimas; e atenta contra os direitos humanos.

Por outro lado, nas últimas décadas, este fenómeno alcançou, indubitavelmente, um lugar central nos discursos sociais, científicos e políticos em Portugal, à semelhança do que já vinha a acontecer noutros países, levando a que os poderes públicos definissem políticas de combate a um fenómeno que durante muito tempo permaneceu silenciado. Assim, em termos de legislação verificam-se profundos progressos, uma vez que, à luz do artigo 152.º do Código Penal Português (com a entrada em vigor da Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro), a violência doméstica está legalmente identificada como um crime, sendo este um crime público¹⁰ (Manita et al., 2009).

A investigação científica atual sobre o tema da violência doméstica tem vindo a demonstrar que dificilmente se pode definir este conceito com precisão e de forma unânime (Dias, 2004). A sua complexidade, impregnada de causas combinadas e implicações complexas, suscita uma enorme diversidade de entendimentos do que é ou não a violência familiar, dificultando assim a apresentação de uma definição universal do fenómeno, bem como de outros conceitos relacionados (Casimiro, 2002; Dias, 2004). “Neste domínio, só se vislumbra algum consenso relativamente ao facto de, sob a designação de violência doméstica, se encontrarem vários e distintos tipos de mau trato cometidos sobre os membros da família” (Dias, 2004, p. 94), destacando-se os maus tratos emocionais, psicológicos, verbais, físicos e sexuais, a intimidação, coação e ameaça, o isolamento social, a instrumentalização dos filhos e o controlo económico (Antunes, 2002; Manita et al., 2009; Matos, 2002; ONU, 2003). Contudo, apesar da polissemia do conceito, dentre as diversas definições, evidencia-se a de Manita e colaboradores (2009), que se afigura como bastante abrangente e consensual:

Um comportamento violento continuado ou um padrão de controlo coercivo exercido, direta ou indiretamente, sobre qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar (e.g., cônjuge, companheiro/a, filho/a, pai, mãe, avô, avó), ou

¹⁰ O que significa que a participação do crime deixa de depender exclusivamente da queixa por parte da vítima, bastando que o Ministério Público tenha conhecimento do crime (por exemplo, através de denúncia, anónima ou não, por qualquer pessoa ou entidade) para se instaurar obrigatoriamente o procedimento criminal, mesmo que a vítima não o deseje (Manita et al., 2009).

que, mesmo não co-habitando, seja companheiro, ex-companheiro ou familiar¹¹. Este padrão de comportamento violento continuado resulta, a curto ou médio prazo, em danos físicos, sexuais, emocionais, psicológicos, imposição de isolamento social ou de privação económica da vítima, visa dominá-la, fazê-la sentir-se subordinada, incompetente, sem valor ou fazê-la viver num clima de medo permanente. (pp. 10-11)

Assim, como podemos constatar, este fenómeno atinge os diversos subsistemas do sistema familiar, sejam eles coabitantes ou não. Contudo, ainda que este fenómeno atinja igualmente as crianças, as mulheres, os homens,¹² os idosos, pessoas dependentes e pessoas com deficiência, a investigação tende a centrar-se na violência perpetrada às mulheres (que neste âmbito assume-se como uma questão de violência de género), uma vez que, dentre todos os grupos, neste continua a verificar-se a maior parte das situações de violência doméstica (Alarcão, 2006; Antunes, 2002; CIDM, 2008; Dias, 2004, 2010; Manita, 2005; Manita et al., 2009; Matos, 2002; ONU, 2003).

Efetivamente, e ainda que os valores dos casos sinalizados não traduzam a verdadeira dimensão do problema (ONU, 2003), dados provenientes de um estudo realizado, em 2006, entre os diversos Estados Membros do Conselho da Europa declaram que aproximadamente 12% a 15% das mulheres europeias com mais de 16 anos de idade estão envolvidas em situações de violência doméstica numa relação conjugal e muitas delas continuam a sofrer maus tratos físicos e sexuais mesmo após a rutura, sendo que muitas acabam mesmo por morrer (CIDM, 2008). Em Portugal, os dados estatísticos da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), referentes ao ano de 2011, revelaram que os episódios de violência doméstica continuam a aumentar, tendo-se registado 6 737 de casos de violência doméstica. As vítimas eram em 83% dos casos do sexo feminino, situando-se, em termos etários, maioritariamente entre os 35 e os 40 anos (8,4%). A relação mais assinalada entre vítima e autor do crime foi a de cônjuge (35,9%) e de companheiro/a (13,9%). Entre os diversos tipos de maus tratos

¹¹ Importa não esquecer a situação de violência doméstica/conjugal em casais homossexuais.

¹² Ainda que os homens também sejam alvos das mais diversas formas de violência doméstica (CIDM, 2008; Manita, 2005; Manita et al., 2009; Matos, 2006), torna-se pertinente referir que, de forma deliberada, será constante a presença de um discurso orientado para o feminino enquanto vítima e para o masculino enquanto agressor. Isto deve-se à predominância deste discurso na vasta literatura (Casique & Furegato, 2006; Matos, 2006; Manita, 2005; Manita et al., 2009), visto que “a maioria das vítimas de violência doméstica são, de facto, mulheres e a maioria dos agressores, homens” (Manita, 2005, p. 8).

sobressaíram os do foro psicológico (33,3%), seguidos dos do foro físico (28,1%) (APAV, 2011).

Face a este contexto, a detecção de casos relativos a este fenómeno desempenha um papel preponderante e decisivo, visto que permite caracterizar o fenómeno em termos contextuais, os protagonistas e os fatores associados a esta problemática. Analogamente, a detecção de casos permite estimar a prevalência e a incidência, do fenómeno, traçar os padrões evolutivos deste tipo de violência na nossa sociedade, bem como avaliar a eficácia das políticas institucionais (Matos, 2006). Porém, no que concerne à realidade portuguesa torna-se difícil aceder com exatidão aos valores da incidência e da prevalência dos maus tratos à mulher, devido a um conjunto de fatores, como: o silêncio da vítima, a vergonha, a relação próxima entre o agressor e a vítima, o sentimento de impotência da vítima e o desconhecimento dos seus direitos (Matos, 2002).

Adicionalmente, a investigação tem vindo consistentemente a documentar que a violência doméstica raramente ocorre de forma isolada (Bromfield, Lamont, Parker, & Horsfall, 2010; Cleaver, Unell, & Aldgate, 2011; Dong et al., 2004; Sousa, 2005). As famílias onde ocorre violência doméstica também são suscetíveis de ser afetadas por outro tipo de adversidades, entre elas o consumo abusivo de substâncias e/ou de álcool, problemas de saúde mental, pobreza, desemprego (Buckley et al, 2007; Cunningham & Baker, 2007; Devaney, 2008; Lourenço & Teixeira, 2006; Sousa, 2005).

Indubitavelmente, a violência doméstica constitui um fenómeno complexo (Casimiro, 2002; Manita, 2005), e multifacetado (Palmer & Edmunds, 2003), “mediado por variáveis de uma enorme idiossincrasia” (Costa & Duarte 2000, p. 113), sobretudo psicológicas, sociais, culturais, económicas e ideológicas (Costa, 2003), tornando-se difícil apontar uma só causa para explicar da violência perpetrada na esfera familiar. É, pois, neste contexto que a abordagem ecológica surge como uma das teorias mais reconhecidas no âmbito da violência doméstica (Machado & Dias, 2010), uma vez que concebe a violência como uma realidade multifacetada, interpretando-a como o produto dos múltiplos níveis de influência sobre o comportamento, que vão desde o nível individual ao nível societal (Dahlberg & Krug, 2006; Krug et al., 2002). Esta abordagem permite não só analisar os fatores que influenciam o comportamento dos indivíduos, como também os fatores que aumentam a probabilidade dos indivíduos se

envolverem em situações de violência, seja enquanto vítimas, seja enquanto agressores, como o contexto socioeconômico e cultural (Casique & Furegato, 2006; Dahlberg & Krug, 2006; Krug et al., 2002). Além disso, tal como sublinham Machado e Dias (2010), esta abordagem descentra a atenção das eventuais características psicológicas disfuncionais dos agressores, salientando antes a forma como a violência familiar se encontra relacionada com as interações familiares consideradas “normais”, assim como com as definições culturais dos papéis parentais e maritais.

Síntese

Nas últimas décadas, a família tem sido amplamente reconhecida como o contexto de vida mais significativo do ser humano, sendo que este interesse despontou a partir da constatação de que, apesar das transformações a que a família se encontra sujeita, esta: por um lado, assegura a continuidade do ser humano, tratando-se, portanto, de um contexto privilegiado de transmissão de vida, afetos, cultura e desenvolvimento; por outro, é o primeiro contexto de socialização do indivíduo, o qual promove experiências e aprendizagens de relação com o mundo, num processo progressivo de individualização e socialização (Gonçalves, 1997).

Por outro lado, inúmeros estudos demonstram que, devido às suas características de intimidade, privacidade e isolamento, a família tem vindo a revelar-se como um espaço potencialmente instável e conflitual (Corsi, 1995, as cited in Alarcão, 2006), pautado por brigas constantes e silêncios ensurdecedores (Bermam, 2000), “onde ninguém pode ver os maus tratos físicos, nem ouvir os angustiantes apelos de ajuda” (Matos & Machado, 1999, p. 374), e no qual uma pessoa é mais suscetível de ser atacada ou até mesmo assassinada (Gelles, 1997; Gelles & Straus, 1979; Giddens, 2004). De modo que diversos autores consideram-na como um espaço particular de agressividade e violência (Dias, 2004; Gelles, 1999; Gelles & Straus, 1979; Giddens, 2004; Pais, 1999; Straus, 1973) e de destruição pessoal (Manita et al., 2009).

Consequentemente, hoje em dia reconhece-se a existência de um caráter paradoxal da família (Dias, 2001), assumindo-se esta como um espaço de dois espaços (Pais, 1999), onde, por um lado, é representada como um espaço de estabilidade e afetividade, de construção da identidade, um refúgio para as eventuais pressões sociais a

que os indivíduos se encontram sujeitos e, por outro lado, é considerada como um espaço que favorece o exercício de controle, de domínio e de subordinação (Casimiro, 2002; Dias, 2004; Matos & Machado, 1999). Como nos refere Fischer (1992): “a família é composta por seres humanos que têm entre si laços privilegiados, em princípio baseados na afetividade, mas feita também de rejeições. É, portanto, um lugar onde a violência está presente e se manifesta” (p. 68). Esta constatação veio abalar o mito que a sociedade preservava da família exclusivamente como símbolo de afetividade, de segurança e de proteção (Alarcão, 2006; Dias, 2000a, 2004; Matos & Machado, 1999; Rodrigues, 2006).

Capítulo II

A Violência Interparental na Vida da Criança como um Grave Problema Social

(...) É importante compreender que estas crianças são ‘crianças normais cujo comportamento anormal se deve a um ambiente precoce anormal’. Com efeito, aquilo que está ‘doente’ não é a criança (...) mas o vínculo pais-criança (...) Estas crianças põem à prova a nossa capacidade de acolhimento e de sangue-frio. Põem em questão a nossa coerência e a nossa vulnerabilidade e tombam no abismo das falhas da paisagem social, e é na cena social que elas nos aguardam.

(Rémy Puyuelo in Rygaard, 2006, p. 18)

Sinopse

Embora no passado as crianças tenham sido consideradas pouco relevantes (Holt, Buckley, & Whelan, 2008), e descritas como as vítimas “invisíveis” (Osofsky, 1998; Sani, 2004b), “esquecidas”, “escondidas”, “silenciosas”, “não reconhecidas” ou “não intencionais” (Holden, 1998; Margolin, 1998; Sani 1999) dos lares pautados pela violência interpaparental, nas últimas décadas tem-se vindo a assistir a uma crescente preocupação com as crianças expostas à violência entre os pais, mesmo quando não são elas próprias o alvo da violência (Osofsky, 1995, as cited in Kitzmann, Gaylord, Holt, & Kenny, 2003), passando estas crianças a ser “o rosto visível mais recente da violência familiar” (Coutinho & Sani, 2008b, p. 286). Assistiu-se, portanto, a uma mudança no objeto de estudo da violência doméstica, passando-se a olhar atentamente não só o subsistema conjugal, mas também outros membros do sistema familiar, nomeadamente as crianças (Margolin, 1998).

É precisamente neste contexto que, nas últimas décadas, o estudo da exposição da criança à violência interpaparental conheceu uma expansão significativa, na sequência de um conjunto de estudos (e.g., Ablow, Measelle, Cowan, & Cowan, 2009; Cummings & Davies, 1994; El-Sheik et al., 2001; Grych & Fincham, 1990; McDonald & Grych, 2006) que revelaram que a violência a que as crianças estão expostas pode afetar profundamente as suas trajetórias desenvolvimentais (Sani, 2008a). Embora em Portugal se ignore o número de crianças que residem em lares pautados pela violência

interpaparental (Sani, 2008a), a investigação internacional tem vindo a reconhecer este fenómeno como um grave problema social (Cummings & Davis, 2011; Margolin, Vickerman, Oliver, & Gordis, 2010), merecendo, por isso “um olhar cada vez mais atento” (Sani, 2006b, p. 849).

É, pois, em face deste contexto, e lembrando que este trabalho aspira contribuir para a desconstrução das barreiras que sustentam a invisibilidade nos discursos sociais e científicos sobre a dimensão e severidade deste flagelo social, que no presente capítulo, pretendemos centrar-nos no fenómeno excruciante que afeta a vida de inúmeras crianças, que, apesar de há várias décadas ressoar nos quatro cantos do mundo, ainda é pouco estudado no nosso país.

Neste sentido, num primeiro momento, pretendemos (re)conhecer o fenómeno supramencionado, pelo que começamos por abordar alguns aspetos da evolução histórica do fenómeno da exposição da criança à violência interpaparental, revelando posteriormente a controvérsia científica em torno do mesmo e da sua definição, e alguns dados para reflexão, sobretudo de alguns estudos realizados ao nível internacional, cuja ampla investigação será, portanto, mais capaz de ilustrar a extensão do fenómeno. Num segundo momento, procuramos compreender a experiência da exposição à violência interpaparental, pelo que, por um lado, descrevemos o impacto que este tipo de experiência acarreta no desenvolvimento da criança, fazendo-se alusão aos efeitos quer diretos, quer indiretos, bem como as variáveis mediadoras que ajudam a clarificar a relação entre o conflito conjugal e os problemas de ajustamento psicológico da criança, e por outro, recorreremos aos dois modelos que a literatura considera mais pertinentes para explicar a forma como a criança constrói a sua experiência de vitimação, nomeadamente o modelo *cognitivo-contextual*, e o modelo de *segurança emocional*.

2.1. Exposição da criança à violência interpaparental: (Re)Conhecendo o fenómeno

Historicamente, as primeiras referências sobre a existência de potenciais sequelas negativas no desenvolvimento das crianças devido à experiência de exposição à violência interpaparental surgiram em 1975 (Holden, 1998; Kashani & Allan, 1998), cerca de quinze anos após C. Henry Kempe e seus colaboradores “descobrirem” a situação de maus tratos físicos infligidos às crianças (Kempe, Silverman, Steele,

Droegemuller, & Silver, 1962, as cited in Holden, 1998), em dois estudos independentes, da autoria de Levine, um médico inglês, e de Moore, um assistente social inglês, que se centravam na descrição e identificação de problemas associados, tais como (Holden, 1998): comportamento agressivo, perturbações de ansiedade, insónia e delinquência. Curiosamente, estas crianças eram descritas por Moore como “crianças yo-yo” (Kashani & Allan, 1998, p. 36), já que o autor pretendia com esta designação aludir ao padrão disfuncional de interação conjugal que deixa a criança figurativamente suspensa no ar como um yo-yo (Kashani & Allan, 1998).

Apesar das descrições alarmantes efetuadas por estes dois autores, apenas em 1981, Alan Rosenbaum e K. Daniel O’Leary publicaram o primeiro estudo empírico que fazia a comparação entre amostras, embora não tenha sido detetada, neste estudo, uma relação significativa entre crescer num lar violento e o aumento de problemas comportamentais ou emocionais (Holden, 1998). Na sequência deste estudo, começaram, ocasionalmente, a surgir nos jornais científicos alguns estudos empíricos que abordavam este tema. Contudo, só no final dos anos 80 se começa finalmente a assistir a um progressivo reconhecimento público da exposição da criança à violência interpaparental como um potencial fator etiológico de desenvolvimento de psicopatologia e problemas associados (Hughes, 1988, as cited in Kashani & Allan, 1998), principalmente após alguns serviços sociais e de saúde começarem a deparar-se com a realidade de algumas crianças que descreviam um cenário sombrio de conflito e violência no seio da família, no qual eram, simultaneamente, vítimas de maus tratos por parte dos pais e testemunhas dos maus tratos perpetrados às suas mães (Sani, 2006b). Tal contribuiu fortemente para romper o silêncio, para romper as barreiras sociais e científicas da invisibilidade construídas em torno deste fenómeno.

Desde então, esta problemática assumiu maior destaque científico e social, conduzindo a uma rápida expansão da investigação, sobretudo por parte da comunidade internacional (Caridade, 2011). Com o intuito de avaliar a profundidade da literatura sobre as crianças expostas à violência interpaparental, Holden (1998) conduziu uma ampla revisão dos artigos empíricos publicados, entre 1975 e 1995, e verificou que somente foram publicados cinquenta e seis artigos, e três livros¹³ que abordavam a referida

¹³ Entre eles o *Children of Battered Women*, de Peter Jaffe, David Wolfe e Susan Wilson, publicado em 1990, que trouxe um grande contributo para a compreensão de questões importantes relacionadas com estas crianças.

temática. Isto veio comprovar que a investigação encontrava-se ainda numa fase de infância. Em contrapartida, Holden (2003) identificou, entre 1995 e 2002 (ou seja, em apenas sete anos), três livros e mais de cinquenta artigos publicados sobre este tema, o que veio confirmar o extraordinário desenvolvimento que ocorreu (e desde então tem vindo a ocorrer) neste domínio.

Podemos, então, concluir que, nos últimos trinta anos, foram diversos os livros e inúmeros os artigos que se debruçaram sobre a problemática da exposição da criança à violência interpaparental, procurando, por um lado, descrever os efeitos adversos que a exposição à violência acarreta no ajustamento global das crianças e, por outro, referenciar os mediadores e moderadores destes efeitos (Horn & Lieberman, 2011).

2.1.1. A controvérsia científica em torno do conceito e (da) sua definição

Ainda que se tenha vindo a assistir, nas últimas décadas, a um progressivo reconhecimento desta problemática, a literatura disponível até ao momento revela, à semelhança do que acontece noutras áreas (e.g., violência doméstica), alguma controvérsia de natureza conceptual (Holden, 2003; Horn & Lieberman, 2011; Summers, 2006). A carência de uma terminologia uniforme e consensual tem sido identificada como um obstáculo que dificulta a comunicação nesta área e, conseqüentemente, o seu progresso científico, sendo isto claramente perceptível na dificuldade encontrada em comparar as taxas de prevalência da problemática entre os diversos estudos (Øverlien, 2010). Assim, ainda que pareça uma tarefa complexa, devido às várias perspetivas científicas que se podem encontrar nesta área (Øverlien, 2010), existe a necessidade eminente de desenvolver uma linguagem comum entre os investigadores e os seus respetivos estudos (Prinz & Feerick, 2003).

Na literatura, as crianças que vivem em casas pautadas pela violência entre os pais têm sido classificadas pelos diversos autores como *testemunhas* ou *observadoras* e, mais recentemente, como *expostas* (Fantuzzo & Mohr, 1999). Porém, alguns autores (e.g., Fantuzzo & Mohr, 1999; Fusco & Fantuzzo, 2009; Holden, 1998, 2003; Jouriles et al., 2001a) defendem que estas crianças podem ser mais precisamente (leia-se corretamente) descritas como sendo *expostas*, uma vez que este termo abrange diferentes tipos de experiências, não assume que a criança tenha realmente observado a violência, ou que seja uma observadora passiva dessa violência, e ainda evita a

potencial confusão com o conceito legal de testemunha. Neste contexto, a exposição inclui ver e ouvir (e.g., de outro quarto) as situações de violência, ter uma participação direta (e.g., intervir, chamar a polícia), observar as consequências imediatas (e.g., ferimentos ou depressão maternas) e ter conhecimento dos episódios de violência (através da mãe, dos irmãos) (Baker & Cunningham, 2005; Carpenter & Stacks, 2009; Cunningham & Baker, 2007; Fantuzzo & Mohr, 1999; Holden, 1998, 2003; Jaffe et al., 1990; Jouriles, McDonald, Norwood, & Ezell, 2001b; Jouriles et al., 2001a). Em último caso, estar *exposta* pode simplesmente significar viver numa casa caracterizada pela violência (Jouriles et al., 2001a), não necessitando portanto de observar a perpetração da violência para ser profundamente afetada (Jouriles et al., 2001b).

Outra questão, ainda mais controversa, colocada em debate por alguns autores diz respeito à denominação da violência que ocorre entre um homem e uma mulher que, vivendo na mesma casa, podem estar unidos ou não por laços de conjugalidade (Holden, 1998; Sani, 2003, 2006b). A este respeito, cumpre-nos dizer que procurámos afastar-nos da utilização de termos como: *violência doméstica*, porque é muito abrangente, já que inclui outras formas de violência, nomeadamente o abuso infantil ou o abuso de pessoas idosas; *violência conjugal/marital* ou *violência sobre o(a) companheiro(a)*, pois não abrange a relação pais-criança; e *abuso da esposa* ou *abuso da mulher*, uma vez que, por um lado, define o perpetrador (exclusivamente) como um indivíduo do sexo masculino e, por outro, entende a mulher como uma espectadora passiva da violência perpetrada sobre ela, não sendo isto inteiramente verdade. Neste sentido, e depois de considerarmos as alternativas, optámos por utilizar o termo *violência interpaparental*, que, em nosso entender, se afigura como o mais pertinente, devido não a um, mas a diferentes aspetos, nomeadamente este termo: engloba a violência perpetrada entre o casal, que vive em regime matrimonial ou em união de facto; reflete a violência bidirecional; e, sobretudo, sublinha a relação pais-criança, mesmo que estes possam não ser os pais biológicos da criança (Cunningham & Baker, 2004; Sani, 2003, 2006b).

Neste sentido, e reforçando a posição, na qual nos situámos, reconhecemos a designação *exposição da criança à violência interpaparental* (e/ou *crianças expostas à violência interpaparental*) como aquela que melhor traduz a problemática, uma vez que descreve uma pluralidade de experiências das crianças que residem em lares pautados pela violência entre os pais (Edleson et al., 2007).

2.1.2. Alguns dados para reflexão sobre a exposição à violência interpaparental

Uma questão que ainda hoje continua a gerar discussão entre a comunidade científica prende-se com a subsistência de imprecisões relativamente à incidência e prevalência¹⁴ deste fenómeno (Edleson et al., 2007; Fantuzzo et al., 2000; Fusco & Fantuzzo, 2009; Pepler, Catallo, & Moore, 2000; Osofsky, 2003; UNICEF, 2006). As controvérsias em torno dos conceitos, terminologias e definições que referimos anteriormente, as limitações metodológicas (Fantuzzo et al., 2000; Fusco & Fantuzzo, 2009; Margolin & Gordis, 2000; Osofsky, 2003; Øverlien, 2010), e a tendência dos pais para subestimar o impacto da exposição à violência (Jaffe et al., 1990; Osofsky, 2003; Sani, 2008a), são os principais fatores encontrados que conduzem a uma enorme disparidade entre os dados recolhidos por diferentes autores.

Não obstante, embora a ampla variabilidade das estimativas reflita o quanto se desconhece a verdadeira magnitude deste problema (McDonald, Jouriles, Ramisetty-Mikler, Caetano, & Green, 2006), sabemos que são muitas as crianças que residem em lares pautados pela violência entre os pais (Mullender et al., 2002; Sani, 2003, 2006b). Em termos globais, os números estimados são de facto preocupantes: dados obtidos a partir do Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra Crianças¹⁵ (Pinheiro, 2006, as cited in UNICEF, 2006) estimam que, anualmente, entre 133 e 275 milhões¹⁶ de crianças em todo o mundo estão expostas à violência interpaparental.

Assim, de seguida procuraremos traçar o panorama internacional, apresentando alguns exemplos de diferentes estudos disponíveis, que atendem a diferentes localizações geográficas, e posteriormente passaremos a traçar o panorama nacional no que concerne à investigação da prevalência desta problemática.

¹⁴ De acordo com Rossman, Hughes, e Rosenberg (1999), a *incidência* refere-se ao número de novas ocorrências de exposição que ocorrem num determinado período de tempo (usualmente um ano), enquanto a *prevalência* refere-se à extensão do problema como um todo.

¹⁵ Este estudo foi o primeiro a ser realizado de forma abrangente e global sobre todas as formas de violência contra a criança e foi também o primeiro estudo da ONU que envolveu diretamente crianças ao longo de todo o processo. O objetivo deste estudo prendeu-se com a promoção de uma transformação global e definitiva que conduzisse ao fim da justificação da violência contra as crianças, quer aceite como “tradição”, quer disfarçada como “disciplina” (Pinheiro, 2006).

¹⁶ Importa, pois, sublinhar que estes dados não constituem um retrato fidedigno da realidade, pois muitos casos permanecem encobertos (Osofsky, 2003; UNICEF, 2006).

Concretamente, nos EUA, um estudo realizado por McDonald e seus colaboradores (2006) concluiu que, anualmente, cerca de 15.5 milhões¹⁷ de crianças estão expostas à violência interpaparental. No Canadá, um estudo realizado junto de 490 adolescentes, entre os 16 e 18 anos, revelou que 253 já tinham sido expostos, pelo menos uma vez nos últimos cinco anos, à violência interpaparental (Bourassa, 2007). Nas Filipinas, Hindin e Gultiano (2006) constataram que quase metade da amostra (48% dos entrevistados do sexo masculino e 45% dos entrevistados do sexo feminino) das 2051 adolescentes foi testemunha da violência interpaparental. No Reino Unido, Rivett e Kelly (2006) fazem referência a um documento do Departamento de Saúde de 2002, que declarou que pelo menos 750 mil crianças estão, anualmente, expostas à violência interpaparental. Em Espanha, Corbalán e Patró (2003, as cited in Hernández & Gras, 2005) levaram a cabo um estudo junto de vítimas de maus tratos por parte do companheiro e verificaram que 85% das suas crianças estavam expostas à violência interpaparental e que em 66% dos casos a criança era também vítima de maus tratos.

Como podemos constatar, estes números são de facto alarmantes e reforçam a ideia de que se trata de uma prática disseminada em diversas regiões do mundo.

Porém, ao refletirmos sobre a realidade portuguesa, deparamo-nos com a inexistência de estudos de prevalência que nos permitam estabelecer estimativas fiáveis acerca da dimensão do fenómeno prevalência (Sani & Almeida, 2011). No entanto, algumas estatísticas públicas disponíveis e determinadas investigações científicas, ainda que retratem apenas uma ínfima parte da realidade, podem fornecer-nos algumas indicações sobre a extensão desta problemática. Destaque-se: o Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra Crianças supramencionado, onde consta que 44 000 a 168 000 crianças estão expostas, anualmente, à violência interpaparental (UNICEF, 2006); o estudo realizado por Lourenço e Lisboa (1992) junto de 205 crianças de escolas primárias oficiais, que revelou que 61% destas crianças afirmaram ter visto o “pai bater na mãe”; e a investigação realizada por Almeida, André e Almeida (1999, as cited in Sani, 2011), que concluiu que em metade das situações de maus tratos foi reconhecida a existência de sinais de violência conjugal entre os responsáveis pela criança. Quanto às estatísticas públicas, a Direção Geral de Administração Interna revelou que em 2012, foram registadas 26 084 participações de

¹⁷ Estes valores apresentam-se significativamente mais elevados aos estimados pelo estudo anteriormente referenciado.

violência doméstica pelas Forças de Segurança, sendo que em cerca de 42% destes casos as ocorrências foram presenciadas por menores. Além disso, as estatísticas da APAV, referentes ao ano de 2011, que, mesmo não permitindo estabelecer uma estimativa acerca do número de crianças que foram expostas à violência interpaparental, revelaram que, dos 6 737 de casos de violência doméstica registrados, 590 (8.8%) correspondem a menores.

Por fim, e como referem Sani e Almeida (2011), “o facto é que mesmo sem números precisos sobre o fenómeno, os dados apontam consistentemente a abrangência do problema e alertam, com preocupação, para os efeitos que a exposição à violência interpaparental poderá ter no ajustamento global da criança” (p. 15). Podemos então concluir que, embora as estatísticas apresentadas retratem apenas um fragmento da verdadeira magnitude do fenómeno, por si só, este conjunto de evidências vem reforçar a ideia de que se trata de uma realidade não negligenciável não só a nível internacional, mas também a nível nacional. Por sua vez, isto vem reforçar a necessidade de se efetuarem atuações profundas, mas sustentáveis (e.g., a adoção de novas medidas legislativas, o investimento em serviços especializados, e o desenvolvimento de programas de prevenção e de intervenção) que respondam de forma mais eficaz ao fenómeno da exposição de crianças à violência interpaparental (Coutinho, 2008).

2.2. Experiência da violência interpaparental: Compreendendo o fenómeno

Numa análise retrospectiva da literatura, percebemos que se podem distinguir duas gerações de pesquisas no que concerne às evidências empíricas que relacionam o impacto do conflito interpaparental e o desenvolvimento da criança (Cummings & Davies, 2002). Então, num primeiro momento, comumente designado de *primeira geração da investigação*, ocorrido entre 1980 e 1990, predominou a ênfase na multiplicidade de efeitos adversos que a violência interpaparental acarreta no bem-estar das crianças (Cummings & Davies, 2002, 2011; Øverlien, 2010; Sani, 2003). Contudo, e ainda que, com esta primeira geração de investigações, a relação entre o conflito conjugal e o (des)ajustamento da criança tenha ficado bem estabelecida, muitas questões permaneceram acerca dos processos que dão origem a essa relação (Cummings & Davies, 2002, 2011; Cummings, Goeke-Morey, & Dukewich, 2001; Fincham, 1994;

Grych & Fincham, 1990, 2001; Grych, Fincham, Jouriles, & McDonald, 2000; Hungerford, Wait, Fritz, & Clements, 2012).

É, pois, a partir desta constatação que surge, essencialmente a partir de 1990, a *segunda geração da investigação*, pautada pela preocupação em descrever os mecanismos e processos que podem mediar a relação entre a exposição à violência interpaparental e o ajustamento das crianças, assim como os fatores que podem mediar essa relação (Cummings & Davies, 2002, 2011; Cummings, Goeke-Morey, & Dukewich, 2001; Fincham, 1994; Grych & Fincham, 1990; Grych et al., 2000; Hungerford et al., 2012). Mais concretamente, esta nova geração de investigações procurava compreender, à luz de perspetivas mais complexas e sofisticadas, como e porquê as crianças são afetadas pelas situações de conflito conjugal (Cummings & Davies, 2002; Fincham, 1994). Entre as abordagens teóricas que explicam o modo como ocorre o impacto negativo da exposição à violência interpaparental incluem-se, entre outras, o modelo cognitivo-contextual (Grych & Fincham, 1990; Fosco, DeBoard, & Grych, 2007), e o modelo de segurança emocional (Cummings & Davies, 1994, 2011), sendo estes reconhecidos pela comunidade científica (e.g., Hungerford et al., 2012; Levendosky, Bogat, & von Eye, 2007) como os dois mais importantes e coerentes modelos teóricos explicativos sobre a associação entre o conflito interpaparental e o ajustamento da criança.

2.2.1. O impacto da violência interpaparental no ajustamento global da criança

Tem sido defendido na literatura que a exposição à violência interpaparental, por si só, é suficiente para afetar profundamente a criança a vários níveis (Cummings & Davies, 1994, 2011; Horn & Lieberman, 2011; Sani, 1999), sendo que estes efeitos surgem como mais devastadores quando a violência ocorre no seio familiar, devido à importância do contexto onde ocorre, bem como à proximidade afetiva aos intervenientes (Sani, 2011). Com efeito, a ocorrência de episódios de violência no contexto familiar, normalmente reconhecido pela criança como um local de segurança e proteção, assume repercussões de particular gravidade, já que os protagonistas são pessoas com as quais a criança tende a identificar-se e a querer como figuras de suporte (Sani, 2008a, 2011). Esta questão adquire especial relevância se atendermos que as alterações ao nível das dinâmicas familiares podem afetar a satisfação das necessidades

básicas das crianças. Isto significa que as repercussões da exposição à violência interpaparental não se restringem aos efeitos diretos, podendo esta problemática também influenciar indiretamente¹⁸ o ajustamento global da criança, nomeadamente através da qualidade da relação entre pais e criança (e.g., inconsistências ao nível das práticas parentais) (Anderson & Cramer-Benjamin, 1999; Cox, Paley, & Harter, 2001; Cummings & Davies, 2011; Deon & Weems, 2010; Faircloth & Cummings, 2008; Huth-Bocks & Hughes, 2008; Sani, 2008a; Summers, 2006). Assim, pode-se dizer que os efeitos diretos referem-se aos sinais ou sintomas que surgem nas crianças como resultado da exposição à violência interpaparental, enquanto os efeitos indiretos geralmente envolvem os efeitos nas crianças decorrentes da inconsistência ao nível das práticas parentais (Anderson & Cramer-Benjamin, 1999; Faircloth & Cummings, 2008).

Em contrapartida, e apesar de um crescente corpo de pesquisa ter vindo incessantemente a documentar as consequências negativas das crianças expostas à violência interpaparental, alguns estudos (e.g., Graham-Bermann, Gruber, Howell, & Girz, 2009; Haskett, Nears, Ward, & McPherson, 2006; Hughes & Luke 1998; Martinez-Torteya, Bogat, von Eye, & Levendosky, 2009) têm vindo a fornecer evidências de que nem todas as crianças são afetadas da mesma forma pela violência interpaparental (Edleson, 2001; Summers, 2006), podendo estas evidenciar poucos ou até mesmo nenhuns problemas de ajustamento (Hughes, Graham-Berman, & Gruber, 2001; Hughes & Lucas, 1998). A meta-análise da literatura sobre as crianças expostas à violência, conduzida por Kitzmann e seus colaboradores (2003), revelou que cerca de 63% das crianças expostas à violência interpaparental pontuou pior do que as crianças não expostas; porém, cerca de 37% das crianças, notavelmente, pontuou tão bem quanto ou melhor do que as crianças não expostas. Mais recentemente, Martinez-Torteya e seus colaboradores (2009) constataram que, numa amostra de 190 crianças pré-escolares, 54% evidenciaram uma adaptação positiva após testemunharem a violência interpaparental. Apesar de até ao momento apenas três estudos (Hughes & Luke, 1998; Graham-Bermann et al., 2009; Grych, Jouriles, Swank, McDonald, & Norwood, 2000) terem desenvolvido estratégias de pesquisa para analisar as características específicas de funcionamento positivo nas crianças expostas à violência interpaparental, estes resultados sugerem que um subgrupo de crianças expostas a situações potencialmente

¹⁸ Os efeitos diretos e indiretos da exposição à violência interpaparental serão abordados no ponto 2.2.1.1.

traumatizantes parecem ter uma adaptação positiva face à adversidade (Howell, 2011). Daí que Radke-Yarrow e Browne (1993, as cited in Graham-Bermann, Gruber, Howell, & Girz, 2009) tenham designado estas crianças de “sobreviventes” da adversidade. Porém, em nosso entender, a ausência de sintomatologia desadaptativa não significa necessariamente que a criança não foi, ou não se encontra, afetada (Graham-Bermann et al., 2009), podendo esta revelar níveis subclínicos de desajustamento ou outras dificuldades que podem constituir um fator de risco para o desenvolvimento de psicopatologia futura (Coutinho & Sani, 2008b). Não obstante, como podemos perceber, as crianças manifestam, efetivamente, uma diversidade de padrões de funcionamento, com reações que podem variar entre a psicopatologia e a ausência de sinais relevantes do ponto de vista clínico (Howell, 2011; Hughes & Luke 1998), sendo que esta variabilidade pode ser melhor explicada atendendo à ação mediadora¹⁹ de um conjunto de variáveis, nomeadamente individuais e situacionais-contextuais (Edleson, 2001; Gewirtz & Edleson, 2007; Grych, 1998; Horn & Lieberman, 2011; Howell, 2011; Hughes et al., 2001; Sani, 2003, 2006b).

Como resultado da vasta investigação que tem sido desenvolvida, importa realçar ainda a elevada coocorrência de exposição à violência interpaparental e abuso físico em crianças, que levou Hughes, Parkinson e Vargo (1989) a denominarem esta combinação como o “golpe duplo”²⁰ (p. 197). Alguns estudos (e.g., Bourassa, 2007; Hamby, Finkelhor, Turner, & Ormrod, 2010; Jouriles, McDonald, Slep, Heyman, & Garrido, 2008; Knickerbocker, Heyman, Slep, Jouriles, & McDonald, 2007; Lévesque, Clément, & Chamberland, 2007; Shen, 2009) indicam que, para além de estarem em risco de evidenciar elevados níveis de sintomatologia desadaptativa, as crianças expostas à violência interpaparental apresentam maior probabilidade de serem também alvo de abuso infantil (Sani & Caprichoso, 2013; Horn & Lieberman, 2011; Margolin, 1998; Osofsky, 2003). Após uma revisão de 31 estudos, entre 1967 e 1996, Apple e Holden (1998) concluíram que a taxa de ocorrência destes dois tipos de violência é de aproximadamente 40%. Mais tarde, Kitzmann e seus colaboradores (2003) encontraram uma taxa de coocorrência destes dois tipos de violência de 50%. Bourassa, em 2007, realizou um estudo com 409 adolescentes, dos quais 26.7% foram expostos à violência interpaparental e 24.9%, para além de terem sido expostos à violência entre os pais, foram

¹⁹ Este assunto também será retomado mais adiante no ponto 2.2.1.2.

²⁰ O termo *golpe duplo* é a tradução literal da palavra inglesa *double whammy*, utilizada por Hughes, Parkinson, e Vargo (1989).

também vítimas de abuso físico. Estes autores concluíram que a coocorrência de exposição à violência interpaparental e maus tratos físicos em crianças se encontra frequentemente associada a problemas de externalização e internalização de ordem clínica mais significativa. Em 2010, Hamby e colaboradores verificaram que 56,8% das crianças expostas à violência interpaparental tinham sido maltratadas. É, pois, em face destes resultados que podemos concluir que a exposição à violência interpaparental e o abuso infantil estão intimamente relacionados (Horn & Lieberman, 2011; Huth-Bocks, Levendosky, & Semel, 2001).

De seguida procuraremos abordar, ainda que sumariamente, os efeitos diretos e indiretos da exposição à violência interpaparental, assim como as variáveis mediadoras que ajudam a clarificar a relação entre o conflito conjugal e os problemas de ajustamento psicológico da criança.

2.2.1.1. Os efeitos da exposição à violência interpaparental

Como já foi referido anteriormente, a investigação efetuada neste domínio tem vindo de modo consistente a demonstrar que as crianças, ao longo das suas trajetórias desenvolvimentais, podem ser profundamente afetadas direta e indiretamente pela exposição à violência interpaparental (Anderson, & Cramer-Benjamin, 1999; Cummings & Davies, 2011; Deon, & Weems, 2010; Faircloth & Cummings, 2008; Huth-Bocks & Hughes, 2008; Sani, 2011).

- Efeitos Diretos -

Estudos conduzidos ao longo dos últimos 30 anos têm vindo, consistentemente, a reportar um impressionante leque de efeitos²¹ adversos que as crianças expostas à violência interpaparental estão em risco de evidenciar no seu desenvolvimento quer a curto, quer a longo prazo (Bourassa, 2007; Cummings & Davies, 2011; Cummings, El-

²¹ Ainda que diferentes formas de conflito conjugal possam desencadear diferentes efeitos na criança, por um lado, efeitos altamente negativos e, por outro lado, efeitos relativamente benignos ou construtivos (Cummings & Davies, 2011), optámos por destacar os efeitos de apenas uma das suas dimensões do conflito conjugal – destrutivo (e.g., agressão ou violência, o conflito não-verbal, a agressão verbal ou hostilidade, ameaças) – por se afigurem como os mais pertinentes para o presente estudo. Não obstante, importa referir que a exposição a determinados tipos de conflito poderá, portanto, ter um impacto positivo na criança, nomeadamente promover na criança o desenvolvimento da capacidade de resolução de problemas de forma adequada (Benetti, 2006), assim como o desenvolvimento de estratégias de *coping* (Grych & Fincham, 1990).

Sheikh, Kouros, & Buckhalt, 2009; Davies, Sturge-Apple, Winter, Cummings, & Farrel, 2006; DeBoard-Lucas & Grych, 2011b; Emery, 1982; Grych & Fincham, 2001; Horn & Lieberman, 2011; Jouriles et al., 2001a, 2001b; Kitzmann et al., 2003; Margolin, 1998; Rossman, 2001; Shen, 2009; Sternberg et al., 2006; Wolfe et al., 2003). Daí que, nas últimas décadas, investigadores, clínicos e políticos têm vindo a expressar uma preocupação crescente com as consequências negativas que estas crianças possam sofrer, mesmo quando não são elas próprias o alvo da violência (Edleson et al., 2007; Kitzmann et al., 2003; Wolfe et al., 2003).

No que concerne aos efeitos destas crianças, documentam-se vários sintomas na literatura que, sem negar a sua interdependência (Sani, 2008a), alguns autores (e.g., Adams, 2006; Carlson, 2000; Jaffe et al., 1990; Kolbo, Blakely, & Engleman, 1996, as cited in Kitzmann et al., 2003) agrupam-nos genericamente em cinco categorias principais, designadamente desenvolvimento emocional, cognitivo e comportamental, ajustamento social e funcionamento físico ou biológico. Assim, de seguida, e alicerçando-nos nesta lógica defendida por um grande número de autores, desenvolveremos brevemente esta questão dos efeitos do impacto nos vários domínios do ajustamento e funcionamento da criança.

Vários estudos sugerem que a exposição repetida a altos níveis de violência interpaparental pode afetar negativamente o *desenvolvimento cognitivo* da criança (Carlson, 2000; Huth-Bocks et al., 2001; Jouriles et al., 2008; Koenen, Moffitt, Caspi, Taylor, & Purcell, 2003) e mais concretamente a capacidade de atenção, de concentração e de memória (Jouriles et al., 2008; Sani, 2011; Towe-Goodman et al., 2011, as cited in Hungerford et al., 2012), resultando em diversos casos num desempenho académico mais fraco ou até mesmo em absentismo escolar (Kernic et al., 2002; Kitzmann et al., 2003; Sternberg et al., 2006; Ybarra et al., 2007).

Os resultados da investigação no domínio do funcionamento cognitivo são consistentes no que concerne à relação entre a exposição à violência interpaparental e as capacidades verbais das crianças. Um estudo realizado por Huth-Bocks e seus colaboradores (2001), junto de 100 crianças, entre os 3 e 5 anos, revelou que as crianças expostas à violência interpaparental apresentavam menores pontuações ao nível da capacidade verbal do que as crianças não expostas. No entanto, não foram encontradas diferenças entre os grupos no que concerne à capacidade visuo-espacial. Do mesmo

modo, com uma amostra de 62 crianças, Ybarra, Wilkens, e Lieberman (2007) obtiveram resultados semelhantes ao estudo anterior, confirmando consistentemente que as crianças expostas à violência interpaparental apresentam menores pontuações na escala verbal, não apresentando, no entanto, diferenças ao nível da capacidade visuo-espacial.

Outro estudo, cujo objetivo era examinar o funcionamento intelectual de crianças que presenciaram violência interpaparental em termos de QI, demonstrou que à medida que os níveis de violência interpaparental aumentavam, também as discrepâncias entre as pontuações de QI aumentavam, comprovando que a violência interpaparental pode de facto afetar negativamente o funcionamento cognitivo (Koenen et al., 2003).

No que concerne ao *desenvolvimento emocional*, a vivência num cenário pautado pela violência, onde os protagonistas são as suas figuras de apego, desenvolve nestas crianças a conceção de um mundo confuso, imprevisível e assustador (Sani, 1999), deixando-as mais vulneráveis para manifestarem profundos sentimentos de perda, tristeza, raiva, vergonha, medo e culpa (Baker & Cunningham, 2005; Cummings, Kouros, & Papp, 2007; Cunningham & Baker, 2007; Graham-Bermann et al., 2009; Margolin, 1998; Shelton & Harold, 2007). Comumente estas crianças sentem-se culpadas por não conseguirem cessar os episódios de violência, mas também por se percecionarem como a fonte dos problemas. Pelo que quanto mais o conteúdo das discussões se relaciona com a própria criança, mais responsáveis se sentem e, consequentemente, mais se intensificam os sentimentos de culpa (Pepler et al., 2000; Sani, 2011). Sani (2008a) alerta para a ambivalência de sentimentos em relação ao ofensor e à vítima que é frequentemente visível nestas crianças. Em relação ao ofensor (e.g., pai), por um lado, podem sentir falta deste e preocupação pelo seu bem-estar, e por outro, sentir medo dele. No que concerne à vítima, sendo esta geralmente a mãe, estas crianças podem sentir simpatia e suporte, mas simultaneamente sentirem-se ressentidas pelas escolhas efetuadas pelas mesmas.

A desregulação emocional que as crianças experienciam no contexto abusivo encontra-se associada à sua baixa autoestima e ao desenvolvimento de altos níveis de sintomatologia desadaptativa (Howell, 2011), nomeadamente de Perturbação de Pós-Stress Traumático (PPST), de ansiedade e de depressão (Carpenter & Stack, 2009; Cummings & Davies, 2011; Davies et al., 2006; Glodich, 1998; Graham-Bermann et al., 2009; Kitamura & Hasui, 2006; Richards, 2011; Shelton & Harold, 2007; Sternberg et

al., 2006; Wolfe et al., 2003). Johnson e seus colaboradores (2002) realizaram um estudo com 167 crianças e verificaram que a exposição à violência é um forte preditor da agressão, depressão, raiva e ansiedade. Tal como refere Sani (2008a): “o ambiente no qual estas crianças vivem foi de tal forma ‘profanado’ que, mesmo em sossego, o medo, a ansiedade, a raiva e a tensão pairam no meio familiar” (p. 98).

Num estudo realizado por Rossman (1998) foi possível constatar que as crianças expostas à violência interpaparental apresentavam pontuações significativamente mais elevadas de PPST, quando comparadas com as não expostas. Outros estudos mais recentes, que têm vindo a ser realizados neste âmbito quer no plano nacional, quer internacionalmente, apoiam esta mesma conclusão, podendo verificar-se taxas mais altas de PPST entre as crianças que experienciaram situações de violência interpaparental (e.g., Carpenter & Stack, 2009; Costa, 2007; Martins, 2009; Zerk, Mertin, & Proeve, 2009).

A literatura sugere que a repetida exposição à violência que ocorre dentro de portas também tem efeitos adversos no *desenvolvimento comportamental* da criança (Carlson, 2000; Cummings & Davies, 2011; Kernic et al., 2003; Moretti, Obsuth, Odgers, & Reebye, 2006; Øverlien & Hydén, 2009). De forma geral, estas crianças tendem a ser mais desobedientes, hostis e agressivas, assim como a apresentar mais frequentemente comportamentos disruptivos e antissociais (Carlson, 2000; Graham-Bermann, 1998; Onyskiw, 2003).

Investigadores e clínicos têm vindo a demonstrar preocupação, particularmente, com a questão da maior propensão para estas crianças usarem a violência como uma resposta ao conflito, uma vez que um conjunto substancial de evidências veio demonstrar que as crianças tendem a reproduzir as estratégias de resolução de conflitos que observam os pais utilizar nos seus relacionamentos (Moretti et al., 2006). Um estudo realizado por Baldry (2003), na cidade de Roma, com crianças entre os 8 e 15 anos, comprovou que a relação que existe entre a exposição da criança à violência interpaparental e o *Bullying*. Outro estudo levado a cabo por Kinsfogel e Grych (2004), com uma amostra de 319 adolescentes com idades compreendidas entre os 14 e 18 anos, verificou que os rapazes expostos à violência interpaparental têm mais propensão para assumir a agressão como uma resposta justificável e passível de ser usada nas relações de intimidade. Estes resultados são consistentes com a teoria de aprendizagem social

que defende que as crianças que observam o pai e/ou a mãe a serem agressivos com os respectivos companheiros tendem a ser significativamente mais agressivas nas suas relações de amizade e de intimidade (Moretti et al., 2006).

Seguindo esta linha de raciocínio, e em termos do *ajustamento social*, vários estudos com crianças que testemunharam a violência entre os pais constataram que estas podem ser afetadas ao nível do seu autorrespeito, da sua autoestima e da confiança nos outros (Fantuzzo & Mohor, 1999; Grych, Jouriles et al., 2000; Imhonde, Aluede, & Oboite, 2009; Margolin, 1998; Silvern et al., 1995; Salami, 2010).

Associado ao contexto escolar encontra-se frequentemente o isolamento destas crianças em relação ao grupo de pares (Rodrigues, 2006), muitas vezes por se sentirem diferentes dos seus pares, podendo mesmo por vezes sentir “vergonha por fazer parte de uma família como aquela, por ter de manter um segredo e não ser capaz de trazer amigos para sua casa ou celebrar rituais típicos de família” (Davidson, 1978, as cited in Sani, 1999, p. 250). Outros autores fazem menção às dificuldades no estabelecimento de relações sociais e ao isolamento social que caracteriza estas crianças (e.g., Cummings & Davies, 2011; Pepler et al. 2000; Sternberg et al., 2006). Sobre esta questão, Gottman e Katz (1989, as cited in Rodrigues, 2006) alertam para os riscos que este isolamento pode ter em idades precoces, como por exemplo impedir o acesso da criança a aprendizagens importantes que são feitas quando em interação com os pares.

Por fim, e embora a investigação neste domínio seja escassa (Richards, 2011), alguns autores referem que, para além do desenvolvimento cognitivo, emocional e comportamental e social, é possível observar-se alterações no *funcionamento físico ou biológico* das crianças que são vítimas da exposição à violência interpaparental (Carlson, 2000; Edleson, 1997; El-Sheik et al., 2001; Richards, 2011; Summers, 2006). Alguns estudos revelam que estas crianças estão mais propensas a apresentar problemas de sono e de alimentação, sintomas somáticos, dores de cabeça, dores de estômago, queixas de excessivo cansaço (Carlson, 2000; Baker, Jaffe, & Moore, 2001; Jaffe et al., 2003; Richards, 2011) e, numa fase mais tardia, a revelar problemas relacionados com o consumo e abuso de substâncias (álcool, tabaco, etc.), aumentando assim o risco de morte precoce (Pinheiro, 2006).

- Efeitos Indiretos -

De acordo com a literatura, a qualidade das relações que os pais, especialmente as mães, têm com os seus filhos pode ser considerada um dos mais importantes preditores do desenvolvimento futuro das crianças (Holden, 1998; Levendosky & Graham-Bermann, 2001; Lapierre, 2008; Letourneau et al., 2001; Letourneau, Fedick, & Willms, 2007). Neste sentido, é possível constatar-se uma crescente produção empírica na literatura que tem vindo nestes últimos anos a sugerir a existência de outro tipo de efeitos, designado de efeitos indiretos, que podem afetar o ajustamento das crianças expostas à violência interpaparental através do bem-estar e ajustamento materno, das práticas parentais e da qualidade da relação entre pais e filhos (Anderson & Cramer-Benjamin, 1999; Calheiros & Monteiro, 2007; Chetty & Agee, 2009; Deon & Weems, 2010; Huang, Wang, & Warrenner, 2010; Kalil, Tolman, Rosen, & Gruber, 2003; Lapierre, 2008; Levendosky, Huth-Bocks, Shapiro, & Semel, 2003).

Ainda que a mulher efetivamente desempenhe um papel central no que toca ao bem-estar dos seus filhos (Lapierre, 2008), “a concretização efetiva do seu papel enquanto progenitora transforma-se numa tarefa complicada quando a violência integra o quotidiano da família” (Sani, 2008b, p. 125), podendo esta ser uma influência prejudicial particularmente potente (Kelleher et al., 2008).

Com efeito, na literatura é possível encontrar evidências que comprovam que o aumento dos níveis de depressão, de vulnerabilidade ao *stress*, de baixa autoestima, ansiedade, irritabilidade, medo e sentimentos de impotência e de culpa encontrados em mães que vivem num ambiente familiar hostil e violento, quando comparadas com mães que não experienciam essa situação (Casanueva, Martin, Runyan, Barth, & Bradley, 2008; Holt et al., 2008; Letourneau et al., 2007; Levendosky & Graham-Bermann, 2001; Matos, 2005), pode afetar as suas capacidades parentais (Bromfield et al., 2010; Gewirtz, DeGarmo, & Medhanie, 2011; Levendosky et al., 2003), tornando-as emocionalmente distantes, indisponíveis e menos sensíveis às necessidades das suas crianças (Holt et al., 2008). Consequentemente, muitas vezes as necessidades da criança são esquecidas e por isso comprometidas, deixando a criança e o seu desenvolvimento em risco. E mesmo em casos em que as necessidades são detetadas, as mães podem estar indisponíveis para responder de um modo apoiante e consistente, assim como fornecer uma base segura ou um porto de abrigo às suas crianças (Buchanan, 2008; Cox

et al., 2001; Cunningham & Baker, 2007; Holden, Stein, Ritchie, Harris, & Jouriles, 1998).

Por tudo isto, muitos autores concluem que os efeitos da exposição não se restringem ao cometimento de atos de violência (efeitos diretos), mas abrangem também, como consequência da violência, atos de omissão na satisfação das necessidades biológicas e psicológicas da criança (Cummings & Davies, 1994; Rodrigues, 2006; Sani, 2008a).

Adicionalmente, a investigação desenvolvida neste âmbito tem vindo a colocar a tónica nas estratégias disciplinares coercivas, que são constituídas pelas estratégias que envolvem ameaças, punição física e privação de privilégios e afetos, que algumas progenitoras, encontrando-se emocionalmente esgotadas pela violência contínua a que estão sujeitas, poderão adotar como estratégia parental para lidar com os filhos, ou usar estas estratégias somente como forma de evitar ações mais severas por parte do companheiro (Casuanueva, Martin, Runyan, Barth, & Bradley, 2008; Chetty & Agee, 2009; Deon & Weems, 2010; Edleson, Mbilinyi, & Shetty, 2003; Holden et al., 1998; Sani, 2008b).

A educação dos filhos é, de entre as tarefas que compõem a função parental, provavelmente a mais complexa. Não obstante a complexidade que lhe subjaz, esta pode ser uma das experiências mais gratificantes e satisfatórias do ser humano, sobretudo pelo facto dos pais representarem, verdadeira e fundamentalmente, uma fonte inesgotável de experiências de vida que permitem influenciar precocemente as trajetórias desenvolvimentais dos seus filhos (Alarcão, 2006; Bem & Wagner, 2006; Cruz, 2005; Soares, 2000), ainda que por vezes não o façam de forma consciente.

Por conseguinte, a literatura tem demonstrado que as práticas educativas parentais, e mais concretamente as práticas educativas coercitivas, produzem efeitos adversos nas diversas áreas do desenvolvimento psicossocial da criança (Alvarenga & Piccinini, 2001; Pacheco, Silveira, & Schneider, 2008; Reppold, Pacheco, Bardagi, & Hutz, 2002), e podem inclusive aumentar o risco tanto de perpetração como de vitimação nas relações futuras (Cecconello, De Antoni, & Koller, 2003).

Por outro lado, fazendo uma análise da literatura percebe-se que existe falta de consenso entre os autores em torno desta questão (Hungerford, Wait, Fritz, & Clements, 2012), uma vez que algumas investigações empíricas sugerem que, ainda que as mães de crianças expostas à violência interpaparental demonstrem um aumento dos níveis de *stress*, isso não significa necessariamente que esse *stress* se traduza sempre numa diminuição das suas capacidades parentais (Edleson, Mbilinyi, & Shetty, 2003; Lieberman, van Horn, & Ozer, 2005). Efetivamente, em alguns casos, estas mães demonstram fazer esforços consideráveis para proteger os seus filhos (Bromfield et al., 2010; Mullender et al., 2002), podendo inclusive ser mais sensíveis e responsivas aos seus filhos do que outros pais, uma vez que sentem necessidade de compensar as suas crianças atendendo a tudo o que já sofreram (Letourneau et al., 2007; Levendosky et al., 2003). Como argumentam Letourneau e seus colaboradores (2007), tal sensibilidade e capacidade de resposta podem funcionar como fator determinante na promoção do bom desenvolvimento e ajustamento destas crianças, o que por sua vez pode assim explicar como em situações análogas de vitimação e abuso algumas crianças manifestam ser mais resilientes do que outras.

2.2.1.2. As variáveis mediadoras do impacto da violência interpaparental

Tal como foi possível constatar, existe uma multiplicidade de efeitos distintos que podem afetar as trajetórias desenvolvimentais da criança quando expostas à violência interpaparental. Porém, também foi possível verificar que nem todas as crianças são afetadas da mesma forma pela violência interpaparental, podendo estas evidenciar poucos ou até mesmo nenhuns problemas de ajustamento. Cada criança é única (Cunningham & Baker, 2007) e não é de todo um recipiente passivo à estimulação do meio ambiente (Cummings & Davies, 1994). Desta forma as respostas das crianças que convivem diariamente com a violência podem variar significativamente, inclusive, crianças dentro da mesma família podem ser afetadas de forma diferente, dependendo esta vicissitude de distintos fatores (Cahn, 2006; Cunningham & Baker, 2007; Hester, Pearson, & Harwin, 2007).

Efetivamente, muitas crianças que testemunham histórias de conflito interpaparental destrutivo parecem desenvolver-se de forma adaptativa ao longo das suas trajetórias desenvolvimentais (Cummings & Davies, 1994; Davies & Lindsay, 2004;

Hughes et al., 2001; Hughes & Lucas, 1998), sendo que esta variabilidade pode ser melhor explicada atendendo à ação mediadora de um conjunto de variáveis, (Cahn 2006; Edleson, 2001; Gewirtz & Edleson, 2007; Horn & Lieberman, 2011; Howell, 2011; Hughes et al., 2001; Sani, 2003, 2006b), que não devem ser entendidos numa perspectiva causal, mas antes como processos complexos que podem funcionar quer como fatores de proteção, quer como fatores de vulnerabilidade, isto é, atenuando ou exacerbando, respetivamente, o impacto no ajustamento psicossocial da criança (Coutinho & Sani, 2008a).

Estas variáveis mediadoras podem ser agrupadas em dois grandes tipos: variáveis individuais e variáveis situacionais-contextuais (Buehler, Krishnakumar, Stone, Anthony, Pemberton, & Barber, et al., 1997; Davies & Cummings, 1994; Grych, 1998; Sani, 2006a). Por um lado, as *variáveis individuais* estão relacionadas com as características individuais da criança (e.g., idade, género, temperamento, autoestima, capacidades cognitivas, estratégias de coping, perceções e interpretações da criança). Por outro lado, as *variáveis situacionais-contextuais*, que se fracionam em dois tipos: situacionais, que estão diretamente relacionadas com a criança (e.g., competências parentais dos progenitores, saúde mental dos pais e suporte social); e contextuais, que estão relacionadas com os pais e o conflito interpaparental (e.g., local de ocorrência, frequência, intensidade, duração, conteúdo, resolução do conflito).

De seguida, e devido à grande extensão deste tema, debruçar-nos-emos apenas sobre algumas destas variáveis, nomeadamente as que surgem mais divulgadas na literatura e que acreditámos serem as mais pertinentes para o presente estudo.

- Variáveis individuais -

As variáveis individuais têm vindo, ao longo do tempo, a receber atenção significativa por investigadores interessados na relação entre o conflito interpaparental e o ajustamento da criança, devido às evidências encontradas por alguns estudos (e.g., Cummings et al., 2007; Jouriles, Spiller, Stephens, McDonald, & Swank, 2000; David & Murphy, 2004) que comprovam que o género, a idade e as perceções e interpretações da criança são variáveis que desempenham um papel de mediador na relação entre a exposição à violência interpaparental e o impacto no ajustamento da criança.

No que concerne à variável *idade*, a literatura defende que o ajustamento da criança, independentemente da sua idade, pode ser afetado pela exposição à violência interpaparental e que a sintomatologia relacionada com o conflito difere em termos da fase desenvolvimental da criança (Cunningham & Baker, 2007; Jaffe et al., 1990; Summers, 2006).

Embora os *bebés* não compreendam o que se passa entre os adultos e não compreendam o conteúdo das discordâncias, eles ouvem o barulho, os gritos, as discussões e conseguem sentir a tensão (Cunningham & Baker, 2007). A sua sensibilidade está apurada e estes podem sentir-se angustiados, chateados ou com medo se não conseguirem ver as suas necessidades satisfeitas prontamente, inclusive podem sentir medo de explorar e brincar ou ainda sentir a angústia das suas mães (Cunningham & Baker, 2007). As *crianças em idade pré-escolar* tendem a manifestar maiores níveis de problemas emocionais e de comportamento imaturo (Holden, 1998), e devido à sua natureza egocêntrica podem se sentir responsabilizados pela ocorrência do conflito (Cunningham & Baker, 2007). Estas crianças podem também exibir sintomas regressivos, como enurese, ansiedade de separação e diminuição de verbalização (Cunningham & Baker, 2007; Osofsky, 1995) experienciando, portanto, um maior impacto, comparativamente com as crianças mais velhas (Buehler et al., 1998). Por seu lado, as *crianças em idade escolar*, por serem cognitivamente mais maduras e serem capazes de compreender o significado e intencionalidade da violência, manifestam maior preocupação sobre a postura (de evitamento ou envolvimento) que devem ter face aos problemas interpaparentais, aumentando assim a sua propensão para reagirem em termos de intervenções comportamentais nas interações abusivas (Cummings, Wilson, & Shamir 2003; Davies, Cummings, Myers, & Heindel, 1999). Estas crianças evidenciam, ainda, maior propensão para desenvolverem perturbações de sono, menor motivação para explorar o mundo, assim como evidenciar dificuldades de atenção e de concentração devido aos seus pensamentos intrusivos (Cunningham & Baker, 2007). Estas crianças tendem também a revelar que a divergência é causada por fatores como o *stress*, problemas financeiros, problemas relacionados com álcool ou drogas (Cunningham & Baker, 2007).

Foram encontradas algumas inconsistências em termos da variável *género* (Rhoades, 2008). Existem estudos que não encontram diferenças significativas entre o

género (Buehler et al., 1997; Buehler et al., 1998; McDonald & Grych, 2006). Em contrapartida, vários estudos revelam que a exposição à violência interpaparental pode afetar as crianças de forma diferente em termos de género (Evans, Corrie, & DiLillo, 2008), ainda que o padrão de diferenças seja geralmente contraditório. Por exemplo, uma recente meta-análise revelou que a associação entre o conflito interpaparental e os problemas de internalização das raparigas é mais forte nas raparigas, quando comparadas com os rapazes (Ransom, 2008). Estes dados são consistentes com uma série de investigações (e.g., Davies & Lindsay, 2004; Evans et al., 2008) que sugerem que os rapazes demonstram mais problemas de externalização (e.g., agressão), enquanto que as raparigas tendem a apresentar mais comportamentos de internalização (e.g., depressão). Porém, outros estudos têm demonstrado a relação oposta, nos quais são as raparigas que pontuam mais no que diz respeito aos problemas de externalização, comparativamente com os rapazes (e.g., David & Murphy, 2004; Davies & Windle, 1997), ou então não conseguiram encontrar evidências significativas no que concerne às diferenças de género (e.g., Katz & Gottman, 1993).

Não obstante, de forma geral, a literatura (Cummings, Davies, & Simpson, 1994; Kerig, 1998; Shelton & Harold, 2008; Vairami & Vorria, 2007) sugere que a sintomatologia externalizadora dos rapazes encontra-se associada à perceção de ameaça e com as avaliações de eficácia de *coping*, já a sintomatologia de internalização das raparigas encontra-se relacionada com sentimentos de autorresponsabilização ou culpa. Estes resultados vêm, portanto, reforçar a ideia de que as raparigas apresentam maior vulnerabilidade quando expostas a elevados níveis de conflito interpaparental (Davies & Lindsay, 2004).

Dadas as evidências divergentes encontradas nas investigações empíricas no que concerne às diferenças de género, Cummings (1998) alerta para o facto de que esta variabilidade pode estar relacionada com outro tipo de fatores como a idade e as características do conflito interpaparental.

Ao longo dos últimos anos, as investigações empíricas (e.g., Cummings, Davies, & Simpson, 1994; DeBoard-Lucas & Grych, 2011a; Shelton & Harold, 2007, 2008; Shelton, Harold, Goeke-Morey, & Cummings, 2006) têm privilegiado o estudo das *estratégias de coping* das crianças no contexto da violência interpaparental. De acordo com Lazarus e Folkman (1984), o *coping* pode ser definido como o conjunto de

esforços cognitivos e comportamentais, em constante mudança, utilizados pelos indivíduos com o intuito de gerir e lidar com exigências específicas, internas ou externas, que surgem em situações de *stress* e que são avaliadas como sobrecarregando ou excedendo os seus recursos pessoais. Atendendo a esta definição, pode-se dizer que as estratégias de *coping* referem-se às percepções, interações e comportamentos que irão definir ou influenciar o modo como as crianças vão, por um lado, compreender a violência interpaparental e, por outro, lidar com a exposição à violência interpaparental (Goldblatt, 2003). Além disso, a subjetividade da avaliação das exigências da experiência implica que as estratégias de *coping* irão variar de pessoa para pessoa (Antoniazzi, Dell’Aglío, & Bandeira, 1998).

Teoricamente, as estratégias de *coping* dividem-se em duas categorias funcionais (Folkman & Lazarus, 1980): *estratégias focadas no problema*, que se traduzem em estratégias orientadas para a resolução do problema (e.g., intervenções diretas no incidente); e *estratégias focadas na emoção*, que se referem às estratégias orientadas para diminuir o *stress* (e.g., evitamento, distanciamento do local onde decorre o conflito).

Folkman (1984) sugere que na presença de um *stressor* incontrollável (e.g., conflito interpaparental), as estratégias de *coping* focadas na emoção estão mais relacionadas com um melhor ajustamento psicológico em comparação com as estratégias focadas no problema. Alguns estudos comprovam estes dados. Por exemplo, um estudo realizado por O’Brien, Bahadur, Gee, Balto, e Erber (1997) concluiu que o uso de estratégias focadas no problema estavam relacionadas com sintomatologia depressiva nas crianças, enquanto que as estratégias focadas na emoção não se encontravam associadas com sintomatologia de internalização.

Adicionalmente, alguns autores concluem que as estratégias focadas no problema (e.g., gritar na tentativa de parar o evento, agredir o agressor) são as mais utilizadas pelas crianças quando expostas à violência interpaparental (e.g., Coutinho, 2008), sendo que estas crianças apresentam, portanto, maior risco para desenvolver problemas de ajustamento (Tschann et al., 2002). Por outro lado, há autores que concluem que as estratégias focadas na emoção são as mais utilizadas, uma vez que, quando comparadas com os adultos, as crianças têm menos recursos para lidar com o

conflito (e.g., Lisboa et al., 2002), quer em tamanho, quer em força física (Fosco, DeBoard, & Grych, 2007).

Do mesmo modo, as diferenças entre os géneros na forma como as crianças lidam com o conflito interpaparental apresentam resultados inconsistentes (Shelton, Harold, Goeke-Morey, & Cummings, 2006). Há autores que defendem que os rapazes têm mais predisposição para intervir diretamente na violência interpaparental (Jaffe, Wolfe, & Wilson, 1990). Por oposição, outros autores defendem que as raparigas apresentam mais envolvimento na violência interpaparental (Davies et al., 2002), sendo esta ideia suportada por um estudo efetuado por Shelton, Harold, Goeke-Morey, e Cummings (2006), no qual os autores analisaram os comportamentos de *coping* das crianças em função do género e da expressão de conflito (isto é, a intensidade e o conteúdo de conflito). Neste estudo foi possível constatar-se que as raparigas, em relação aos rapazes, faziam mais uso de técnicas de mediação, sendo que as tentativas de mediação eram mais prováveis de acontecer se o conflito envolvesse agressão física e verbal, ou se o conteúdo do argumento fosse relacionado com a criança.

Por fim, diversos autores (e.g., DeBoard-Lucas & Grych, 2011; Fortin, Doucet, & Damant, 2011; Fosco, DeBoard, & Grych, 2007; Hungerford et al., 2012; Sani, 2011) salientam a importância das *perceções e interpretações* que as crianças elaboram como potenciais mediadores do impacto da exposição à violência interpaparental.

Uma das mudanças mais significativas que acontece no desenvolvimento infantil envolve a capacidade crescente das crianças para pensar e atribuir significado às suas experiências (DeBoard-Lucas & Grych, 2011). Ao longo da sua vida, as pessoas agem com base nos significados que constroem ativamente sobre a realidade social, sendo estes resultantes das suas experiências de interação e da própria interpretação (Carlson, Sroufe, & Egeland, 2004; Coutinho & Sani, 2008a).

Quando a violência ocorre, as crianças tentam ativamente perceber, interpretar e dar sentido a esta experiência (DeBoard-Lucas & Grych, 2011; Eisikovits, Winstok, & Enosh, 1998), sendo que as interpretações que as crianças elaboram predizem o seu posterior ajustamento (Sani, 2011). Assim, o impacto na criança depende, não só do testemunho direto ou indireto do episódio, mas também da forma como esta interpreta o

seu significado (Grych & Fincham, 1990), isto é, da sua capacidade para mediar as fontes externas e internas de perigo (Sani, 2011).

Concretamente, determinados estudos revelaram que as avaliações cognitivas das crianças expostas à violência interpaparental estão associadas a problemas de internalização (Coyne, Barrett, & Duffy, 2000; Fosco & Grych, 2008; Rhoades, 2008). Quando as crianças percebem o conflito interpaparental como uma ameaça para si mesmos ou para o sistema familiar, ou ainda quando sentem que são incapazes de lidar com o conflito, estão mais propensas a sentirem-se ansiosas e indefesas. Do mesmo modo, quando as crianças se sentem culpadas pelos conflitos entre os seus pais, apresentando mais predisposição para a experienciar sentimentos de culpa, vergonha e tristeza (Fortin et al., 2011; Grych & Fincham, 1990; Grych et al., 2000a). Um quadro semelhante emerge quando as crianças estão expostas a situações mais severas de conflito interpaparental (e.g., violência) (Fortin et al., 2011; DeBoard-Lucas & Grych, 2011). Além disso, refere Sani (2003) que a exposição à violência altera a forma como vê o mundo, pelo que algumas crianças poderão ver afetadas a percepção que têm de si mesmas, dos seus relacionamentos, objetivos e estratégias de sobrevivência. Pelo que pode concluir-se que as avaliações das crianças podem desempenhar um papel crucial no seu bem-estar físico e emocional e podem funcionar como um fator de vulnerabilidade, amplificando os efeitos negativos do conflito interpaparental no ajustamento psicossocial da criança (DeBoard-Lucas & Grych, 2011).

- Variáveis situacionais-contextuais -

Como anteriormente referenciado, a segunda categoria de variáveis mediadoras abarcam dois tipos. Encontramos, por um lado, as variáveis *situacionais*, que estão diretamente relacionadas com a criança. Por outro lado, encontramos as variáveis *contextuais*, que estão relacionadas com os pais e o conflito interpaparental.

No que respeita às variáveis *situacionais*, o ajustamento materno, as práticas parentais e a qualidade da relação entre pais e criança desempenham um papel relevante na mediação entre os conflitos interpaparentais e a desregulação emocional da criança (Davies et al., 2002; Lieberman, Van Horn, & Ozer, 2005; Sturge-Apple, Davies, Cicchetti, & Manning, 2010). Sobre esta variável, e mais concretamente sobre as

competências paparentais e práticas educativas, não a iremos aprofundar, uma vez que esta questão já foi abordada no ponto referente aos efeitos indiretos da exposição à violência interpaparental.

Podemos, no entanto, referir que a experiência de insegurança da criança face ao conflito interpaparental pode ser intensificada pelas dificuldades ao nível das competências paparentais, tornando a criança mais vulnerável à dificuldade de regulação emocional e, por sua vez, a problemas de comportamento (Davies et al., 2002). Esta ideia é comprovada por alguns estudos (e.g., Jones, Forehand, Dorsey, Foster, & Brody, 2005) que concluíram que as famílias que apresentam baixos níveis de afeto positivo e elevados níveis de expressão emocional negativa tendem a desencadear na criança sintomatologia de internalização e externalização (Fosco & Grych, 2007). Também, importa lembrar que devido à repercussão que o *stress* provocado pelos episódios abusivos tem no funcionamento psicológico das mães vitimizadas, poderá haver um menor envolvimento e empatia com os filhos, sendo estas mães muitas vezes descritas na literatura como distantes e menos responsivas às necessidades da criança (Grych & Fincham, 1993). Por sua vez, esta situação poderá dar origem a práticas paparentais deficientes (Casanueva et al., 2008) e, conseqüentemente, resultar em psicopatologia na criança (Davies & Windle, 1997).

Relativamente às variáveis *contextuais*, Grych e Fincham (1990) identificaram quatro dimensões principais de conflito potencialmente importantes, nomeadamente a frequência, intensidade, conteúdo e resolução de conflito, que se relacionam com problemas de ajustamento da criança.

Um grande número de estudos (e.g., David, Steele, Forehand, & Armistead, 1996; Grych & Fincham, 1990; Long & Forehand, 1987) analisou a relação entre a *freqüência* de conflito interpaparental e problemas de desenvolvimento na criança, os quais concluíram que o aumento de exposição ao conflito tem repercussões no seu ajustamento, traduzidas em sintomas de internalização e de externalização.

A *intensidade* do conflito parece ser um fator igualmente relevante, já que a exposição aos conflitos que envolvem agressão física parecem ser mais perturbadores para a criança, quando comparadas com formas menos intensas de conflito, estando fortemente associada a problemas de comportamento nas crianças, traduzidas em

manifestações de raiva, tristeza, preocupação, vergonha e culpa (Cummings & Davies, 1994). Adicionalmente, num estudo que se debruçou sobre as reações de quarenta e oito crianças com idades compreendidas entre os 2 e 5 anos revelou que as crianças, cujos pais relataram envolvimento com agressão física durante os conflitos interpaparentais, encontravam-se mais propensas a exibirem reações comportamentais como o reconforto, defesa da sua mãe e apresentavam também uma maior preocupação com o conflito (Cummings, Pellegrinin, Notarius, & Cummings, 1989).

Outra variável do conflito comumente discutida na literatura envolve o *conteúdo* dos conflitos interpaparentais. A literatura sugere que, na presença de conflitos cujos conteúdos estão relacionados com a criança ou com a família, esta tende a considerar-se responsável pela existência do conflito interpaparental (Cummings & Davies, 1994; Fosco & Grych, 2010) e, por isso, pode reagir com mais agressividade e experimentar um maior desejo de intervir no conflito paparental (Papp, Cummings, & Goeke-Morey, 2002). Cummings, Goeke-Morey, e Papp (2004) examinaram o papel do conflito interpaparental no ajustamento global da criança, bem como o comportamento agressivo da criança, focando-se essencialmente na importância do conteúdo do conflito paparental, em cento e oito famílias com crianças com idades compreendidas entre os 8 e os 16 anos. O conteúdo do conflito foi dividido em duas categorias principais: ameaçador, que incluía tópicos relacionados com a criança ou a família; e não ameaçador, que incluía tópicos relacionados com o trabalho ou atividades sociais. Este estudo comprovou que os tópicos ameaçadores estavam associados com um aumento das respostas agressivas das crianças durante o conflito, comparativamente com as respostas durante o conflito relacionadas com os tópicos não ameaçadores.

Por fim, em termos da *resolução do conflito*, pressupõe-se que a percepção por parte da criança de que o conflito ficou solucionado poderá minimizar os efeitos do mesmo no seu ajustamento (Cummings & Davies, 1994). A maioria dos estudos nesta área tem comparado os efeitos dos conflitos interpaparentais resolvidos (divergências que se resolvem com um pedido de desculpas ou com um compromisso) *versus* não resolvidos (conflito em curso ou conflito que termina com os pais que se recusam a falar uns com os outros) (El-Sheikh & Cummings, 1995; El-Sheikh, Cummings, e Reiter, 1996). Porém, outros estudos têm-se centrado mais nas estratégias utilizadas para solucionar o conflito. Cummings, Wilson, e Shamir (2003) descobriram que o tipo de

resolução do conflito interpaparental estava relacionado com os sentimentos e as expectativas futuras das setenta e duas crianças com idades compreendidas entre os 7 e 13 anos, recrutadas a partir dos EUA e do Chile. Para ambos os grupos, o conflito interpaparental estava relacionado com o ajustamento das crianças e as reações das crianças ao conflito paparental variava significativamente em função da resolução do conflito. Para além das estratégias usadas para resolver o conflito, outros estudos consideram o tom emocional dessas resoluções. Por exemplo, Davies, Myers, e Cumming (1996) descobriram que as crianças experimentam significativamente mais raiva, tristeza e medo quando os conflitos conjugais, em vez de serem solucionados harmoniosamente, terminam de um modo hostil. Este estudo também concluiu que as crianças relatam sentir mais vontade para escolher um dos lados, para se envolver no conflito, ou para ajudar na tarefa que gerou o conflito quando o conflito termina em um tom emocional hostil ao invés de um tom emocional harmonioso.

2.2.2. A construção de significados da experiência de vitimação

Como referem Coutinho e Sani (2008), as pessoas interagem com base nos significados que constroem, os quais, resultantes da própria interação social que estabelecem com os outros, irão modelar a sua dimensão comportamental, emocional e cognitiva. Deste modo, entrar no mundo subjetivo de cada uma, aceder às suas perspetivas sobre como se veem a si próprias, aos principais intervenientes da sua vida e ao meio onde se encontram inseridas constitui uma tarefa essencial e indispensável (Coutinho & Sani, 2008).

As interpretações que as crianças expostas à violência interpaparental fazem, durante e após o incidente, irão prever o seu posterior ajustamento (Sani, 2011). Quer isto dizer que, por um lado, a criança é conceptualizada como um elemento ativo na procura de significados das suas experiências (Coutinho & Sani, 2008a), e por outro, a forma como percebe essas mesmas experiências irá determinar a presença ou a ausência de certos sintomas, sendo que as construções emergentes acerca da realidade serão elaboradas, não só a partir da percepção que tem de si própria, como também da percepção de qualidade do seu sistema de suporte (família) (Sani, 2011).

Neste sentido, e tal como supramencionado, as percepções e interpretações das crianças têm recebido atenção considerável por parte da comunidade científica como potenciais mediadores do impacto da exposição à violência interpaparental (Buehler, Lange, & Franck, 2007; DeBoard-Lucas & Grych, 2011b; Fortin et al., 2011; Fosco et al., 2007; Hungerford et al., 2012; Levendosky, Bogat, & von Eye, 2007; Sani, 2011). A investigação neste domínio é habitualmente orientada por dois modelos teóricos que se complementam, designadamente o *modelo cognitivo-contextual* (Grych & Fincham, 1990; Fosco et al., 2007), e o *modelo de segurança emocional* (Cummings & Davies, 1994, 2011).

2.2.2.1. Modelo cognitivo-contextual

O modelo cognitivo-contextual da autoria de Grych e Fincham (1990) representa a primeira tentativa de construção de uma abordagem coerente e compreensiva, preocupada em descrever os mecanismos e processos que podem mediar a relação entre a exposição à violência interpaparental e o ajustamento das crianças, assim como os fatores que podem mediar essa relação.

Este modelo propõe que as percepções e interpretações das crianças acerca do conflito interpaparental desempenham um papel central na determinação do impacto do conflito no seu ajustamento psicossocial (Grych & Fincham, 1990; Fosco et al., 2007). Mais especificamente, segundo este modelo, a exposição da criança ao conflito interpaparental desencadeia um processo, no qual a criança avalia o conflito interpaparental em duas fases (Grych & Fincham, 1990). Numa primeira fase, designada de *processamento primário*, a criança avalia em que medida acredita que o conflito tem implicações para a sua própria segurança e integridade, ou dos seus pais, ou ainda dos restantes membros da família (grau da ameaça percebida). Já numa segunda fase, designada de *processamento secundário*, a criança procura compreender, por um lado, a razão da sua ocorrência e em que medida eles se sentem responsáveis pelo conflito (atribuição de causa e culpa), e, por outro, em que medida acredita ser capaz de lidar com o conflito (eficácia de coping). Teoricamente, estas apreciações cognitivas das crianças acerca do conflito interpaparental irão desencadear respostas comportamentais e emocionais (Crockenberg & Langrock, 2001; Grych & Cardoza-Fernandes, 2001).

Este modelo também descreve os fatores que influenciam as percepções de ameaça, atribuições e eficácia de *coping* das crianças. Em primeiro lugar, a forma como o conflito é manifestado é determinante. À medida que a discórdia interpaparental vai tornando-se cada vez mais intensa, maiores os níveis de ameaça relatados pelas crianças, menores os níveis de eficácia de *coping*, e maior a propensão para acreditar que eles são os responsáveis por originar o conflito ou que detêm a responsabilidade de o cessar (Grych & Fincham, 2001). De forma análoga, as divergências que despontam devido a uma questão relacionada com a criança podem acarretar o aumento dos níveis de auto-responsabilização, contudo, aumentam também a eficácia de *coping*, talvez porque de alguma forma as crianças acreditam que podem ajudar a resolver os conflitos que os envolvem (Grych, 1998; Grych & Fincham, 1993).

O impacto do conflito interpaparental é, portanto, mediado pela interação das apreciações subjetivas que a criança elabora sobre o próprio conflito, sendo estas moldadas pela *natureza do conflito* (por exemplo, severidade, frequência, intensidade, conteúdo e resolução), e por uma variedade de *fatores contextuais* (características relacionadas com a criança, como idade, gênero e temperamento, assim como a qualidade das relações entre pais e filhos, e a experiência prévia com o conflito), que poderão potencializar uma multiplicidade de consequências adversas na criança, traduzidas em problemas de internalização e de externalização, e promover o seu posterior desajustamento (Benetti, 2006; Fosco et al., 2007; Grych & Fincham, 1990; Hungerford et al., 2012; McDonald & Grych, 2006). Aliás, alguns estudos (e.g., Dadds, Atkinson, Turner, Blums, & Lendich, 1999; Grych et al., 2000b; Grych, Harold, & Miles, 2003; Kerig, 1998) sugerem a existência de alguma especificidade nas relações entre as avaliações cognitivas e tipos particulares de problemas de ajustamento. Objetivamente, estudos realizados com crianças demonstram consistentemente que as avaliações de ameaça das crianças estão relacionadas com problemas de internalização, mas não com problemas de externalização (Grych et al., 2003), enquanto que as atribuições de culpa predizem tantos os problemas de internalização como de externalização (Dadds et al., 1999; Grych et al., 2003).

Não obstante, Grych e Fincham (1990) acrescentam que quando o conflito interpaparental é resolvido de forma construtiva, este pode ter um impacto positivo na criança, já que promoverá o desenvolvimento da capacidade de resolução de problemas

de forma adequada, assim como o desenvolvimento de estratégias de *coping* adaptativas.

Importa também referir que embora os conceitos como “apreciação” e “significado” sejam muitas vezes entendidos como termos puramente cognitivos, na sua essência eles são repletos de afeto (Grych & Cardoza-Fernandes, 2001). Assim, ainda que o modelo enfatize a dimensão cognitiva do processo de elaboração das apreciações, a capacidade de regulação emocional da criança, surge também como um fator que desempenha um papel determinante e essencial, ao influenciar a interpretação que faz sobre as suas interações (Dadds et al., 1999; Grych & Cardoza-Fernandes, 2001). De forma que, ambas as dimensões apresentam-se como indissociáveis, relacionando-se de forma dinâmica e recíproca, no processo de construção do significado da violência para a criança (Fosco et al., 2007; Grych & Cardoza-Fernandes, 2001).

2.2.2.2. Modelo da segurança emocional

Ainda que não desconsidere os aspetos emocionais, o afeto no modelo cognitivo-contextual é secundário, já que este último destaca o papel da cognição como mediador da relação entre o conflito conjugal e o (des)ajustamento da criança. É, pois, a partir desta constatação que surge o modelo de segurança emocional desenvolvido por Cummings e Davies (1994), como um complemento ao modelo cognitivo-contextual de Grych & Fincham (1990), que, sem deixar de reconhecer a sua qualidade e valorizar a importância da cognição, pretende chamar a atenção para o papel da emoção na compreensão do ajustamento da criança ao conflito interpaparental (Cummings 1998).

O modelo de segurança emocional, baseado na Teoria de Apego (Bowlby, 1982), que enfatiza a importância da qualidade de apego entre pais e filhos para a segurança emocional da criança, pretende ampliar o seu foco, incluindo a qualidade da relação entre os progenitores como uma fonte adicional de segurança para a criança (Cummings & Davies, 1994).

Segundo este modelo, preservar a segurança emocional no subsistema interpaparental é um objetivo primário da criança que motiva as suas ações e organiza as suas respostas face à ameaça dessa segurança (Davies, Forman, Rasi, & Stevens, 2002). Além disso, a preservação da segurança emocional, de acordo com este modelo, é

conceptualizada como um mecanismo que medeia o impacto dos conflitos interpaparentais no desenvolvimento da criança (Davies & Cummings, 1994). Este mecanismo envolve três processos concretos, que apesar de distintos, são interdependentes, designadamente (Buehler et al., 2007; Davies & Cummings, 1994; Davies & Forman, 2002): *reatividade emocional*, que se foca na manifestação de sentimentos e emoções de insegurança (e.g., medo e *distress*); *regulação comportamental*, que se centra na manifestação comportamental de insegurança (e.g., postura de evitamento e envolvimento face aos problemas interpaparentais); e *representações internas*, que se concentram na manifestação das avaliações de insegurança (e.g., preocupações com a separação ou divórcio dos pais, medo da escalada do conflito). Assim, as reações emocionais e comportamentais, bem como as representações internas da criança face ao conflito interpaparental deverão ser sempre entendidas como esforços da criança para preservar ou restabelecer o sentimento de segurança emocional (Cummings & Davies, 1994, 2011).

Partindo deste ponto de vista, a violência interpaparental ao influenciar a qualidade da relação entre o progenitor e a criança, assim como a qualidade da representação interna que a criança constrói da relação conjugal dos seus pais, constitui uma séria ameaça à preservação do sentimento de segurança emocional por parte da criança (Cummings & Davies, 1994, 2011). Assim, perante a situação de violência interpaparental a criança pode revelar sinais de insegurança emocional, que se refletem essencialmente numa maior reatividade emocional, numa excessiva regulação de exposição ao afeto parental, e em representações internas hostis das consequências que o conflito interpaparental tem para o bem-estar da própria criança e da família (Buehler et al., 2007; Cox et al., 2001; Davies & Cummings, 1994; Davies et al., 2002; Hungerford et al., 2012).

Por conseguinte, a repetida exposição à violência interpaparental, ao aumentar a necessidade da criança de preservar a segurança emocional, pode comprometer o ajustamento psicossocial da criança, incrementando a sua vulnerabilidade para revelar sintomatologia de internalização e de externalização (Cummings & Davies, 1994, 2011; Davies & Cummings, 1994; Davies, Cummings, & Winter, 2004; Davies et al., 2002). Neste sentido, alguns estudos (e.g., Cummings & Merrilees, 2010; Cummings, Papp, et al., 2009 cited in Cummings & Davies, 2011) revelaram que estratégias de conflito

destrutivas (e.g., ameaças, insultos, agressão física, hostilidade verbal e não verbal) estão relacionadas com problemas de internalização na criança (e.g., medo, raiva e tristeza), com o aumento de esforços da sua parte para minimizar a exposição ao conflito (e.g., através da retirada do local, intervenção no conflito ou tentativa de distrair os pais), e ainda com uma maior desregulação emocional (e.g., manifestação de choro, gritos, comportamentos agressivos).

Adicionalmente, Davies, Winter, e Cicchetti (2006) referem que se o conflito interpaparental compromete a qualidade paparental, a segurança da relação entre pais e criança é suscetível de ser comprometida e pode repercutir-se negativamente no seu ajustamento, pelo que este modelo especifica que podem haver efeitos indiretos do conflito interpaparental no ajustamento da criança através de associações com a qualidade paparental e relação entre pais e criança.

No entanto, importa também referir que nem todo o conflito interpaparental compromete a segurança emocional da criança, já que quando as figuras paparentais usam estratégias construtivas para resolver o conflito, através do compromisso e da demonstração de afeto e de emoções positivas, a criança normalmente demonstra menor desregulação emocional e comportamental, já que aprende a lidar com os conflitos de uma forma mais positiva e adequada (Cummings & Davies, 2002, 2011).

Síntese

Nas últimas décadas tem-se, portanto, vindo a assistir a um extraordinário desenvolvimento nesta área, impulsionado por uma onda de investigações que tem vindo, incessantemente, a analisar e a documentar uma multiplicidade de efeitos adversos no bem-estar das crianças que residem em lares pautados pela violência entre os pais (Øverlien, 2010). A vulnerabilidade destas crianças pode ser revelada através de indicadores de internalização e de externalização, e traduzida numa série de problemas que variam de acordo com o período de desenvolvimento, características da criança e dos contextos em que interagem (Cummings & Davies, 2011). Por outro lado, as repercussões da exposição à violência interpaparental não se restringem aos efeitos diretos, podendo esta problemática também influenciar indiretamente o ajustamento

global da criança, nomeadamente através da qualidade da relação entre pais e criança (Cummings & Davies, 2011).

Contudo, também foi possível constatar, que nem todas as crianças vêm o seu ajustamento afetado, podendo estas evidenciar poucos ou até mesmo nenhuns problemas de ajustamento, aproveitando estas experiências para desenvolverem competências que lhes permitirão lidar com situações adversas de forma mais adequada (Costa & Sani, 2007). Além disso, o impacto da exposição à violência entre os pais no ajustamento da criança não é determinado apenas pelo testemunho em si, mas depende também da capacidade das crianças para mediar as fontes internas e externas de perigo. Esta mediação faz-se por uma série de variáveis relacionadas com as características da criança, com características dos pais e da relação entre ambos, e ainda com características que dizem respeito ao próprio conflito.

Por fim, foram apresentadas duas abordagens compreensivas acerca dos conflitos interpaparentais e o ajustamento da criança, que se focam na ideia de que o significado do conflito determina o seu impacto e conduz a comportamentos consequentes. Foi possível verificar que, apesar de diferirem na ênfase, ambos os modelos teóricos são complementares. Por um lado, e segundo o modelo cognitivo-contextual, a criança faz apreciações subjetivas acerca do conflito interpaparental (evento *stressor*), com base na cognição e no afeto (Dadds et al., 1999). A criança, então, empreende esforços para entender o que está a ocorrer, os motivos para a ocorrência desse evento, bem como o que pode ser feito a respeito dessa situação. São estas apreciações que irão desempenhar um papel crucial no que concerne ao impacto dos conflitos interpaparentais no ajustamento da criança, ou seja, as suas perceções e interpretações acerca do conflito interpaparental são importantes mecanismos que irão determinar e predizer o seu posterior (des)ajustamento psicossocial. Por outro lado, e de acordo com o modelo de segurança emocional, as respostas emocionais e comportamentais, bem como as representações internas do relacionamento interpaparental das crianças desempenham um papel crucial como mediadores da relação entre a exposição à violência interpaparental e o ajustamento das crianças (Cummings & Davies, 2011).

PARTE II

ESTUDO EMPÍRICO

Capítulo III

(Re)Visitando as Trajetórias de Crianças Pautadas pela Violência Interparental

É teoricamente importante para os adultos ouvirem as crianças. Se os adultos desejam construir fundo teórico acerca da criança, isto não pode ser adequadamente conseguido sem prestar atenção às suas experiências e pontos de vista. A teoria que não ressoe da experiência é, pelo menos a longo prazo, condenada.

(Mayall, 1996, p. 59, as cited in Sani, 2011, p. 79)

Sinopse

A investigação científica sobre o fenômeno da exposição da criança à violência interpaparental percorreu um longo caminho desde as primeiras referências, publicadas em 1975, até despertar a atenção da sociedade em geral e alcançar notoriedade pública e científica (Øverlien, 2010). Contudo, até há bem pouco tempo, os estudos realizados na área da vitimação infantil revelavam, por vezes, limitações significativas, já que tendiam a apoiar-se em relatos de outros informantes (progenitores e/ou de outras figuras de relacionamento da criança), os quais podiam deturpar a experiência de vitimação da criança, como também desconhecer a totalidade da sua experiência (Sani, 2004b). Paralelamente, é possível constatar-se que neste domínio prevalecem as investigações quantitativas focalizadas no impacto da exposição à violência, de modo que muitas perguntas sobre a vida dessas crianças continuam sem resposta, uma vez que continua a existir pouca investigação empírica que se debruce sobre a experiência subjetiva da criança (Coutinho & Sani, 2008; Rodrigues, 2006; Sani, 2004b, 2011).

Assim, partimos do pressuposto que o ajustamento da criança pode ser melhor compreendido se partirmos do seu ponto de vista e, através do seu próprio discurso, acedermos ao significado que atribui à sua experiência de vitimação indireta (Sani, 2003). No entanto, alguns autores (e.g., Kuo et al., 2000; Sternberg et al., 2006) têm vindo a mencionar que a vivência destas crianças quando expostas à violência interpaparental nem sempre é coincidente com o que é percebido pelas progenitoras, pelo que surgiu a curiosidade de complementar a análise deste estudo, através da comparação das percepções das crianças com as das respetivas mães quanto à experiência

de vitimação das suas crianças, no sentido de extrair diferenças e semelhanças dos seus relatos.

Neste capítulo propomo-nos, portanto, a apresentar o nosso estudo empírico de cariz qualitativo. De seguida procederemos à caracterização do estudo, justificando a opção metodológica e descrevendo o método (participantes, instrumentos e procedimento), para incidirmos posteriormente sobre a análise e interpretação dos dados de acordo com os preceitos da *Grounded Theory*.

3.1. Fundamentação metodológica: A metodologia qualitativa

Uma das questões mais importantes na realização de uma investigação é a opção metodológica, que deve ir ao encontro dos objetivos e das questões a que a investigação se propõe responder (Fernandes & Maia, 2001).

A presente investigação visa, portanto, dar voz aos verdadeiros implicados sobre a sua experiência de vitimação indireta e, simultaneamente, através das suas narrativas, aceder às significações atribuídas a essas mesmas vivências. Mais concretamente, o estudo aqui apresentado pretende analisar comparativamente o discurso de seis crianças expostas à violência interpaparental e compreender de que forma a experiência de vitimação indireta afetou as suas perceções no que concerne à perceção que têm de si mesmas, do significado de violência, da mãe e respetivas práticas educativas maternas. Posteriormente, e com o intuito de complementar a análise, confrontámos as perceções das crianças com as das respetivas mães, quanto à experiência de vitimação das suas crianças.

Face a estes objetivos, a opção por uma metodologia de cariz qualitativo revelou-se ser a mais indicada para o desenvolvimento deste estudo, uma vez que através desta abordagem é possível, segundo uma visão holística, aceder aos significados que os indivíduos atribuem às suas trajetórias de vida (Fonte, 2005).

3.2. Método

3.2.1. Participantes

Como refere Fonte (2005), “a seleção dos participantes, num estudo qualitativo, pretende-se intencionalizada, sendo os participantes selecionados em função da informação que nos podem fornecer sobre o fenómeno em estudo” (p. 292). Deste modo, neste tipo de metodologia a amostra não é composta em função da representatividade da população, mas antes “devido ao seu carácter exemplar” (Ruquoy, 1995, as cited in Sani, 2011, p. 85), “da experiência ou conhecimento a que o estudo procura aceder” (Morse, 1994, as cited in Fonte, 2005, p. 292).

Neste sentido, e atendendo aos objetivos do nosso estudo, a seleção dos participantes foi efetuada tendo em conta os seguintes critérios: crianças com historial de exposição à violência interpaparental, de ambos os géneros, e com diferentes faixas etárias, no sentido de se conseguir aceder ao maior número possível de experiências, e por último, mas não menos importante, as mães das crianças terem disponibilidade para participar do estudo juntamente com as suas crianças.

Assim, a nossa amostra (c.f. anexo A) foi constituída por seis crianças (representadas por E1, E2, E3, E4, E5, E6), duas do género masculino e quatro do género feminino, que se encontravam a frequentar a consulta psicológica no Gabinete de Apoio à Vítima do Porto devido à sua experiência de vitimação indireta, e suas respetivas mães (representadas por ME1, ME2, ME3, ME4, ME5, ME6), num total de 12 participantes. As crianças tinham idades compreendidas entre os seis²² e os dez anos e todas elas se encontravam a frequentar a escolaridade obrigatória. Na maioria dos casos, o ofensor era o pai biológico das crianças, à exceção de um caso de uma criança que testemunhou a violência por parte do padrasto. De salientar que num caso a criança não só testemunhou a violência entre os pais como também foi severamente maltratada. Por fim, dos seis casos apenas num os pais ainda mantêm a relação abusiva e conflituosa.

²² Foi colocado um limite mínimo de idade – 6 anos – devido às limitações linguísticas das crianças ao administrarmos a entrevista.

3.2.2. Instrumentos

Para a recolha dos dados, privilegiou-se a entrevista em profundidade (Olabuénaga, 2012), uma vez que, por um lado, permite aceder em profundidade ao modo como os indivíduos constroem os significados acerca da realidade (Fonte, 2005) e, por outro, permite explorar em profundidade as perspetivas que os participantes têm acerca das suas vidas, experiências específicas (e.g., exposição à violência interpaparental) ou situações (Charmaz, 2006; Olabuénaga, 2012).

Deste modo, para acedermos aos significados que as crianças constroem acerca de si mesmas, dos principais intervenientes da sua vida e do meio onde se encontram inseridas, elaborou-se um guião de entrevista semiestruturado (cf. anexo B), no sentido de encorajá-las a partilhar os significados que atribuem às suas experiências (e.g., de vitimação) sem qualquer tipo de julgamentos e facilitar a emergência de histórias significativas (Charmaz, 2006).

O guião de entrevista, designado “Entrevista para crianças expostas à violência interpaparental e respetivas mães” (Soares & Sani, 2010), foi elaborado com base na “Entrevista à criança e às mães vítimas de experiência abusiva” (Sani, 2003), com o objetivo de recolher as perceções das crianças no que concerne à sua experiência de exposição à violência interpaparental, assim como as das respetivas progenitoras no que concerne à experiência de vitimação das suas crianças para posterior análise comparativa. Este foi composto por questões abertas e relacionadas com a temática em estudo de forma a facilitar as narrativas dos participantes, assim como a exploração dessas mesmas narrativas.

Quanto à sua estrutura, a entrevista encontra-se fracionada em duas partes. A primeira parte dirigida às crianças e contempla cinco domínios: discurso livre da criança acerca dos acontecimentos; perceção de si mesmo(a); perceção do significado de violência; perceção da mãe e das práticas educativas maternas; e encerramento da entrevista. A segunda parte dirigida às mães das crianças e contempla o mesmo grupo de questões, com a exceção do primeiro grande grupo (discurso livre da criança acerca dos acontecimentos).

O primeiro domínio, *discurso livre da criança acerca dos acontecimentos*, permite-nos compreender até que ponto através de uma pequena história a criança projeta a sua experiência de vitimação. Como referenciado anteriormente, o ser humano manifesta uma inesgotável necessidade de construir significado em torno das suas experiências, constituindo-se esta tarefa como inerente e central na sua vida, pelo que através da linguagem simbólica, a criança poderá extrair significados pessoais que transcendem o conteúdo óbvio e produzir significações construídas com base nas suas experiências de vitimação. Assim, tendo por base os métodos narrativos, a história surge como um instrumento facilitador para a emergência de discursos significativos (Bruner, 1990; Charmaz, 2006).

No que concerne ao segundo domínio, *percepção de si mesmo(a)*, este foca-se na avaliação da percepção que a criança tem de si mesma. Já o terceiro domínio, *percepção do significado de violência*, permite-nos compreender os significados construídos em torno da violência, em geral, e da experiência de exposição da criança à violência interpaparental, em particular. Relativamente ao quarto domínio, *percepção da mãe e das práticas educativas maternas*, centra-se na qualidade da relação entre mãe e criança, e nos cuidados maternos. E por último, o quinto domínio, *encerramento da entrevista*, no qual pretende realizar-se a sumarização e finalização da entrevista, retornando a tópicos mais neutros e fomentando uma atmosfera positiva. Neste último domínio, pretende-se criar um espaço para que a criança, em primeiro lugar, possa acrescentar alguma coisa sobre o assunto que não tenha sido abordado e que lhe pareça importante, e em segundo lugar, possa deixar uma mensagem a outras crianças que experienciaram situações idênticas.

3.2.3. Procedimento

A recolha dos dados decorreu entre os meses de Fevereiro e de Maio de 2010, junto de crianças que se encontravam a frequentar a consulta psicológica no Gabinete de Apoio à Vítima do Porto (GAV do Porto) devido à sua experiência de vitimação indireta, e suas respetivas mães.

Inicialmente formalizou-se o pedido de autorização à gestora do GAV do Porto para a realização da investigação (cf. anexo C). Seguiu-se o contacto prévio com cada

progenitora, no sentido de fazer, primeiramente, um enquadramento acerca da natureza e importância do estudo, onde foram apresentados os seus objetivos e esclarecidos os procedimentos que iriam ser seguidos, e posteriormente assegurar o sigilo e confidencialidade de todos os dados recolhidos bem como a possibilidade de desistência da participação no estudo. Após a obtenção do consentimento informado (cf. anexo D), foi agendado um dia e uma hora para a realização das entrevistas quer com as crianças, quer com as progenitoras.

As entrevistas decorreram num espaço disponibilizado pelo GAV do Porto, que assegurava todas as condições essenciais externas, em termos físicos, térmicos, de luminosidade e de sonoridade, proporcionando assim um ambiente tranquilo e sem qualquer tipo de influência externa. A recolha dos dados foi efetuada de forma individual e num único contacto, quer com as crianças quer com as mães, e teve uma duração de aproximadamente quarenta e cinco minutos e de uma hora, respetivamente.

A entrevista com as crianças, assim como com as suas mães, foi iniciada com questões neutras e abertas não relacionadas com o acontecimento, de forma a minimizar a ansiedade dos participantes. Foi-lhes explicado que não existem respostas certas nem erradas. E foi-lhes lembrado que tinham total liberdade para não responder às perguntas com as quais não se sentissem confortáveis e que no decurso da investigação a decisão de não seguirem com a sua participação seria respeitada por parte investigadora.

Posteriormente, seguiu-se a entrevista propriamente dita, tentando sempre respeitar a sequência dos temas, mas considerando também sempre que oportuno a hipótese de alterar a ordem sequencial em função do discurso dos participantes. No final da entrevista, criou-se um espaço onde foi dada a possibilidade a cada participante para acrescentar mais alguma informação que considerasse pertinente, ou que ao longo da entrevista tivesse esquecido de referir.

Importa mencionar que as entrevistas foram registadas, através de uma gravação em formato áudio, com a devida autorização das progenitoras e das próprias crianças, no sentido de facilitar, por um lado, a observação dos participantes e, por outro, a transcrição integral do seu discurso, para que assim a informação fosse o mais fiel possível ao testemunho dos mesmos (Belei, Gimenez-Paschoal, Nascimento, &

Matsumoto, 2008). Após a realização das entrevistas, segue-se a fase da transcrição, onde se procede ao registo integral dos conteúdos expressos por cada sujeito (Fonte, 2005). De maneira a proteger o anonimato dos participantes, foram alterados os dados (e.g., nomes dos participantes ou das pessoas referidas ao longo das entrevistas) que pudessem de alguma forma identificar cada um dos participantes do estudo. Neste sentido, foi atribuída uma letra e um número para identificar os participantes (e.g., E1, entrevistado 1; ME1, mãe do entrevistado1). No final das transcrições, procedeu-se à desgravação integral das entrevistas de todos os participantes.

3.3. Apresentação dos resultados

3.3.1. Tratamento e análise dos dados

Finalizada a transcrição integral das entrevistas, procede-se à análise dos dados que se constitui como um dos momentos mais importantes do processo de investigação e cujo objetivo se prende com a busca sistemática e reflexiva da informação obtida (Serrano, 1994).

Tendo por base o método da *Grounded Analysis*, o qual se inscreve na abordagem da *Grounded Theory*, e que visa o desenvolvimento e a construção da teoria fundamentada a partir dos resultados obtidos (Strauss & Corbin, 1998), procura-se desenvolver uma estratégia sistemática de codificação dos dados e construção da(s) respetiva(s) grelha(s) (cf. anexo E), através de uma análise de tipo *bottom-up*. Este tipo de análise consiste na sucessiva leitura dos dados empíricos, através dos quais o investigador analisa e pensa sobre os mesmos, procurando posteriormente identificar unidades de significado emergentes (categorias) e delineando possibilidades de estruturação (Strauss & Corbin, 1998).

De referir que é importante em todo o processo de codificação e análise do material empírico, recorrer ao uso da criatividade, já que esta dimensão, por um lado, suporta a sensibilidade teórica, isto é, a capacidade de através do questionamento atribuir significado aos resultados, e por outro lado, promove a atitude de comparação constante, resultando assim numa dimensão preponderante em todo o processo (Fernandes & Maia, 2001).

Em seguida, apresentamos os resultados obtidos, os quais serão organizados em dois momentos. Num primeiro momento daremos a conhecer o ponto de vista das crianças sobre a sua experiência de vitimação, para depois num segundo momento darmos a conhecer o ponto de vista das suas progenitoras no que concerne à experiência de vitimação das suas crianças.

3.3.2. Análise categorial do grupo de crianças

No presente as categorias extraídas a partir dos diferentes domínios e que serão apresentadas em seguida são as seguintes: (1) projeção da criança; (2) autopercepção; (3) significados construídos em torno da violência; (4) episódios de violência interpaparental; (5) impacto da violência interpaparental; (6) crenças e percepções construídas em torno da violência interpaparental; (7) integração da experiência; (8) relação com a mãe.

1. Projeção da criança

A projeção da criança integra subcategorias que nos permitem compreender até que ponto através de uma pequena história a criança projeta a sua experiência de vitimação, nomeadamente: (1.1) temas emergentes; (1.2) reações imediatas à história.

1.1. Temas emergentes

Esta subcategoria apresenta os temas que emergem a partir da história. Foi possível verificar que em quase todas as entrevistas as crianças projetam a sua experiência de vitimação, incidindo os temas predominantemente sobre o conflito interpaparental [E1, E2, E3, E5]. Porém, constatámos que outros temas surgiram a partir das projeções da criança, embora todos eles associados à situação de violência interpaparental. Uma criança refere o seu receio de ser retirada do lar e ser levada pelos serviços sociais para uma instituição [E1- *“de ir para uma instituição (...) Porque o meu pai está a teimar com a minha mãe... para viver com ele (...) O tribunal proibiu por causa das discussões do meu pai e da minha mãe”*]. Também foi possível constatar que uma criança revela uma problemática do progenitor, consumo de álcool, associando-a aos eventos de violência interpaparental [E2- *“o meu pai... ele continua a ser meu pai, mesmo que, mesmo que beba e faça asneiras (...) Ele bebe e depois às vezes*

enerva-se...”]. Esta mesma criança menciona o seu receio da possível separação dos pais [E2- “tenho medo que a minha mãe se separe do meu pai”]. E uma outra criança que manifesta preocupação com a integridade física da mãe [E3- “tenho medo que lhe possa dar uma maluqueira e que aconteça algo de muito grave à minha mãe. E como o meu pai tem mais força do que a minha mãe ainda é pior”].

1.2. Reações imediatas à história

Neste ponto tivemos em conta as respostas da criança face à história. De forma geral, é o domínio emocional que mais facilmente se salienta, através da manifestação de emoções negativas, nomeadamente o medo, sendo esta a emoção predominante [E1- “há uma coisa que também me mete medo”; E2- “que ela era igual a mim, porque eu também tenho muito medo”; E4- “Que ela tinha medo de alguma coisa... e por isso quis esconder-se”; E5- “Havia uma coisa que assustava”], e a tristeza [E3- “triste”; E6- “deixa-me triste”].

No que concerne às reações cognitivas, estas traduzem-se nas preocupações reveladas pelas crianças, que ora temem por si [E1- “Fez-me pensar que... há uma coisa que também me mete medo... de ir para uma instituição”; E2- “tenho medo que a minha mãe se separe do meu pai”], ora temem pelos outros, particularmente com a integridade física da progenitora [E3- “tenho medo que ele faça mais alguma coisa à minha mãe, tenho medo que lhe possa dar uma maluqueira e que aconteça algo de muito grave à minha mãe. E como o meu pai tem mais força do que a minha mãe ainda é pior”].

2. Autoperceção

A autoperceção integra uma subcategoria que nos permite avaliar a perceção que a criança tem de si mesma, nomeadamente: (2.1) perceção dos seus atributos.

2.1. Perceção dos seus atributos

Após a análise das entrevistas das crianças, constatámos que três crianças recorrem quer a características psicológicas, quer físicas [E1- “Simpática. Acho que sou bonita... Inteligente. Sorridente”; E4- “Tenho cabelo castanho, curto, tenho olhos

castanhos, sou alta e magra... acho que sou boa a fazer rir a minha irmã... Sou boa a estudar... Acho que sou muito inteligente”; E5- *“baixinho, mas elegante... simpático, amigo, contente”*].

Porém, duas crianças somente recorrem a características psicológicas para se descreverem [E3- *“Simpática, às vezes, brincalhona, conto muitas anedotas... E sou amiga de todos, menos daqueles que não são meus amigos”*; E6- *“bom (...) envergonhado”*], sendo que duas delas, além de características positivas referem também características negativas [E2- *“sou má, porque bato nas pessoas (...) bruta... às vezes não consigo me controlar. Acho que saio ao meu pai...”*; E3- *“às vezes rabugenta...”*], revelando que se perspectivam assim tendo por referência o que outras pessoas dizem (percepção indireta) [E2- *“eu acho que sou assim, porque já me disseram mais do que uma vez (...) a minha professora diz que sou uma delinquente (...) a minha mãe é que diz que saio ao meu pai”*; E3- *“a minha mãe diz que sou assim, mas só às vezes”*].

A situação de violência interpaparental poderá ter influenciado a imagem que a criança constrói acerca de si mesma, num dos casos supra referenciados quando a criança se descreve de forma severa e totalmente negativa e, inclusive, se identifica com o pai e com as suas estratégias para a resolução de conflitos [E2- *Sou má... Eu acho que sou... porque bato nas pessoas... e também já me disseram... Às vezes enervo-me com as minhas amigas... porque sei que elas estão a usar-me e depois não me controlo... às vezes, às vezes faço birra para entrar na sala, outras vezes cismo, sou muito mal-educada e respondo mal às pessoas... porque... às vezes irrita-me muito e falo... às vezes enervo-me e sou... bruta... às vezes não consigo me controlar. Acho que saio ao meu pai...]*. Porém, quando incentivada a enunciar características positivas sobre si, foi capaz de o fazer, revelando que apesar de aparentar ter uma imagem negativa sobre si, ainda consegue identificar aspetos positivos. Os atributos enunciados resultaram quer de uma percepção direta [E2- *“Sou boa a matemática e na natação... ah... e sei jogar xadrez”*], quer de uma percepção indireta [E2- *“dizem que sou inteligente”*]. Mais foi possível constatar que apesar da grande maioria das crianças ter respondido não se sentir diferente dos outros, duas crianças referiram o contrário [E2- *“não gosto de ser diferente, porque tratam-me de forma diferente”*; E6- *“dos meus amigos”*], sendo que em ambos os casos justificam-se com a experiência de vitimação [E2- *“por causa do meu pai... por causa dos problemas que temos em casa... não sei. Só sei que não quero*

que ninguém tenha pena de mim”; E6- *“porque... eles não têm um pai como o meu (...)*
mau”].

Quanto às mudanças idealizadas, quase todas as crianças referiram aspetos que gostariam de mudar, à exceção de uma criança [E6- *“não mudava nada”*]. As respostas de duas crianças recaíram sobre o aproveitamento escolar que gostavam de ver melhorado [E1- *“Ser melhor na escola”*; E3- *“Gostava de ser melhor a História, e a Matemática e a EVT”*], duas outras crianças gostavam de fazer mudanças ao nível físico [E4- *“O meu cabelo... gostava de o ter como a minha tia comprido e... mais nada”*; E5- *“Gostava de ser mais alto”*], e por fim uma criança referiu que desejava fazer alterações ao nível comportamental [E2- *“Gostava de deixar de fazer birras e de ser má”*], revelando a sua angústia perante estes comportamentos que frequentemente manifesta.

3. Significados construídos em torno da violência

A presente categoria integra subcategorias que nos permitem compreender os significados construídos pelas crianças em torno da violência, em geral, nomeadamente: (3.1) tipos de violência; (3.2) posição pessoal face às pessoas que agridem; (3.3) posição pessoal face à violência; (3.4) atribuições em torno da violência; (3.5) alternativas à violência; (3.6) associação à situação de violência interpaparental.

3.1. Formas de violência

Em termos dos tipos de violência que as crianças referem, verificámos que o ato de bater é comum a todos. Adicionalmente algumas crianças referem também outras formas de violência física [E1- *“matar”*; E2- *“Pessoas que fazem coisas más às outras... que têm armas e matam e assim...”*; E5- *“chutar... dar pontapés nas outras”*]. Algumas crianças identificam ainda algumas formas de violência psicológica, sendo a mais recorrente o ato de gritar [E1- *“chamar nomes feios, gritar”*; E3- *“gritando”*; E4- *“Em vez das pessoas falarem, discutem e berram e gritam umas com as outras”*].

3.2. Posição pessoal face à violência e às pessoas que agridem

Todas as crianças expressam uma postura crítica face à violência, sendo que de uma forma geral, a grande maioria das crianças categoriza as pessoas que agridem e fazem mal a outrem como “más” e “feias” [E2- *“Que são más...”*; E5- *“que são más e feias com as outras”*; E6- *“São pessoas más”*]. Outras, porém, utilizam também outros adjetivos para as caracterizar, demonstrando uma capacidade de classificação mais desenvolvida correspondente a um estágio de desenvolvimento mais avançado [E1: *“Que são absurdas...”*; E3- *“cobardes às vezes algumas são...”*].

Uma criança, para além de posicionar-se criticamente face ao uso da violência, refere que essas pessoas são merecedoras de castigo ou punição [E4- *“Que não deviam fazer isso, porque é muito feio... E que deviam levar uma lição”*], ainda que não consiga esclarecer de que forma deveriam ser castigadas. E por fim, uma criança que associa à sua situação de vitimação [E3- *“como por exemplo, o meu pai, porque ele quando faz uma asneira, depois a minha mãe, está a ligar para a polícia e ele começa a fugir, vai-se embora, e eu acho que isso é um bocado covarde...”*].

3.3. Motivos para a ocorrência da violência

Quanto aos motivos apontados para a ocorrência da violência, as crianças percebem que o que está na origem de alguém bater noutra pessoa, são situações de conflito, que posteriormente geram discussões. Porém, algumas crianças acrescentam a este motivo algumas interpretações, tendo por base as suas experiências de vitimação, como consumos de álcool e de drogas, experiências de vitimação na infância, ciúmes, perturbações mentais, entre outras [E1- *“como o meu pai... quando chega a casa bêbado e drogado com a coisa castanha [haxixe], e começa a implicar com a minha mãe... e diz que ela é uma... sabe? E diz para ela ir ter com o amante e prontos... e quando ele está bem... quando chega a casa sem os copos e sem ser drogado ele já não faz nada à minha mãe, então acho que pode ser isso acho eu”*; E2- *“Às vezes as pessoas que são assim têm, estou a falar nas adultas... Às vezes têm uma infância difícil, certo? E... outras vezes é porque bebem...”*; E3- *“Às vezes porque são ciumentas ou obceadas por essas pessoas. Hmm... Eu sabia uma... Hmm... por exemplo, às vezes há pessoas que são psicopatas e fazem isso”*; E4- *“Às vezes por ciúmes e vingança...”*].

3.4. Alternativas à violência

Após a manifestação de uma postura crítica no que concerne ao uso da violência para resolver os conflitos, algumas crianças apontam como alternativa à violência “falar” e “conversar”. Contudo, uma criança acrescenta outras estratégias, que a mesma utiliza em situações de *stress* ou conflito [E2- “(...) como a minha mãe ensinou a fazer quando estou enervada, a contar de 0 a 10 e também a respirar até ficar mais calma...”].

4. Episódios de violência interpaparental

A presente categoria integra subcategorias que nos permitem compreender as percepções das crianças no que concerne às características dos episódios de violência interpaparental às quais estiveram expostas, concretamente: (4.1) contexto; (4.2) tipo de exposição; (4.3) alvo da violência; (4.4) formas de violência testemunhada; (4.5) frequência.

4.1. Contexto

No que se refere ao contexto de ocorrência dos episódios de violência interpaparental, verificámos que em todos os casos esta ocorre exclusivamente no domínio privado, sendo referido por todas as crianças que os episódios ocorriam quando os pais se encontravam em casa.

4.2. Alvo da violência

Em todos os casos a violência tinha como alvo principal a figura materna e como ofensor a figura paterna [E1- “O meu pai chamava nomes à minha mãe (...) uma vez que ele veio com os copos para casa e bateu na minha mãe”; E2- “A minha mãe às vezes ficava com o olho negro”; E3- “O meu pai bateu na minha mãe”; E4- “Começaram a discutir e depois o meu pai bateu na minha mãe”; E5- “o meu pai aleijava a minha mama (...) batia nela às vezes”; E6- “eu vi... o papá bater na minha mamã”. Em alguns casos, as crianças identificam comportamentos das progenitoras face aos comportamentos abusivos dos maridos, no sentido de defesa física ou verbal, de

fuga ou de evitamento [E1- “*Nós corremos para a janela e a minha mãe gritou por socorro*”; E2- “*(...) e a minha mãe tirou-lhe a faca da mão*”; E3- “*Ela começava a empurrá-lo para ele parar... A minha mãe queria parar, mas ele continuava...*”; E4- “*e a minha mãe gritou para ele parar...*”].

Adicionalmente, também foi possível constatar que num dos casos uma criança também foi vítima de agressão física por parte do padrasto, como consequência da sua intervenção para proteger a mãe [E5- “*Eu tentei separar a minha mãe... mas o meu pai ficou zangado... e depois começou a bater em mim...*”].

4.3. Tipo de exposição

As crianças não são preservadas aos episódios de violência doméstica, encontrando-se expostas aos mesmos de diferentes formas, que inclui ver e ouvir [E1- “*Eu via*”; E2- “*ouvia do meu quarto*”; E4- “*vi isso acontecer...*”; E5- “*ouvia muitas vezes eles a berrar e vi duas vezes o papá a bater na mamã...*”; E6- “*eu só vi*”], observar as consequências imediatas [E2- “*A minha mãe às vezes ficava com o olho negro...*”], e ter conhecimento dos episódios de violência [E2- “*ela contou-me*”; E3- “*É assim, eu não estava lá, mas a minha mãe depois contou-me*”].

4.4. Formas de violência exposta

Relativamente às formas de violência, constatámos que a violência psicológica é a mais frequentemente exercida, desde verbalizações insultuosas associadas a um tom de voz agressivo [E1- “*Ele estava nervoso e estava a falar para a minha mãe de uma maneira bruta*”; E2- “*O meu pai costuma chamar nomes à minha mãe*”; E3- “*e o meu pai começou a berrar com a minha mãe...*”], ao exercício de controlo [E4- “*cheguei a casa e eles estavam a discutir, porque a minha mãe ia à escola das 19h30 às 21h, mas o meu não queria*”].

Outra forma de violência relatada por algumas crianças é a violência física, sendo a mais comum exercida através do bater [E1- “*deu-lhe um estalo e furou-lhe o tímpano*”; E2- “*A minha mãe às vezes ficava com o olho negro*”; E3- “*O meu pai bateu na minha mãe... começou a puxar-lhe pelos cabelos, a dar-lhe murros... Hmm... e depois acho que lhe ferrou*”; E5- “*bateu nela*”]. Porém, para além desta forma de

violência física, três crianças referem ainda outras formas, desde atirar objetos [E3- *“Pegou na trotineta, mandou com ela ao vidro do carro e ele partiu”*]; E5- *“Com o móvel”*; E6- *“atirou-lhe as revistas”*] a outras mais consideradas mais graves como o recurso a armas por parte do progenitor [E2- *“Ele tinha chegado a casa e já tinha bebido... e eu só vi quando a minha mãe lhe tirou a faca da mão”*].

4.5. Frequência

No que concerne à frequência dos episódios de violência interpaparental, a grande maioria das situações assume um padrão de violência continuado [E2, E3, E4, E6], havendo somente dois casos que retratam a situação de violência esporádica [E1, E5].

5. Impacto da violência interpaparental

Esta categoria integra subcategorias que nos permitem compreender o impacto da violência interpaparental na criança, tais como: (5.1) reações imediatas; (5.2) reações face à situação atual; (5.3) estratégias de *coping*; (5.4) consequências.

5.1. Reações imediatas

No que diz respeito às reações imediatas perante a situação de violência interpaparental, tivemos em conta as respostas emocionais, cognitivas e comportamentais da criança.

Relativamente às reações emocionais, destacam-se sobretudo o medo, associado à percepção de perigo, quer do risco da perda da principal figura de suporte, quer do risco de serem elas próprias agredidas [E1- *“Ficava assustada... tinha medo pela minha mãe”*; E2- *“Fico muito assustada”*; E3- *“... e ficava assustada um bocado por causa dos gritos”*; E4- *“Com medo...”* E5- *“tinha medo...”*], a tristeza, concernente à realidade das situações de violência vividas [E1- *“Triste...”*; E3- *“Triste... Sentia-me triste”*; E4- *“Triste...”*; E5- *“Triste”*], e a raiva, associada à incompreensão do ato violento por parte do pai [E1- *“Sentia raiva... não percebia porque é que ele fazia aquelas coisas à minha mãe ...”*; E3- *“No princípio senti raiva, porque não gosto do que ele faz... não consigo entender porque é que ele fazia aquilo...”*].

Verificámos, ainda, que decorrentes das conjeturas que a criança construía, outros medos emergiam, nomeadamente sobre a retirada do lar [E1- *“Com muito medo... não quero ficar sem a minha mãe”*], bem como a possível separação dos pais [E2- *“eu só queria que continuassem juntos, como uma família normal”*].

Quanto às reações comportamentais, constatámos que as crianças evidenciam estratégias de confronto diferentes. Por um lado, as crianças adotam estratégias de confronto focadas no problema, ou seja, envolvem-se diretamente nos conflitos, através de ações como gritar com o ofensor no sentido de o tentar parar, colocar-se à frente da mãe, gritar por socorro [E1- *“Nós corremos para a janela e a minha mãe gritou por socorro (...) Gritava para ele parar... e às vezes metia-me no meio do meu pai e da minha mãe... para ele ver que eu estava à frente e não fazer nada à minha mãe...”*; E2- *“grito a ver se param com aqueles berros e gritos...”*; E5- *“Eu tentei separar a minha mãe...”*]. Por outro lado, adotam estratégias de confronto focadas na emoção, evidenciadas sobretudo através de ações como chorar, esconder-se no quarto, evitar o local do conflito, fugir [E3- *“Começava a chorar e ia para a beira do meu irmão”*; E4- *“Eu... chorava e escondia-me sempre debaixo da cama.”*; E6- *“Fugia para casa da minha avó...”*].

Por fim, as reações cognitivas das crianças, surgem associadas aos sentimentos de medo e de receio, e refletem as preocupações das crianças, sobretudo com as consequências que poderiam ocorrer quer com o ofensor, quer com a vítima [E1- *“Pensava que... o meu pai ia preso (...) e claro preocupava-me com a minha mãe, eu só pensava que tinha que salvar a minha mãe”*; E3- *“Pensava que o meu pai já se ia embora por causa das discussões... que ia sair de casa”*; E4- *“que podia acontecer alguma coisa de grave... a eles.”*; E5- *“pensava em ajudar a minha mãe...”*; E6- *“tinha medo que ele a magoasse...”*], com a exceção de uma criança que através do seu discurso demonstra procurar compreensão para a situação de violência interpaparental [E2- *“Pensava... porque é que ele faz isto à minha mãe? Não sei... Não entendo”*].

5.2. Reações face à situação atual

No que concerne às reações face à situação atual, tivemos em conta os mesmos níveis anteriormente explorados, nomeadamente emocional, cognitivo e comportamental da criança.

Com o término dos episódios de violência, de uma forma geral as crianças referem a normalização das suas reações emocionais, demonstrando sentirem-se melhor e mais protegidas [E1- *“Sinto-me bem... Estou em casa da minha avó e já não sinto medo”*; E3- *“Agora ele não está em casa... Sinto-me melhor, porque antes ele estava sempre a berrar connosco e agora quase que nunca há discussões em casa”*; E4- *“Bem... Tranquila...”*; E5- *“Feliz”*; E6- *“já não tenho medo...”*].

Quanto às reações comportamentais, quatro crianças referem que perante uma nova situação de violência interpaparental agiriam no sentido de proteger a sua mãe [E1, E3, E4, E5; E6], com a exceção de uma criança que menciona que usaria uma estratégia para se acalmar até que os pais resolvessem o conflito [E2- *“Contava de 0 a 10... A minha mãe é que diz para eu fazer isso, que... para me acalmar e deixar que eles resolvam os assuntos”*].

Por último, as reações cognitivas, traduzem-se nas preocupações reveladas pelas crianças que ora temem por si, ora temem pelos pais [E1- *“ir para uma instituição e ficar sem a minha mãe.”*; E2- *“Tenho medo de eles separarem-se.”*; E3- *“O meu pai voltar outra vez a fazer destas coisas e magoar a minha mãe outra vez”*].

5.3. Estratégias de coping

As crianças, ao longo das suas entrevistas, mencionam quer estratégias de confronto centradas nas emoções [E3- *“eu ia para a beira do meu irmão e começava a chorar e prontos, mas não me metia no meio”*; E4- *“Às vezes fugia para o quarto da minha mãe para não os ouvir”*; E5- *“chorava...”*; E6- *“ia para a casa da minha avó”*], quer estratégias de confronto centradas no problema [E1- *“Gritava e pedia para ele não estar nervoso e para ele parar, e depois tentava ajudar a minha mãe...”*; E5- *“tentava ajudar a minha mãe”*].

5.4. Consequências

A generalidade das crianças consegue identificar as consequências negativas da violência interpaparental, sobretudo ao nível escolar [E1- *“Não consigo estar atenta nas aulas”*; E3- *“Agora não tenho tanta vontade de estudar... Até já tirei algumas negativas...”*], físico [E1- *“não consigo dormir sozinha... tenho medo. A minha mãe*

dorme comigo agora”; E6- *“Doía-me a cabeça... ”*], e emocional [E5- *“a sentir-me mais assustado”*; E6- *“choro muito”*]. Uma criança demonstra que saiu afetada no seu ajustamento emocional, assumindo contornos preocupantes [E2- *“Às vezes, parece que sou sozinha no mundo... parece que não tenho família... às vezes, tenho vontade de morrer...”*].

6. Perceções construídas em torno da violência interpaparental

Esta categoria integra subcategorias que nos permitem compreender as crenças e perceções da criança construídas em torno da violência interpaparental, especificamente: (6.1) atribuições em torno da violência; (6.2) suporte percebido.

6.1. Atribuições em torno da violência

A totalidade das crianças atribui a responsabilidade pela ocorrência da violência ao pai/padrasto. Quanto à atribuição de causalidade, ainda que algumas crianças não consigam identificar o que motivou os episódios de violência [E4, E5, E6], as respostas das outras crianças variaram, versando estas sobre fatores internos (e.g., temperamento, personalidade) [E3- *“dá a maluqueira ao meu pai e ele faz isso à minha mãe”*], e fatores externos (e.g., consumo de álcool, droga) [E1- *“porque bebia e também por causa da droga”*; E2- *“A minha mãe diz que tem um problema e não é nada, quem tem um problema é o meu pai... ele bebe e depois enerva-se...”*].

6.2. Suporte percebido

No que concerne ao suporte percebido, as crianças identificam figuras de suporte e reconhecem-nas como responsivas e eficazes, sendo que o sistema informal (e.g., família e amigos) é privilegiado, em comparação com o sistema formal (e.g., técnicos) [E1- *“A minha mãe, a minha avó... e a minha tia... e tu”*; E2- *“A minha mãe”*; E3- *“Tu, as minhas amigas e a minha mãe”*; E4- *“São os meus avós... o meu tio... o meu primo e mais ninguém”*; E5- *“A minha avó”*; E6- *“A minha avó, o meu avô”*].

7. Integração da experiência de exposição à violência interpaparental

Esta categoria integra subcategorias que nos permitem compreender de que forma a criança integra a experiência de exposição à violência interpaparental, especificamente: (7.1) mudanças desejadas; (7.2) *empowerment*.

7.1. Mudanças desejadas

Relativamente às mudanças desejadas pelas crianças, a grande maioria refere que gostaria de ver modificada a sua situação familiar, mais concretamente a resolução dos conflitos interpaparentais e a reconciliação entre o casal, que passa essencialmente pela mudança do pai [E1- “*Mudava o meu pai, para não discutir com a minha mãe*”; E2- “*O problema do meu pai... e assim já podíamos ser uma família normal...*”; E3- “*Podia mudar o meu pai, queria que o meu pai mudasse (...) fazia com que ele não fosse tão obcecado pela minha mãe, assim ainda podíamos viver todos juntos...*”; E6- “*Eu mudava o meu pai*”].

7.2. *Empowerment*

Pedir às crianças para deixarem mensagens a outras crianças que também viveram situações de violência permite promover o reconhecimento dos seus próprios recursos adaptativos e identificar vulnerabilidade e/ou adaptação de cada uma delas. De forma geral, as crianças focam-se sobretudo no domínio emocional [E1- “*Gostava de dizer que... sejam fortes e resistentes... e que cuidem da mãe...*”; E2- “*Que... que não se pode desistir, tem que sempre... haver uma... uma segunda oportunidade, tem que se pensar positivo porque todas as coisas vão melhorar. E mais nada*”; E4- “*Hmm... Que foi muito triste passar por isto e para terem cuidado...*”; E6- “*que tudo vai passar*”]. Porém, há ainda outras crianças que se focam no problema [E3- “*Para quando isso acontecer para manterem a calma, porque senão é pior para eles também... E para eles terem calma e para irem para os quartos e deixarem os pais resolverem as coisas*”; E5- “*que devem pedir ajuda... pode ser aos avós*”].

8. Relação com a mãe

A presente categoria integra subcategorias que nos permitem compreender a relação entre mãe e criança, tais como: (8.1) percepção da figura materna; (8.2) percepção das consequências da experiência de vitimação manifestadas pela progenitora; (8.3) percepção do impacto da violência nos cuidados maternos; (8.4) idealização da figura materna sem a experiência de violência.

8.1. Percepção da figura materna

Em termos da percepção da figura materna, todas as crianças caracterizam as progenitoras positivamente, através de características físicas e psicológicas [E1- “*É fixe, simpática... ..Vai comigo passear... Dá-me amor, amizade*”; E2- “*Bonita... Inteligente...*”; E3- “*Ela é simpática, trata-nos bem, claro que às vezes resmungo, como todas as mães fazem... Mas é muito simpática*”; E4- “*É esperta, brincalhona... É bonita... É boa a contar histórias*”; E5- “*É bonita e simpática... muito boa para mim*”; E6- “*É bonita, dá apoio... carinho*”. No entanto, uma das crianças para salientar as suas qualidades como mãe, compara-a com o progenitor [E3- “*Não tem nada a ver com o meu pai... Ela ajuda-nos, ela apoia-nos e diz que se tirarmos uma nota negativa para a próxima fica melhor, e o meu pai não, o meu pai começava a berrar... e depois ele estava sempre a reclamar com a letra que eu tinha, a minha mãe dizia que estava bonita e o meu pai dizia sempre assim: ‘Fogo, não gosto muito dessa letra’, dizia sempre assim*”].

8.2. Percepção das consequências da experiência de vitimação manifestadas pela progenitora

As crianças conseguiram notar consequências nas progenitoras decorrentes da experiência de vitimação a que estavam sujeitas, sobretudo ao nível emocional [E1- “*Sente-se triste... Às vezes... às vezes chora...*”; E2- “*Mal... Triste...*”; E3- “*Quando nós fomos ao tribunal falar com aquela senhora, ela começou a chorar, porque não queria que nós fossemos lá, por isso acho que ela se sente mal... Triste... Não gosta que nós passemos por isto...*”; E4- “*Desanimada... Triste...*”; E5- “*mal...*”; E6- “*chora muito*”].

8.3. Percepção do impacto da violência nos cuidados maternos

Todas as crianças revelam que, ainda que as progenitoras tenham ou estejam a passar por momentos complicados, estas nunca deixaram que isso influenciasse os seus cuidados maternos [E1- *“A minha mãe cuidou sempre muito bem de mim... Dá-me carinho, muitos mimos... e... amizade. Às vezes ajuda-me a fazer os trabalhos de casa”*; E2- *“Quando eu digo alguma coisa, quando eu estou mal, a minha mãe está sempre do meu lado... conversa muito comigo e ajuda-me sempre que preciso”*; E3- *“Ela trata-me como me tratava antes...”*].

8.4. Idealização da figura materna sem a experiência de violência

De uma forma geral, verificámos que todas as crianças percecionam que as progenitoras seriam mais felizes se não tivessem experienciado episódios de violência [E1- *“Feliz... Ela é feliz... mas, prontos, podia ser mais feliz”*; E2- *“Mais feliz”*; E3- *“Sei que ela era muito mais feliz...”*; E4- *“Penso que seria a mesma. Mais feliz, mas não deixaria de ser quem é”*; E5- *“continuava a ser boa, só que mais feliz”*; E6- *“mais contente”*].

3.3.3. Análise categorial do grupo de progenitoras

As categorias extraídas a partir dos diferentes domínios e que serão apresentadas em seguida são as seguintes: (1) autopercepção; (2) significados construídos em torno da violência; (3) episódios de violência interpaparental; (4) impacto da violência interpaparental; (5) crenças e percepções construídas em torno da violência interpaparental; (6) integração da experiência; (7) relação com a mãe.

1. Autopercepção

A autopercepção integra uma subcategoria que nos permite avaliar a percepção que a criança tem de si mesma a partir do ponto de vista da respetiva progenitora, nomeadamente: (2.1) percepção dos seus atributos.

1.1. Percepção dos seus atributos

Após a análise das entrevistas das progenitoras das crianças constatámos que de forma geral somente recorrem a características psicológicas [ME2- *“Hmm... Sabe que é inteligente. Sabe que tem piada. E... acha que o facto de ser muito... sincera e dizer tudo o que pensa que é um máximo, que nem sempre é... Ah... E acha-se uma boa desportista”*]; ME3- *“Divertida, muito positiva, sensível”*; ME4- *“acha-se muito sincera”*]. Porém, outras mães utilizam quer características psicológicas, quer físicas [ME1- *Acho que se acha bonita... simpática... bem-disposta*]; ME5- *“Ele diria que apesar de tudo é feliz, uma criança engraçada e simpática... ah e baixinho, está sempre a dizer que é o mais pequenino da sala dele”*; ME6- *“que é bonito, boa pessoa e amigo, simpático...”*].

Adicionalmente, além de características positivas, uma mãe refere também características negativas relativas à sua criança [ME2- *“E, pronto, do lado negativo, às vezes acha que... Como é que eu hei-de explicar... Usando até as palavras dela... Às vezes... acha que o amor que as pessoas à volta dela lhe dão que não é o suficiente, que sente que precisa de mais, mais amor, mais carinho, mais atenção*].

Com a exceção de dois casos [ME1, ME2], verificámos também que a grande maioria das progenitoras revela que as suas crianças já se sentiram diferentes dos outros, sendo que em todos os casos justificam-se com a experiência de vitimação a que estão expostas [ME2- *“já chegou a dizer que acha que é a única que tem um pai que bebe e que pronto, e que acontece aquilo, portanto... e pronto acho que se acha um pouco diferente aí”*; ME3- *“Acho... Quando aconteceu esta situação toda do pai, ela... Pronto, ela via que o irmão tem um pai que é totalmente diferente e então ela sente-se diferente, sente que... que os outros têm um pai e ela não tem, portanto sente-se diferente dos outros em relação a isso, sente-se tipo desamparada...”*; ME5- *“sim, porque sente vergonha do que estamos a passar”*; ME6- *“Agora da maneira que está sim... aquilo que a professora me disse que se os miúdos falarem dos pais ele não fala, distancia-se das crianças...”*].

Quanto às mudanças idealizadas, quase todas as mães referiram que as suas crianças não mudariam nada nelas se pudessem mudar algo, com a exceção de uma mãe que referiu que a sua criança faria alterações ao nível comportamental [ME2- *“A única*

coisa que eu acho que ela realmente mudaria... são as birras que ela às vezes faz, isso sim (...) principalmente, porque houve uma vez que ela ficou muito preocupada, e diz que não queria de todo magoar-me, porque não queria que as pessoas pensassem mal de mim, no facto de ser má mãe, ou que pensassem que ela era má para mim, portanto em casa, não é? Porque uma vez a professora falava que só faltava bater na mãe, que foi uma coisa que a tocou bastante, e que ela realmente dizia... pronto, disse, ‘Oh mãe, ninguém imagina o quanto eu me arrependo’, portanto, e ela usa mesmo estas palavras todas na frase, portanto: ‘eu estou muito arrependida’, ‘nunca fiz para magoar’; portanto, eu penso que nessas coisas ela gostaria de querer mudar”].

2. Significados construídos em torno da violência

A presente categoria integra subcategorias que nos permitem compreender os significados construídos pelas crianças em torno da violência, em geral, nomeadamente: (2.1) formas de violência; (2.2) posição pessoal face às pessoas que agridem; (2.3) posição pessoal face à violência; (2.4) atribuições em torno da violência; (2.5) alternativas à violência; (2.6) associação à situação de violência interpaparental.

2.1. Formas de violência

Em termos dos tipos de violência que as mães das crianças referem, constatámos que o ato de bater é comum a todos. Adicionalmente algumas mães identificam também formas de violência psicológica [ME1- *“dar maus tratos verbais, insultos... Hmm... acho que é isso.”*; ME2- *“É assim, infelizmente, as discussões que eu tenho com o meu marido são na frente das minhas filhas. E como ela é uma miúda que capta tudo, ela ouve as coisas e capta bem as coisas, e como eu digo muitas vezes nas discussões com o meu marido e utilizo muito a frase que “a violência não é só bater... não é só física, que também é psicológica, a maneira como se fala”... Eu acho que ela realmente percebe isso”*; ME3- *“As pessoas falarem mal umas para as outras, gritarem, insultarem”*; ME4- *“Discutir”*; ME5- *“Não só bater, mas também muitos berros, pois ouviu o pai berrar comigo e insultar-me...”*; ME6- *“eu acho que sabe também que são insultos e berros”*].

2.2. Posição pessoal face à violência e às pessoas que agredem

Todas as mães referem que as suas crianças expressariam uma postura crítica face à violência, e que de uma forma geral, a grande maioria das suas crianças classificaria negativamente as pessoas que agredem e fazem mal a outrem [e.g., ME2- *“Estou a tentar me lembrar assim de alguma frase que ela tenha me dito... ‘Oh mãe, são estúpidos, não sabem nada, são...’ Uma vez usou a palavra ignorantes, que eu achei fantástico: ‘São ignorantes’”; ME3- “Acha que essas pessoas são más pessoas”; ME4- “Deve achar que são pessoas más ou doentes”*].

2.3. Motivos para a ocorrência da violência

Quanto aos motivos apontados para a ocorrência da violência, as mães baseiam-se nas suas experiências de vitimação, e estes vão desde como consumos de álcool e de drogas, ciúmes, vingança, temperamento, entre outras [ME1- *“Porque o homem no geral bebe e tá com uns copitos a mais chega a casa e começa a pegar com a pessoa... Hmm... ou porque se droga e quando lhe falta a droga... penso eu que ela pensa isso... porque ela já teve a experiência do pai quando nós vivíamos juntos e ele quando lhe faltava a ganza chegava a casa e pegava comigo por tudo e por nada. E... é isso”*; ME2- *“em casa acha que o pai fica agressivo, porque é a bebida que o faz assim”*; ME3- *“por ciúmes, por vingança”*; ME4- *“Acho que ela pensa que isso acontece por causa de ciúmes... Quando o pai dela me batia era muitas vezes por causa disso... Acho que ela deve pensar isso”*; ME6- *“porque ele bebeu ou esta mal disposto”*].

2.4. Alternativas à violência

Após a manifestação de uma postura crítica no que concerne ao uso da violência para resolver os conflitos, algumas mães mencionam que ensinaram às filhas como alternativas à violência “conversar” [ME2, ME3, ME5].

3. Episódios de violência interpaparental

A presente categoria integra subcategorias que nos permitem compreender as perceções das crianças no que concerne às características dos episódios de violência

interpaparental às quais estiveram expostas, concretamente: (3.1) contexto; (3.2) tipo de exposição; (3.3) alvo da violência; (3.4) formas de violência testemunhada; (3.5) frequência.

3.1. Contexto

No que se refere ao contexto de ocorrência dos episódios de violência interpaparental, verificámos que em todos os casos esta ocorre exclusivamente no domínio privado, sendo referido por todas as mães que os episódios ocorriam quando o casal se encontrava em casa.

3.2. Alvo da violência

Em todos os casos a violência tinha como alvo principal as progenitoras e como ofensor os seus companheiros [ME1- “*Ele chamava-me (...) costumava dar-me maus tratos*”; ME2- “*as discussões da parte do meu marido*”; ME3- “*(...) do pai berrar muito comigo*”; ME4- “*assistiu o pai me bater (...) chamar-me nomes, de acusar-me...*”; ME5- “*ele batia-me...*”; ME6- “*Viu ele a dar-me com...*”].

Adicionalmente, também foi possível constatar que num dos casos uma criança também foi vítima de agressão física por parte do padrasto, como consequência da sua intervenção para proteger a mãe [ME5- “*ele estava a bater em mim, mas o miúdo meteu-se e ele furioso... olhe... virou-se contra o menino*”].

3.3. Tipo de exposição

No que concerne ao tipo de exposição, verificámos que as crianças não são preservadas aos episódios de violência doméstica, encontrando-se estas expostas presencialmente aos mesmos [e.g., ME1- “*tudo à frente da EI*”; ME2- “*infelizmente, as discussões que eu tenho com o meu marido são na frente das minhas filhas*”; ME4- “*Ela assistia às discussões... e assistiu o pai me bater*”; ME5- “*Ele viu não só bater, mas também muitos berros, pois ouviu o pai berrar comigo e insultar-me...*”].

3.4. Formas de violência exposta

Relativamente às formas de violência, constatamos que a violência psicológica é a mais frequentemente exercida, desde verbalizações insultuosas associadas a um tom de voz agressivo [ME1- *“Ele chamava-me puta, filha da puta, e dizia: ‘vai ter com o amante’*; ME2- *“as discussões da parte do meu marido são sempre as mesmas coisas. Prontos, são palavras feias”*; ME3- *“Ela lembra-se muito do pai berrar muito comigo”*; ME4- *“de chamar-me nomes, de... acusar-me de ter outros homens”*], passando por ameaças [ME2- *“quando bebe, ameaça-me que me põe para fora de casa e que me tira as filhas...”*], até ao exercício de controlo [ME4- *“ele começava a pegar comigo sempre que tinha que ir para a escola, porque não gostava que eu fosse à escola”*].

Outra forma de violência relatada por algumas crianças é a violência física, sendo a mais comum exercida através do bater [ME1- *“também chegou a dar maus tratos físicos”*; ME3- *“começou-me a agarrar, a puxar-me os cabelos, e a bater-me...”*; ME4- *“Quando o pai dela me batia”*; ME5- *“deu-me uma sova...”*]. Porém, para além desta forma de violência física, uma mãe refere ainda que a sua criança assistiu, o pai bater na mãe com objetos [ME5- *“Viu ele a dar-me com o móvel...”*].

3.5. Frequência

No que concerne à frequência dos episódios de violência interpaparental, a grande maioria das situações assume um padrão de violência continuado [ME2, ME3, ME4, ME6], havendo alguns casos que retratam a situação de violência esporádica [ME1, ME5].

4. Impacto da violência interpaparental

Esta categoria integra subcategorias que nos permitem compreender o impacto da violência interpaparental na criança, tais como: (4.1) reações imediatas; (4.2) reações face à situação atual; (4.3) estratégias de *coping*; (4.4) conseqüências.

4.1. Reações imediatas

No que diz respeito às reações imediatas perante a situação de violência interpaparental, tivemos em conta as respostas emocionais, cognitivas e comportamentais da criança.

Relativamente às reações emocionais, destaca-se sobretudo o medo, associado à percepção de perigo, quer do risco da perda da principal figura de suporte, quer do risco de serem elas próprias agredidas [ME1- *“Sentia medo... muito medo... que ele ao mesmo tempo que me insultava ele me pusesse a mão, mas ao mesmo tempo com medo que ele também lhe fizesse alguma coisa a ela. Como ele tava a assim agressivo... ela tinha medo de tudo”*; ME2- *“sentiu-se muito mal... então ela realmente aí ficou muito assustada com o que podia acontecer”*; ME3- *“...Ficava assustada... E chorava muito...”*; ME4- *“ficava nervosa... assustada...”*; ME5- *“nessas alturas ele tinha medo...”*; ME6- *“Tinha medo que ele me batesse ou assim”*].

Quanto às reações comportamentais, constatámos que as progenitoras das crianças evidenciam estratégias de confronto diferentes. Por um lado, estratégias de confronto focadas no problema, ou seja, envolvimento direto nos conflitos, através de ações como gritar com o ofensor no sentido de o tentar parar, colocar-se à frente da mãe, gritar por socorro [ME1- *“Virava-se para o pai e dizia: ‘Oh pai tá quieto, tá calado’... ‘Não comeces, pai... Não comeces a mandar vir com a mãe’”*; ME2- *“Ela não foge do pai, não. Ela não tem medo do pai, nessa questão. Ela confronta-o, se for preciso”*; ME5- *“foi quando ele tentou separar-nos e o pai virou-se a ele ...”*]. Por outro lado, estratégias de confronto focadas na emoção, evidenciadas sobretudo através de ações como chorar, esconder-se no quarto, evitar o local do conflito, fugir [ME3- *“Escondia-se sempre, porque ela chorava e metia-se no quarto e começava a chorar...”*; ME4- *“punha-se no quarto, deitava-se na cama, ou punha-se a fazer os trabalhos...”*; ME6- *“fugiu para casa da avó...”*].

Por fim, as reações cognitivas das crianças, surgem associadas aos sentimentos de medo e de receio, traduzindo-se em preocupações das crianças, sobretudo com as consequências que poderiam ocorrer quer com o ofensor, quer com a vítima [ME1- *“Tinha medo que ele me agredisse, quando ele estava assim alterado. Tinha medo que ele me pusesse a mão”*; ME2- *“com o que pode acontecer... porque ela sabe que ele já me meteu a mão, portanto acho que é isso”*; ME3- *“Eu acho que o facto de nós*

estarmos a discutir fazia com que ela pensasse: os meus pais já se vão chatear outra vez; já vai haver confusão; o meu pai já vai embora; vou ficar sem o meu pai”; ME4- *“acho que ficava preocupada, que ele me fizesse mal”*; ME5- *“preocupado comigo”*; ME6- *“talvez receio que ele magoasse e que ele se magoasse, não sei...”*].

4.2. Reações face à situação atual

No que concerne às reações face à situação atual, tivemos em conta os mesmos níveis anteriormente explorados, nomeadamente emocional, cognitivo e comportamental.

De uma forma geral as progenitoras referem que, com o término da situação de violência interpaparental, das reações emocionais normalizaram [ME1- *“Ela agora sente-se mais aliviada, mais calma”*; ME3- *“Penso que se sente mais segura”*; ME4- *“Acho que se sente um bocadinho melhorzinha... Sente-se mais segura”*; ME5- *“agora sente-se mais protegido, mais feliz”*; ME6- *“acho que se sente bem melhor ...”*].

Quanto às reações comportamentais, algumas progenitoras referem que perante uma nova situação de violência interpaparental as suas crianças agiriam no sentido de as proteger [ME1- *“faría igual...”*; ME3- *“Eu acho que ela agora não, não desatava a chorar. Eu acho que ela agora mantinha-se firme e era capaz até de se impor e dizer alguma coisa.”*; ME5- *“o problema é que ele faría igual, mas eu não quero que ele se meta...”*].

Por último, as reações cognitivas traduzem-se nas preocupações das crianças, sendo que apenas uma progenitora apontou uma preocupação atual da sua criança [ME3- *“Agora à E3 preocupa o facto de não poder ver o pai”*].

4.3. Estratégias de coping

As progenitoras, ao longo das suas entrevistas, mencionam que as suas crianças utilizam quer estratégias de confronto centradas nas emoções [ME3- *“ela não intervinha, chorava muito... e escondia-se”*; ME4- *“ficava no quarto, ou quando estava na sala depois fugia para o quarto”*; ME6- *“fugia para a beira da avó”*], quer estratégias de confronto centradas no problema [ME1- *“Pedia ao pai para ele parar”*];

ME2- *“Normalmente, ela grita: ‘Cala-te! Parem com isso’”; ME5- “tentou separar-nos”*].

4.4. Consequências

A generalidade das progenitoras consegue identificar as consequências negativas da violência interpaparental, sobretudo ao nível escolar [ME1- *“começou a não querer saber da escola... A diretora de turma está-me sempre a dizer que a E1 não está atenta nas aulas... que todos os professores se queixam disso. E vem sempre para casa com recados dos professores, porque não faz os trabalhos de casa... ou porque não está atenta”*]; ME3- *“notei uma grande mudança... antes disto acontecer ela estava sempre agarrada aos livros e era boa aluna, mas depois começou a não ter vontade nenhuma de estudar”*]; ME6- *“Na escola não é que ele tenha más notas, mas desceu muito”*], psicológico [ME3- *“muito preocupada, estava sempre muito preocupada comigo e com a minha segurança. Ela andava sempre de volta de mim e sempre muito agarrada a mim”*]; ME4- *“agora esta sempre preocupada, assim comigo”*], emocional [ME3- *“acho que ela ficou ainda mais carente... de vez em quando tem assim momentos de tristeza”*], e interaccional [ME6- *“dos amigos como eu disse ele foge de ouvir certos comentários e distancia-se”*].

5. Perceções construídas em torno da violência interpaparental

Esta categoria integra subcategorias que nos permitem compreender as crenças e perceções da criança construídas em torno da violência interpaparental, especificamente: (6.1) atribuições em torno da violência; (6.2) suporte percebido.

5.1. Atribuições em torno da violência

A totalidade das progenitoras atribui a responsabilidade pela ocorrência da violência ao companheiro. Quanto à atribuição de causalidade, as respostas das progenitoras variaram, versando estas sobre fatores internos (e.g., temperamento, personalidade) [ME3- *“porque ele é muito nervoso e ela agora sabe disso, sabe que o pai se altera muito facilmente, porque eu acho que ela quando fala com ele, quando ele altera a voz, ela já fica a tremer, porque já sabe que ele se vai alterar, que se vai*

enervar e vai pegar com alguma coisa ou com alguém”], e fatores externos (e.g., consumo de álcool, droga) [ME1- “porque bebia e também por causa da droga”; ME2- “Acha que aconteceu por causa do pai... do problema do pai... do problema do pai com a bebida”].

5.2. Suporte percebido

No que concerne ao suporte percebido, as progenitoras identificam figuras de suporte e reconhecem-nas como responsivas e eficazes exclusivamente do sistema informal (e.g., família e amigos) [ME1- “A mãe e a avó...”; ME2- “Ela sabe que pode contar sempre comigo, é uma coisa que ela sabe... ela também pode achar que a irmã, para além de se picarem muitas vezes... mas elas gostam muito uma da outra e protegem-se muito”; ME3- “Penso que ela sabe que pode contar comigo, que pode contar sempre comigo. Também com o avô e com o irmão”; ME4- “o padrinho e eu”; ME5- “a mãe”; ME6- “Os avós”].

6. Integração da experiência de exposição à violência interpaparental

Esta categoria integra subcategorias que nos permitem compreender de que forma a criança integra a experiência de exposição à violência interpaparental, especificamente: (6.1) mudanças desejadas.

6.1. Mudanças desejadas

Relativamente às mudanças desejadas pelas crianças, a grande maioria das progenitoras refere que estas gostariam de ver modificada a sua situação familiar, mais concretamente a resolução dos conflitos interpaparentais e a reconciliação entre o casal, que passa essencialmente pela mudança do pai [e.g., ME1- “Ela fala muitas vezes: ‘Oh mãe... gostava que o pai fosse outro. Porque é que o meu pai tem que ser assim?’. Portanto... prontos, acho que ela deve pensar que se tivesse outro pai que as coisas corriam de outra forma... ou, por outro lado, se o pai tivesse modos diferentes... não sei... que podíamos ser mais felizes se ele não me desse maus tratos”; ME2- “O pai não bebia mais”; ME3- “Ela disse-me já por várias vezes, não sei se era isso que ela faria, mas ela queria mudar de pai. Ela disse-me que gostava que o pai dela fosse o pai do

irmão, ou então o feitiço do pai, mas isso ela não pode mudar. Eu acho que tudo se baseia ali realmente no pai, na maneira de ser do pai, dos pais ficarem juntos ou não, mas se não ficarem juntos, ter um bom pai na mesma como o pai do irmão”; ME6- *“Se pudesse ele fazia com que o pai parasse de me maltratar”*].

7. Relação com a mãe

A presente categoria integra subcategorias que nos permitem compreender a relação entre mãe e criança, tais como: (7.1) percepção da figura materna; (7.2) percepção das consequências da experiência de vitimação manifestadas pela progenitora; (7.3) percepção do impacto da violência nos cuidados maternos; (7.4) idealização da figura materna sem a experiência de violência.

7.1. Percepção da figura materna

Em termos da percepção da figura materna, todas as progenitoras referem que as suas crianças as caracterizam positivamente e essencialmente como uma boa mãe [ME1- *“Uma boa mãe... Uma mãe maravilhosa para ela...”*; ME2- *“Eu acho que a E2 aprendeu a valorizar-me mais um bocadinho, e de ver até o quanto é difícil de se ser mãe”*; ME3- *“Eu sei que ela que gosta muito de mim, eu sinto isso, que ela que me ama mesmo muito, que me considera uma boa mãe, porque ela está sempre a dizer, não sei se é verdade mas deve ser”*; ME4- *“não sei... muito trabalhadora, preocupada sempre com ela, muito chata... mas muito boa mãe... ela sabe...”*; ME5- *“uma boa mãe, muito atenta...”*; ME6- *“o que ela diz é que adora a mãe, que a mãe faz tudo”*].

7.2. Percepção das consequências da experiência de vitimação manifestadas pela progenitora

As progenitoras referem que as suas crianças notam consequências decorrentes da experiência de vitimação a que estavam sujeitas, sobretudo ao nível emocional [ME1- *“Magoada, triste... desiludida com a vida... acho que ela que também deve pensar que eu estou a sofrer muito”*; ME2- *“Ela sabe que eu me sinto muito triste e muito magoada com todos estes episódios”*; ME3- *“Eu acho que ela sabe que eu que estou triste, ando triste, ando cansada”*; ME4- *“mesmo que tente disfarçar, a minha*

filha sente que não estou bem, ela sabe que estou triste”; ME5- *“ele sabe que ando mais triste, mais em baixo e que me tento refugiar nas pessoas amigas, que me rodeiam o máximo que posso, para estar acompanhada e não perder também um bocado o equilíbrio”*; ME6- *“Triste, ela sabe”*].

7.3. Percepção do impacto da violência nos cuidados maternos

As progenitoras assumem que a situação de violência afetou os seus cuidados maternos [e.g., ME2- *“eu sempre tentei dar carinho, mas a verdade é que agora muitas das vezes não tenho paciência para a minha filha, não tenho a paciência que tinha, não sei explicar”*; ME3- *“Agora não tenho muita paciência, não tenho... por mais que eu queira não consigo ter paciência”*; ME4- *“eu trato das minhas filhas da mesma maneira, sinto-me é sem paciência, com menos paciência”*; ME5- *“Não tenho muita paciência. Sinto-me sempre muito cansada, não consigo fazer aquilo que quero fazer, ando muito em baixo e de maneira que não tenho muita paciência”*].

7.4. Idealização da figura materna sem a experiência de violência

De uma forma geral, verificámos que as progenitoras percebem que poderiam ser mais felizes se não tivessem experienciado episódios de violência, com a exceção de uma que refere que talvez estes episódios a tenham feito uma mãe mais atenta [ME2: *Seria diferente com certeza, mas... eu normalmente vou buscar as coisas boas mesmo nas más, porque se calhar se não tivesse acontecido, se calhar não andava tão... atenta. Quer dizer, às vezes até digo: ‘Ah! Porque é que eu casei?’*, mas depois penso, se não tivesse casado, não tinha estas duas filhas... então... como é que eu hei-de dizer... eu acho que a gente dá mais valor às coisas, por isso eu não me preocupo muito... Porque se calhar até era uma mãe diferente, mas se calhar não pensava como penso agora. Portanto eu não vou dizer: “Ai, se calhar era uma mãe mais atenta”, não! Se calhar nem era uma mãe mais atenta, se calhar por esses episódios é que elas se calhar depois até vão buscar as fraquezas delas que me vão mostrando agora em que se calhar eu esteja com mais atenção”].

3.4. Discussão dos resultados

Após a apresentação dos resultados, segue-se o processo de análise e reflexão dos mesmos com o objetivo de dotá-los de sentido e, assim, conseguirmos compreender os significados construídos pelos participantes acerca das suas experiências a que nos propusemos estudar.

Importa lembrar que o nosso estudo incidiu sobre a análise das percepções de um grupo de crianças e das suas respetivas mães, no que concerne à experiência de vitimação das suas crianças, assente na premissa de que o acesso ao discurso interno do sujeito e a possibilidade de triangulação das fontes revestem-se de particular relevo para a compreensão do impacto da violência interpaparental no ajustamento das crianças (Kuo et al., 2000; Sternberg et al., 2006). Deste modo, debruçar-nos-emos sobre a análise de cada uma das categorias abrangentes extraídas a partir do relato de seis crianças e suas respetivas progenitoras sob um ponto de vista comparativo²³, no sentido de alcançarmos maior compreensão sobre o impacto que a experiência de exposição à violência interpaparental tem no seu ajustamento.

De acordo com a literatura, o ser humano manifesta uma inesgotável necessidade de construir significado em torno das suas experiências, constituindo-se esta tarefa como inerente e central na sua vida, sendo que através da linguagem simbólica a criança poderá extrair significados pessoais que transcendem o conteúdo óbvio e produzir significações construídas com base nas suas experiências de vitimação. Assim, tendo por base os métodos narrativos, pudemos comprovar que a história surge como um instrumento facilitador para a emergência de discursos significativos (Bruner, 1990; Charmaz, 2006), uma vez que a maioria das crianças através da mesma projetaram as suas experiências pessoais de vitimação, incidindo os temas emergentes exclusivamente sobre o conflito interpaparental e problemáticas associadas.

Relativamente à primeira categoria comum aos dois grupos, *autopercepção*, os resultados obtidos demonstram que de uma forma geral a percepção que as crianças têm de si é positiva, com a exceção de um caso em que é possível depreender que a situação de violência interpaparental poderá ter influenciado a imagem que a criança constrói

²³ De salientar que da análise comparativa entre as percepções dos diferentes grupos (crianças e progenitoras), uma categoria, *projeção da criança*, será analisada tendo por base somente as narrativas das crianças.

acerca de si mesma, no qual a criança se descreve de forma severa e totalmente negativa e, inclusive, se identifica com o pai e com as suas estratégias para a resolução de conflitos (e.g., bater nas pessoas), comprovando que a violência pode influenciar a percepção que a criança tem de si própria (Sani, 1999, 2011). Adicionalmente, e embora contrariamente ao que as crianças revelam, verificámos que a grande maioria das progenitoras menciona que as suas crianças já se sentiram diferentes dos outros, sendo que em alguns casos as crianças manifestaram em algum momento das suas vidas sentimentos de vergonha ou evidenciaram maiores níveis de isolamento devido à experiência de vitimação a que estão expostas. Efetivamente, vários estudos realizados com crianças que testemunharam a violência entre os pais demonstraram que algumas crianças percebem-se como diferentes dos seus pares, podendo mesmo sentirem “vergonha por fazer parte de uma família como aquela, por ter de manter um segredo e não ser capaz de trazer amigos para sua casa ou celebrar rituais típicos de família” (Davidson, 1978, as cited in Sani, 1999, p. 250).

No que concerne à segunda categoria comum, *significados construídos em torno da violência*, não encontramos diferenças significativas entre os relatos das crianças e das progenitoras. Constatamos que de uma forma geral as crianças associam a violência ao ato de bater, referindo também formas de violência psicológica, como berrar e gritar, associando em alguns casos às situações de violência a que estão expostas no contexto familiar. As crianças também expressam uma postura crítica face à violência e às pessoas que agridem, identificando alternativas mais adequadas para a resolução de conflitos, como por exemplo a conversa e o diálogo. Quanto aos motivos apontados para a ocorrência da violência, as crianças percebem que o que está na origem de alguém bater noutra pessoa, são situações de conflito, que posteriormente geram discussões entre os pais. Porém, algumas crianças acrescentam a este motivo algumas interpretações, como consumos de álcool e de drogas, experiências de vitimação na infância, ciúmes, perturbações mentais, entre outras, associando muitas vezes às suas experiências de vitimação.

Através da análise da terceira categoria comum a ambos os grupos, *episódios de violência interpaparental*, pudemos constatar que na totalidade dos casos as crianças referem que os episódios de violência ocorrem no domínio privado e identificam a figura paterna como ofensor e a figura materna como a vítimas direta dos episódios de

violência. Estes dados comprovam que o contexto familiar revela-se em muitos casos como um espaço de conflitualidade e violência e assume-se portanto como um local perigoso para a criança (Margolin, 1998). Com efeito, a ocorrência de episódios de violência no contexto familiar, normalmente reconhecido pela criança como um local de segurança e proteção, assume repercussões de particular gravidade, já que os protagonistas são pessoas com as quais a criança tende a identificar-se e a querer como figuras de suporte (Sani, 2008a, 2011).

Adicionalmente, à semelhança do que a literatura indica, é possível verificar que, decorrente do episódio de violência interpaparental, uma criança acaba sendo também uma vítima direta. De facto, vários estudos indicam que as crianças expostas à violência interpaparental apresentam maior probabilidade de serem também alvo de abuso infantil (Sani & Caprichoso, 2013; Horn & Lieberman, 2011; Margolin, 1998; Osofsky, 2003), sendo que a coocorrência de exposição à violência interpaparental e maus tratos físicos em crianças se encontra frequentemente associada a problemas de externalização e internalização de ordem clínica mais significativa (Kitzmann et al., 2003).

Com este estudo constatámos que, na grande maioria dos casos, a criança não é poupada aos conflitos interpaparentais, encontrando-se frequentemente presente no momento em que os pais se agredem, sendo este um fator preponderante na compreensão do impacto da vitimação no ajustamento da criança (Cunningham & Baker 2007). Mais foi possível verificar que a grande maioria das situações de violência interpaparental assume um padrão de violência continuado, estando este muitas vezes associado a sintomatologia de internalização e de externalização (David et al., 1996; Grych & Fincham, 1990; Long & Forehand, 1987). Quanto às formas de violência exposta, as crianças relataram quer situações de exposição à violência física, sendo a forma mais comum exercida através do bater, quer situações de exposição à violência psicológica, através de verbalizações insultuosas associadas a um tom de voz agressivo. Grych e Fincham (1990) constataram que a exposição a situações conflituosas envolvendo agressão física pode acarretar maiores níveis de sofrimento para a criança, podendo inclusive promover o desenvolvimento de perturbações mentais a longo prazo. De forma similar, Cummings e Davies (1994), defendem que a exposição aos conflitos que envolvem agressão física parecem ser mais perturbadores para a criança, quando comparadas com formas menos intensas de conflito, estando fortemente associada a

problemas de comportamento nas crianças, traduzidas em manifestações de raiva, tristeza, preocupação, vergonha e culpa.

Por outro lado, e tal como a literatura defende, verificámos que com o término dos episódios de violência, de uma forma geral as crianças tendem a normalizar as suas reações emocionais, demonstrando sentirem-se melhor e mais protegidas (Sani, 2004b, 2011).

Em termos da quarta categoria comum, *impacto da violência interpaparental*, as descrições efetuadas quer pelas crianças, quer pelas progenitoras, demonstraram uma variedade de reações emocionais (e.g., sentimentos de medo, tristeza e raiva), comportamentais (e.g., enfrentamento e evitamento) e cognitivas (e.g., preocupações com a integridade física quer do pai, quer da mãe). Os resultados confirmam assim os dados de vários estudos (e.g., Davies & Sturge-Apple, 2007; Davies et al., 2009) que revelam que as reações das crianças têm um grande impacto no ajustamento da criança.

Tendo em conta os resultados obtidos, ambos os grupos identificam consequências cognitivas (e.g., dificuldades de concentração, de atenção, descida de classificações) e emocionais (e.g., sentimentos de tristeza, raiva, medo). Alicerçando-nos, assim, na literatura, sabemos que a exposição à violência interpaparental pode afetar negativamente o desenvolvimento cognitivo da criança (Jouriles et al., 2008; Koenen et al., 2003) e mais concretamente a capacidade de atenção, de concentração e de memória (Jouriles et al., 2008; Sani, 2011), resultando em diversos casos num desempenho académico mais fraco ou até mesmo em absentismo escolar (Kernic et al., 2002; Kitzmann et al., 2003; Sternberg et al., 2006; Ybarra et al., 2007). No que concerne ao desenvolvimento emocional, a exposição à violência interpaparental, deixa as crianças mais vulneráveis para manifestarem profundos sentimentos de perda, tristeza, raiva, vergonha, medo e culpa (Baker & Cunningham, 2005; Cummings et al., 2007; Cunningham & Baker, 2007; Graham-Bermann et al., 2009; Margolin, 1998; Shelton & Harold, 2007), bem como sentimentos de ambivalência em relação ao ofensor sentindo, por um lado, falta deste e preocupação pelo seu bem-estar, e por outro, sentir medo dele (Sani, 2008a).

No que diz respeito à quinta categoria, *perceções construídas em torno da violência interpaparental*, verificámos que as crianças atribuem a responsabilidade pela

ocorrência dos conflitos exclusivamente ao pai/padrasto, não havendo em nenhum momento referência ao sentimento de culpa ou responsabilidade pela ocorrência dos mesmos. Na origem dos episódios abusivos, as crianças identificam quer fatores internos (e.g., temperamento, personalidade), quer fatores externos (e.g., consumo de álcool e de drogas), não minimizando, no entanto, o grau de responsabilidade atribuído ao pai/padrasto. De uma forma geral, as crianças percebem ter um bom sistema de suporte informal, reconhecendo as figuras de suporte como responsivas e eficazes. Porém, curiosamente foi possível constatar que nem sempre as crianças identificam as suas mães como figuras de suporte.

Relativamente à sexta categoria, *integração da experiência de exposição à violência interpaparental*, verificamos que as expectativas de mudança das crianças remetem para a mudança da sua situação familiar, mais concretamente a resolução dos conflitos interpaparentais e a reconciliação entre o casal, que passa essencialmente pela mudança do pai. Quanto às mensagens deixadas a outras crianças que também viveram situações de violência é possível observar o reconhecimento dos seus próprios recursos adaptativos e identificar vulnerabilidade e/ou adaptação de cada uma delas, sendo que de forma geral as crianças focam-se sobretudo no domínio emocional, havendo porém alguns casos que se focam no problema.

Por fim, a sétima categoria, *relação com a mãe*, a totalidade das crianças percebe a figura materna de forma positiva e, apesar de conseguirem notar consequências nas progenitoras decorrentes da experiência de vitimação, sobretudo ao nível emocional, sentem que estas nunca deixaram que isso influenciasse os seus cuidados maternos. Estes resultados vão ao encontro de algumas investigações empíricas que defendem que, ainda que as mães de crianças expostas à violência interpaparental demonstrem um aumento dos níveis de *stress*, isso não significa necessariamente que esse *stress* se traduza sempre numa diminuição das suas capacidades parentais (Edleson et al., 2003; Lieberman et al., 2005). Em contrapartida, as progenitoras assumem que a situação de violência afetou os seus cuidados maternos. Alguns autores defendem que a violência pode, com efeito, afetar as capacidades parentais (Bromfield et al., 2010; Gewirtz et al., 2011; Levendosky et al., 2003), tornando estas mães emocionalmente mais distantes, indisponíveis e menos sensíveis às necessidades das suas crianças (Holt et al., 2008).

Adicionalmente, também verificamos que, de uma forma geral, as crianças e as progenitoras percebem que poderiam ser mais felizes se não tivessem experienciado episódios de violência, com a exceção de uma progenitora que refere que talvez estes episódios a tenham feito uma mãe mais atenta. Efetivamente, em alguns casos, estas mães demonstram fazer esforços consideráveis para proteger os seus filhos (Bromfield et al., 2010; Mullender et al., 2002), podendo inclusive ser mais sensíveis e responsivas aos seus filhos do que outros pais, uma vez que sentem necessidade de compensar as suas crianças atendendo a tudo o que já sofreram (Letourneau et al., 2007; Levendosky et al., 2003). Como argumentam Letourneau e seus colaboradores (2007), tal sensibilidade e capacidade de resposta podem funcionar como fator determinante na promoção do bom desenvolvimento e ajustamento destas crianças, o que por sua vez pode assim explicar como em situações análogas de vitimação e abuso algumas crianças manifestam ser mais resilientes do que outras.

Síntese

A partir da análise das percepções das crianças e das progenitoras foi possível fazer-se uma avaliação mais aprofundada do impacto da violência interpaparental no ajustamento das crianças, comprovando assim a proficuidade do acesso a diferentes fontes de informação e da possibilidade de triangulação das fontes para a compreensão do impacto da violência interpaparental no desenvolvimento da criança (Kuo et al., 2000; Sternberg et al., 2006).

Segundo Sani (2004b), o recurso a outras fontes de informação nem sempre resulta na convergência de percepções, já que estes podem ser maus informadores, por desconhecem ou deturpam de alguma forma a experiência da criança, pelo que não devem ser analisados isoladamente na avaliação do impacto da criança. Importa também levar em consideração o nível etário e cognitivo da criança, pois estas variáveis influenciam a capacidade desta para revelar as suas percepções. Assim, pudemos comprovar que, embora tenham surgido algumas diferenças entre as percepções das crianças e das progenitoras, na sua grande maioria os resultados são coincidentes, cuja recolha de informação de outros significativos permitiu complementar a informação dada pelas crianças e assim melhorar a avaliação e compreensão acerca do impacto da exposição da violência interpaparental no ajustamento psicossocial da criança.

CONCLUSÃO

Uma das mudanças mais significativas que acontece no desenvolvimento infantil envolve a capacidade crescente das crianças para pensar e atribuir significado às suas experiências (DeBoard-Lucas & Grych, 2011). Ao longo da sua vida, as pessoas agem com base nos significados que constroem activamente sobre a realidade social, sendo estes resultantes das suas experiências de interacção e da própria interpretação (Carlson, Sroufe, & Egeland, 2004; Coutinho & Sani, 2008a).

Quando a violência ocorre, as crianças tentam activamente perceber, interpretar e dar sentido a esta experiência (DeBoard-Lucas & Grych, 2011; Eisikovits, Winstok, & Enosh, 1998), sendo que as interpretações que as crianças elaboram predizem o seu posterior ajustamento (Sani, 2011). Assim, o impacto na criança depende, não só do testemunho directo ou indirecto do episódio, mas também da forma como esta interpreta o seu significado (Grych & Fincham, 1990), isto é, da sua capacidade para mediar as fontes externas e internas de perigo (Sani, 2011). Na revisão desta questão, Grych e Fincham (1990) sugerem que a associação entre o conflito conjugal e o (des)ajustamento da criança possa surgir a partir de uma série de factores e processos que levam as crianças expostas à violência interpaparental a estarem em maior risco de dificuldades de adaptação.

Diversos autores salientam a importância das percepções e interpretações que as crianças elaboram como potenciais mediadores do impacto da exposição à violência interpaparental (DeBoard-Lucas & Grych, 2011; Fortin, Doucet, & Damant, 2011; Fosco, DeBoard, & Grych, 2007; Hungerford et al., 2012; Sani, 2011). Como refere Sani (2011), as interpretações das vítimas predizem o seu posterior ajustamento. Deste modo, é fundamental entrar no mundo subjectivo de cada uma, aceder à percepção que têm de si próprias, dos principais intervenientes da sua vida e do meio onde se encontram inseridas (Coutinho & Sani 2008).

Neste sentido, a presente investigação, procurou através de uma lógica qualitativa analisar o discurso de seis crianças expostas à violência interpaparental e compreender de que forma a experiência de vitimação indirecta afetou as suas percepções no que concerne à percepção que têm de si mesmas, do significado de violência, da mãe e respectivas práticas educativas maternas. Posteriormente, e com o intuito de

complementar a análise, confrontamos as percepções das crianças com as das respectivas mães, quanto à experiência de vitimação das suas crianças.

Em traços gerais, os resultados reforçam a posição inicial de que a exposição à violência interpaparental tem um impacto negativo no ajustamento psicossocial da criança, sendo este fortemente influenciado pelos significados que as crianças atribuem às suas experiências de vitimação.

Concretamente, no que concerne à percepção de si mesmas, ainda que de forma geral as crianças manifestem possuir uma percepção positiva de si mesmas, estas percecionam-se como diferentes dos seus pares, das quais algumas evidenciam sentimentos de vergonha e maiores níveis de isolamento devido à experiência de vitimação a que estão expostas.

Relativamente à percepção do significado de violência foi possível concluir que de forma geral as crianças associam as situações de violência às suas experiências de vitimação, revelando assistirem frequentemente aos conflitos interpaparentais, pautados quer pela violência física (e.g. bater), quer pela violência psicológica (e.g. gritar, insultar). Também foi possível concluir que as crianças identificam o contexto doméstico como o local de ocorrência dos episódios de violência interpaparental, presenciando esses mesmos eventos maioritariamente de forma continuada. Em termos de impacto, estas crianças identificam em si algumas áreas afetadas, nomeadamente ao nível do desenvolvimento emocional e do desenvolvimento cognitivo. Quanto às atribuições, as crianças responsabilizam os pais como geradores dos conflitos e nomeiam motivos para a ocorrência dos mesmos relacionadas com fatores externos e fatores internos. Podemos também verificar que, de forma geral, as crianças identificam figuras de suporte e reconhecem-nas como responsivas e eficazes. Adicionalmente, a grande maioria das crianças manifesta o desejo de mudança do pai, almejando a reconciliação dos pais.

Por fim, em termos da percepção da mãe e das práticas educativas maternas a totalidade das crianças perceciona a figura materna de forma positiva e, apesar de conseguirem notar consequências nas progenitoras decorrentes da experiência de vitimação, sobretudo ao nível emocional, sentem que estas nunca deixaram que isso influenciasse os seus cuidados maternos.

Atendendo aos resultados obtidos, e confrontando com a literatura existente nesta área, a exposição à violência interpaparental potencia o aumento de problemas desenvolvimentais na criança. Assim sendo, torna-se essencial reforçar a contínua investigação que se debruce sobre esta temática no sentido de desenvolver, bem como implementar programas de intervenção específicos para estas famílias.

No final da realização da investigação importa perceber quais as contribuições e implicações da mesma para a compreensão dos resultados obtidos.

Em primeiro lugar, podemos realçar a utilização de outras fontes de informação acerca da experiência de exposição das crianças à violência interpaparental, que embora não se tenham notado diferenças significativas entre os relatos das crianças e das progenitoras, demonstrou proficuidade para uma melhor avaliação e compreensão do impacto da exposição da violência interpaparental no ajustamento psicossocial da criança.

Em termos das limitações deste estudo, podemos apontar alguns que a nosso ver poderiam ajudar a enriquecer o nosso estudo. A primeira limitação prende-se com a amostra, quer ao nível da sua dimensão, da sua homogeneidade e distribuição da faixa etária. O instrumento utilizado também poderá ser apontado como uma limitação, devido à sua natureza para extrair significados. Em estudos futuros seria importante desenvolver investigações de carácter longitudinal que se debruçassem sobre esta temática e que permitissem aceder ao impacto da violência interpaparental através de uma ótica evolutiva.

REFERÊNCIAS

- Ablow, J. C., Measelle, J. R., Cowan, P. A., & Cowan, C. P. (2009). Linking marital conflict and children's adjustment: The role of young children's perceptions. *Journal of Family Psychology, 23*(4), 485-499.
- Adams, C. M. (2006). The consequences of witnessing family violence on children and implications for family counselors. *The Family Journal, 14*(4), 334-341.
- Alarcão, M. (2006). *(Des)equilíbrios familiares: Uma visão sistémica* (3ª ed.). Coimbra: Quarteto Editora.
- Alberto, I. M. M. (2010). *Maltrato e trauma na infância* (2ª ed.). Coimbra: Edições Almedina.
- Almeida, T. C. F. (2011). *A percepção das crianças sobre os conflitos interpaparentais: Impacto no desenvolvimento em idade escolar*. Dissertação de Doutoamento não publicada. Escola de Psicologia da Universidade do Minho.
- Almeida, A., & Miguel, I. (2010). Representações sociais da adolescência. In A. C. Fonseca (Ed.), *Crianças e adolescentes: Uma abordagem multidisciplinar* (pp. 197-222). Coimbra: Edições Almedina.
- Alvarenga, P., & Piccinini, C. (2001). Práticas educativas maternas e problemas de comportamento em pré-escolares. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 14*(3), 449-460.
- Anderson, S. A., & Cramer-Benjamin, D. B. (1999). The impact of couple violence on parenting and children: An overview and clinical implications. *The American Journal of Family Therapy, 27*, 1-19.
- Anderson, S. A., & Schlossberg, M. C. (1999). Systems perspectives on battering: The importance of context and pattern. In M. Harway & J. M. O'Neil (Eds.), *What causes men's violence against women?* (pp. 137-152). Thousand Oaks: Sage Publications.

- Annerbäck, E-M., Wingren, G., Svedin C. G., & Gustafsson, P. A. (2010). Prevalence and characteristics of child physical abuse in Sweden: Findings from a population-based youth survey. *Acta Pædiatrica*, 99, 1229-1236.
- Antoniazzi, A. S., Dell'Aglio, D. D., & Bandeira, D. R. (1998). O conceito de coping: Uma revisão teórica. *Estudos de Psicologia*, 3(2), 273-294.
- Antunes, M. A. F. (2002). Violência e vítimas em contexto doméstico. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Eds.), *Violência e vítimas de crime. Vol. 1 – Adultos* (pp. 43-77). Coimbra: Quarteto Editora.
- APAV (2011). *Estatísticas APAV: Violência doméstica 2011*. Retirado de http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_APAV_VD_2011.pdf
- Araújo, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, 7(2), 3-11.
- Avanci, J., Assis, S., Oliveira, R., & Pires, T. (2009). Quando a convivência com a violência aproxima a criança do comportamento depressivo. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(2), 383-394.
- Baker, L. L. & Cunningham, A. J. (2005). *Learning to listen, learning to help: Understanding woman abuse and its effects on children*. London, Ont.: Centre for Children & Families in the Justice System.
- Baker, L. L., Jaffe, P. G., & Moore, K. J. (2001). *Understanding the effects of domestic violence: A handbook for early childhood educators*. London, ON: Centre for Children & Families in the Justice System.
- Barker, P. (2000). *Fundamentos da terapia familiar*. Lisboa: Climepsi.
- Belei, R. A., Gimeniz-Paschoal, S. R., Nascimento, E. N., & Matsumoto, P. H. V. R. (2008). O uso da entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. *Cadernos de Educação*, 30, 187-199.
- Bem, L. A., & Wagner, A. (2006). Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em famílias de baixo nível socioeconômico. *Psicologia em Estudo*, 11(1), 63-71.

- Benetti, S. P. C. (2006). Conflito conjugal: Impacto no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(2), 261-268.
- Berman, H. (2000). The relevance of narrative research with children who witness war and children who witness woman abuse. In R. A. Geffner, P. G. Jaffe, & M. Sudermann (Eds.), *Children exposed to domestic violence: Current issues in research, intervention, prevention, and policy development* (pp. 107-125). New York: The Haworth Maltreatment & Trauma Press.
- Bersani, C. A., & Chen, H. (1988). Sociological perspectives in family violence. In V. B. Van Hasselt, R. L. Morrison, A. S. Bellack, & M. Hersen (Eds.), *Handbook of family violence* (pp. 57-86). New York: Plenum Press.
- Black, T., Trocmé, N., Fallon, B., & MacLaurin, B. (2008). The Canadian child welfare system response to exposure to domestic violence investigations. *Child Abuse & Neglect*, 32, 393-404.
- Bogat, G. A., DeJonghe, E., Levendosky, A. A., Davidson, W. S., & von Eye, A. (2006). Trauma symptoms among infants who witness domestic violence toward their mothers. *Child Abuse & Neglect*, 30, 109-125.
- Bourassa, C. (2007). Co-occurrence of interparental violence and child physical abuse and it's effect on the adolescents behavior. *Journal of Family Violence*, 22, 691-701.
- Bromfield, L., Lamont, A., Parker, R., & Horsfall, B. (2010). *Issues for the safety and wellbeing of children in families with multiple and complex problems*. *National Child Protection Clearinghouse Issues*, 33, 1-23.
- Buchanan, F. (2008). Mother and infant attachment theory and domestic violence: Crossing the divide. *Australian Domestic & Family Violence Clearinghouse*, 5, 1-16.
- Buckley, H., Holt, S., & Whelan, S. (2007). Listen to me! Children's experiences of domestic violence. *Child Abuse Review*, 16(5), 296-310.

- Buehler, C., Anthony, C., Krishnakumar, A., Stone, G., Gerard, J., & Pemberton, S. (1997). Interparental conflict and youth problem behaviors: A meta-analysis. *Journal of Child and Family Studies*, 6(2), 233-247.
- Buehler, C., Krishnakumar, A., Stone, G., Anthony, C., Pemberton, J. G., & Barber, B. K. (1998). Interparental conflict styles and youth problem behaviors: A two-sample replication study. *Journal of Marriage and the Family*, 60(1), 119-132.
- Buehler, C., Lange, G., & Franck, K. L. (2007). Adolescent's cognitive and emotional responses to marital hostility. *Child Development*, 78(3), 775-789.
- Bruner, J. (1990). *Actos de significado: Para uma psicologia cultural*. Lisboa: Edições 70.
- Cahn, N. (2006). Child witnessing of domestic violence. In N. E. Dowd, D. G. Singer, & R. F. Wilson (Eds.), *Handbook of children, culture and violence* (pp. 3-19). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Calheiros, M. M., & Monteiro, M. B. (2007). Relações familiares e práticas maternas de mau trato e de negligência. *Análise Psicológica*, 2, 195-210.
- Canha, J. (2008). A criança vítima de violência. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Eds.), *Violência e vítimas de crimes, Volume 2: Crianças* (pp. 17-37). Coimbra: Quarteto.
- Caprichoso, D. R. O. (2010). *Percepção de crianças expostas à violência interparesntal*. Dissertação de Mestrado não publicada. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa.
- Caridade, S., & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica*, 4(24), 485-493.
- Carlson, B. E. (2000). Children exposed to intimate partner violence: Research findings and implications for intervention. *Trauma, Violence, & Abuse*, 1(4), 321-342.
- Carlson, E. A., Sroufe, L. A., & Egeland, B. (2004). The construction of experience: A longitudinal study of representation and behavior. *Child Development*, 75(1), 66-83.

- Carpenter, G. L., & Stacks, A. M. (2009). Developmental effects of exposure to Intimate Partner Violence in early childhood: A review of the literature. *Children and Youth Services Review, 31*, 831-839.
- Carvalho, I. M. M., & Almeida, P. H. (2003). Família e protecção social. *São Paulo em Perspectiva, 17*(2), 109-122.
- Casanueva, C.; Martin, S. L.; Runyan, D. K.; Barth, R. P. & Bradley, R. H. (2008). Quality of maternal parenting among intimate-partner violence victims involved with the child welfare system. *Journal of Family Violence, 23*, 413-427.
- Casimiro, C. (2002). Representações sociais de violência conjugal. *Análise Social, 37*(163), 603-630.
- Casique, L. C., & Furegato, A. R. F. (2006). Violence against women: Theoretical reflections. *Revista Latino-Americana de Enfermagem, 14*(6), 950-956.
- Cecconello, A. M., De Antoni, C., & Koller, A. H. (2003). Práticas educativas, estios parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo, 8*, 45-54.
- Charmaz, K. (2006). *Constructing grounded theory: A practical guide through qualitative research*. London: Sage Publications.
- Chetty, M., & Agee, M. (2009). Childhood exposure to domestic violence: Reflections of young immigrants of Indian origin. *New Zealand Journal of Counselling, 29*(1), 36-53.
- Cleaver, H., Unell, I., & Aldgate, J. (2011). *Children's needs – parenting capacity: Child abuse, parental mental illness, learning disability, substance misuse, and domestic violence* (2ª ed.). London: TSO.
- Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. (2008). *III Plano nacional contra a violência doméstica: (2007-2010)*. Lisboa: Autor.
- Costa, J. M. B. (2003). *Sexo, nexo e crime*. Lisboa: Edições Colibri.

- Costa, V. A. D. (2007). *Sintomatologia de pós-stress traumático em menores expostos à violência interpaparental*. Dissertação de Mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Costa, V. A., & Sani, A. I. (2007). Sintomatologia de pós-stress traumático em crianças expostas à violência interpaparental. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa*, 4, 210-221.
- Costa, M. E., & Duarte, C. (2000). *Violência familiar*. Porto: Edições Ambar.
- Coutinho, M. J. G. (2008). *Histórias de vida tocadas pela violência: Impacto e representações das crianças vítimas de violência interpaparental*. Dissertação de Mestrado não publicada. Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Coutinho, M. J., & Sani, A. I. (2008a). A experiência de vitimação de crianças acolhidas em casa abrigo. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa*, 5, 188-201.
- Coutinho, M. J., & Sani, A. I. (2008b). Evidência empírica na abordagem sobre as consequências da exposição à violência interpaparental. *Revista da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Fernando Pessoa*, 5, 284-293.
- Cox, M. J., Paley, B., & Harter, K. (2001). Interparental conflict and parent-child relationships. In J. H. Grych & F. D. Fincham (Eds.), *Interparental conflict and child development: Theory, research and applications* (pp. 249-272). Cambridge: Cambridge University Press.
- Coyne, J. J., Barrett, P. M., & Duffy, A. L. (2000). Threat vigilance in child witnesses of domestic violence: A pilot study utilizing the ambiguous situations paradigm. *Journal of Child and Families Studies*, 9(3), 377-388.
- Crockenberg, S., & Langrock, A. (2001). The role of emotion and emotional regulation in children's responses to interparental conflict. In J. H. Grych and F. D. Fincham (Eds.), *Interparental conflict and child development: Theory, research, and application* (pp. 129-156). New York: Cambridge University Press.

- Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Cummings, E. M. (1998). Children exposed to marital conflict and violence: Conceptual and theoretical directions. In G. W. Holden, R. A. Geffner, & E. N. Jouriles (Eds.), *Children exposed to marital violence: Theory, research and applied issues* (pp. 55-93). Washington: American Psychological Association.
- Cummings, E. M., & Davies, P. (1994). *Children and marital conflict: The impact of family dispute and resolution*. New York: The Guilford Press.
- Cummings, E. M., & Davies, P. T. (2002). Effects of marital conflict on children: Recent advances and emerging themes in process-oriented research. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 43(1), 31-63.
- Cummings, E. M., & Davies, P. (2011). *Marital conflict and children: An emotional security perspective*. New York: The Guilford Press.
- Cummings, E. M., Davies, P., & Simpson, K. (1994). Marital conflict, gender, and children's appraisals and coping efficacy as mediators of child adjustment. *Journal of Family Psychology*, 8(2), 141-149.
- Cummings, E. M., El-Sheikh, M., Kouros, C. D., & Buckhalt, J. A. (2009). Children and violence: The role of children's regulation in the marital aggression-child adjustment link. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 12, 3-15.
- Cummings, E. M., Goeke-Morey, M. C., & Dukewich, T. L. (2001). The study of relations between marital conflict and child adjustment: Challenges and new directions for methodology. In J. H. Grych & F. D. Fincham (Eds.), *Interparental conflict and child development: Theory, research and applications* (pp. 39-63). Cambridge: Cambridge University Press.
- Cummings, E. M., Goeke-Morey, M. C., & Papp, L. M. (2004). Everyday marital conflict and child aggression. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 32(2), 191-202.

- Cummings, E. M., Kouros, C. D., & Papp, L. M. (2007). Marital aggression and children's responses to everyday interparental conflict. *European Psychologist*, 12(1), 17-28.
- Cummings, J. S., Pellegrinin, D. S., Notarius, C. I., & Cummings, E. M. (1989). Children's responses to angry adult behavior as a function of marital distress and history of interparental hostility. *Child Development*, 60(5), 1035-1043.
- Cummings, J., Pepler, D., & Moore, T. (1999). Behavior problems in children exposed to wife abuse: gender differences. *Journal of Family Violence*, 14(2), 133-156.
- Cummings, E. M., Wilson, J., & Shamir, H. (2003). Reactions of Chilean and US children to marital discord. *International Journal of Behavioral Development*, 27(5), 437-444.
- Cunningham A., & Baker, L. (2004). *What about me! Seeking to understand a child's view of violence in the family*. London, Ont.: Centre for Children & Families in the Justice System.
- Cunningham A., & Baker, L. (2007). *Little eyes, little ears: How violence against a mother shapes children as they grow*. London, Ont.: Centre for Children & Families in the Justice System.
- Dadds, M. R., Atkinson, E., Turner, C., Blums, G. J., & Lendich, B. (1999). Family conflict and child adjustment: Evidence for a cognitive-contextual model of intergenerational transmission. *Journal of Family Psychology*, 13, 194-208.
- Danziger, C. (2002). *Violência das famílias. Mal de amor*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Dahlberg, L. L., & Krug, E. G. (2006). Violência: Um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11, 1163-1178.
- David, K., & Murphy, B. (2004). Interparental conflict and late adolescent's sensibilization to conflict: the moderating effects of emotional functioning and gender. *Journal of Youth and Adolescence*, 33(3), 187-200.

- David, C., Steele, R., Forehand, R., & Armistead, L. (1996). The role of family conflict and marital conflict in adolescent functioning. *Journal of Family Violence, 11*(1), 81-91.
- Davies, P. T., & Cummings, E. M. (1994). Marital conflict and child adjustment: An emotional security hypothesis. *Psychological Bulletin, 116*(3), 387-411.
- Davies, P., Cummings, E., Myers, R., & Heindel, S. (1999). Adult conflict history and children's subsequent responses to conflict: An experimental test. *Journal of Family Psychology, 13*(4), 610-628.
- Davies, P. T., Cummings, E. M., & Winter, M. A. (2004). Pathways between profiles of family functioning, child security in the interparental subsystem, and child psychological problems. *Development and Psychopathology, 16*, 525-550.
- Davies, P., Dumenci, L., Windle, M. (1999). The interplay between maternal depressive symptoms and marital distress in the prediction of adolescent adjustment. *Journal of Marriage and Family, 61*(1), 238-254.
- Davies, P. T., & Forman, E. M. (2002). Children's patterns of preserving emotional security in the interparental subsystem. *Child Development, 73*(6), 1880-1903.
- Davies, P. T., Forman, E. M., Rasi, J. A., & Stevens, K. J. (2002). Assessing children's emotional security in the interparental relationship: The security in the interparental subsystem scales. *Child Development, 73*(2), 544-562.
- Davies, P. T., Harold, G. T., Goeke-Morey, M. C., & Cummings, E. M. (2002). Child emotional security and interparental conflict. *Monographs of the Society for Research in Child Development, 67*(3), 1-115.
- Davies, P. T., & Lindsay, L. L. (2004). Interparental conflict and adolescent adjustment: Why does gender moderate early adolescent vulnerability? *Journal of Family Psychology, 18*(1), 160-170.
- Davies, P. T., Myers, R. L., & Cummings, E. M. (1996). Responses of children and adolescents to marital conflict scenarios as a function of the emotionality of conflict endings. *Merrill-Palmer Quarterly, 42*(1), 1-21.

- Davies, P. T. & Windle, M. (1997). Gender-specific pathways between maternal depressive symptoms, family discord and adolescent adjustment. *Development Psychology*, 33(4), 657-668.
- Davies, P. T., Winter, M. A., & Cicchetti, D. (2006). The implications of emotional security theory for understanding and treating childhood psychopathology. *Development and Psychopathology*, 18, 707-735.
- DeBoard-Lucas, R. L., & Grych, J. H. (2011a). Children's perceptions on intimate partner violence: Causes, consequences, and coping. *Journal of Family Violence*, 26, 343-354.
- DeBoard-Lucas, R. L. & Grych, J. H. (2011b). The effects of intimate partner violence on school-age children. In S. A. Graham-Bermann & A. A. Levendosky (Eds.), *How intimate partner violence affects children: Developmental research, case studies, and evidence-based intervention* (pp. 155-177). Washington, DC: American Psychological Association.
- Dell, P. F. (1989). Violence and the systemic view: The problem of power. *Family Process*, 28(1), 1-14.
- Deon, C., & Weems, C. F. (2010). Emotional development in the context of conflict: The indirect effects of interparental violence on children. *Journal of Child and Family Studies*, 19, 287-297.
- Devaney, J. (2008). Chronic Child Abuse and Domestic Violence: Children and Families with Long-term and Complex Needs. *Child & Family Social Work*, 13, 443-453.
- Dias, I. (2001). O espaço doméstico como lugar de violência inter-géneros. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 11, 103-106
- Dias, I. (2004). *Violência na família: Uma abordagem sociológica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Dias, I. (2010). Violência doméstica e justiça: Respostas e desafios. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, 20, 245-262.

- Dias, I. S. (2000a). A violência doméstica em Portugal: Contributos para a sua visibilidade. In *Actas do IV Congresso Português de Sociologia - Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia Publicações.
- Dias, M. O. (2000b). A família numa sociedade em mudança: Problemas e influências recíprocas. *Gestão e Desenvolvimento*, 9, 81-102.
- DGAI (2011). *Relatório de monitorização da violência doméstica – 1º semestre de 2011*. Retirado de [http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Analise_VD_1_semestre_2011\(2\).pdf](http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Analise_VD_1_semestre_2011(2).pdf)
- Doerner, W. G., & Lab, S. P. (2008). *Victimology* (5ª ed.). Newark, NJ: LexisNexis.
- Dong, M., Anda, R. F., Felitti, V. J., Dube, S. R., Williamson, D. F., Thompson, T. J., Loo, C. M., & Giles, W. H. (2004). The interrelatedness of multiple forms of childhood abuse, neglect, and household dysfunction. *Child Abuse & Neglect*, 28, 771-784.
- Edleson, J. L. (2001). Studying the co-occurrence of child maltreatment and domestic violence in families. In S. A. Graham-Bermann & J. L. Edleson (Eds.), *Domestic violence in the lives of children: The future of research, intervention, and social policy* (pp. 91-110). Washington, DC: American Psychological Association.
- Edleson, J. L. (2004). Should childhood exposure to adult domestic violence be defined as child maltreatment under the law? In P. G. Jaffe, L. L. Baker, & A. J. Cunningham (Eds.), *Protecting children from domestic violence: Strategies for community intervention* (pp. 8-29). New York: The Guilford Press.
- Edleson, J. L., Ellerton, A. L., Seagren, E. A., Kirchberg, S. L., Schmidt, S. O., & Ambrose, A. T. (2007). Assessing child exposure to adult domestic violence. *Children and Youth Services Review*, 29, 961-971.
- Edleson, J. L., Mbilinyi, L. F., & Shetty, S. (2003). *Parenting in the context of domestic violence*. San Francisco: Judicial Council of California Administrative Office of the Courts, Centre for Families, Children, & the Courts.

- Eisikovits, Z., Winstok, Z., & Enosh, G. (1998). Children's experience of interparental violence: A heuristic model. *Children and Youth Services Review, 20*(6), 547-568.
- El-Sheikh, M. & Cummings, E. M. (1995). Children's responses to angry adult behavior as a function of experimentally manipulated exposure to resolved and unresolved conflict. *Social Development, 4*(1), 75-91.
- El-Sheikh, M., Cummings, E. M., & Reiter, S. (1996). Preschoolers' responses to ongoing interadult conflict: The role of prior exposure to resolved versus unresolved arguments. *Journal of Abnormal Child Psychology, 24*(5), 665-679.
- El-Sheik, M., Harger, J., & Whitson, S. M. (2001). Exposure to interparental conflict and children's adjustment and physical health: The moderating role of vagal tone. *Child Development, 72*(6), 1617-1636.
- Emery, R. E. (1982). Interparental conflict and the children of discord and divorce. *Psychological Bulletin, 92*(2), 310-330.
- Erel, O., & Burman, B. (1995). Interrelatedness of marital relations and parent-child relations: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin, 18*, 108-132.
- Esteves, A. J. (1991). A família numa sociedade em mudança. *Sociologia, 1*, 79-100.
- Evans, S. E., Davies, C. & DiLillo, D. (2008). Exposure to domestic violence: A meta-analysis of child and adolescent outcomes. *Aggression and Violent Behavior, 13*(2), 131-140.
- Faircloth, W. B., & Cummings, E. M. (2008). Evaluating a parent education program for preventing the negative effects of marital conflict. *Journal of Applied Developmental Psychology, 29*, 141-156.
- Fantuzzo, J. W., & Mohr, W. K. (1999). Prevalence and effects of child exposure to domestic violence. *The Future of Children, 9*(3), 21-32.
- Fantuzzo, J. W., Mohr, W. K., & Noone, M. J. (2000). Making the invisible victims of violence against women visible through university/community partnerships. In R. A. Geffner, P. G. Jaffe, & M. Sudermann (Eds.), *Children exposed to*

domestic violence: Current issues in research, intervention, prevention, and policy development (pp. 9-23). New York: The Haworth Maltreatment & Trauma Press.

Fernandes, E. M., & Maia, A. (2001). Grounded Theory. In E. M. Fernandes, & L. S. Almeida (Eds.), *Métodos e técnicas de avaliação: Contributos para a prática e investigação psicológica*. Braga: Universidade do Minho, Centro de estudos e Educação.

Fincham, F. D. (1994). Understanding the association between marital conflict and child adjustment: Overview. *Journal of Family Psychology*, 8(2), 123-127.

Finkelhor, D., Turner, H., Ormrod, R., Hamby, S., & Kracke, K. (2009). *Children's exposure to violence: A comprehensive national survey*. Washington, DC: U. S. Department of Justice. Retirado de <http://www.ncjrs.gov/pdffiles1/ojjdp/227744.pdf>

Fischer, G-N. (1992). *A dinâmica social: Violência, poder, mudança*. Lisboa: Planeta Editora.

Folkman, S. (1984). Personal control and stress and coping processes: A theoretical analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, 46, 839-852.

Folkman, S., & Lazarus, R. S., (1980). An analysis of coping in a middle-aged community sample. *Journal of Health and Social Behavior*, 21, 219-239.

Fonte, C. (2005). Investigar narrativas e significados: A Grounded Analysis como metodologia de referência. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa*, 2, 290-297.

Fortin, A., Doucet, M., & Damant, D. (2011). Children's appraisals as mediators of the relationship between domestic violence and child adjustment. *Violence and Victims*, 26(3), 377-392.

Fosco, G. M., DeBoard, R. L., & Grych, J. H. (2007). Making sense of family violence. Implications of children's appraisals of interparental aggression for their short- and long-term functioning. *European Psychologist*, 12(1), 6-16.

- Fosco, G. M., & Grych, J. H. (2008). Emotional, cognitive, and family systems mediators of children's adjustment to interparental conflict. *Journal of Family Psychology*, 22(6), 843–854.
- Fusco, R. A., & Fantuzzo, J. W. (2009). Domestic violence crimes and children: A population-based investigation of direct sensory exposure and the nature of involvement. *Children and Youth Services Review*, 31, 249-256.
- Gameiro, J. (1998). *Quem sai aos seus...* (2ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Gelles, R. J. (1997). *Intimate violence in families* (3ª ed.). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Gelles, R. J. (1999). Family violence. In R. L. Hampton (Ed.), *Family and violence: Prevention and treatment. Vol. 1* (2ª ed., pp. 1-32). Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- Gelles, R. J., & Maynard, P. E. (1987). A structural family systems approach to intervention in cases of family violence. *Family Relations*, 36, 270-275.
- Gelles, R. J., & Straus, M. A. (1979). Violence in the american family. *Journal of Social Issues*, 35(2), 15-39.
- Gentry, C. E., & Eaddy, V. B. (1980). Treatment of children in spouse abusive families. *Victimology: An International Journal*, 5, 240-250.
- Gewirtz, A. H., & Edleson, J. L. (2007). Young children's exposure to intimate partner violence: Towards a developmental risk and resilience framework for research and intervention. *Journal of Family Violence*, 22, 151-163.
- Gewirtz, A. H., DeGarmo, D. S., & Medhanie, A. (2011). Effects of mother's parenting practices on child internalizing trajectories following partner violence. *Journal of Family Psychology*, 25(1), 29-38.
- Giddens, A. (2004). *Sociologia* (4ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Gilbert, R., Spatz Widom, C., Browne, K., Fergusson, D., Webb, E., & Janson, S. (2009). Burden and consequences of child maltreatment in high-income countries. *Lancet*, 373, 68-81.
- Gimeno, A. (2001). *A família: O desafio da diversidade*. Lisboa: Instituto de Piaget.
- Glodich, A. (1998). Traumatic exposure to violence: A comprehensive review of the child and adolescent literature. *Smith College Studies in Social Work*, 68(3), 321-345.
- Goeke-Morey, M. C., Cummings, E. M., & Papp, L. M. (2007). Children and marital conflict resolution: Implications for emotional security and adjustment. *Journal of family psychology*, 21(4), 744-753.
- Goldblatt, H. (2003). Strategies of coping among adolescents experiencing interparental violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 18, 532-552.
- Goldner, V. (1998). The treatment of violence and victimization in intimate relationships. *Family Process*, 37, 263-286.
- Gonçalves, C. M. (1997). *A influência da família no desenvolvimento vocacional de adolescentes e jovens*. Dissertação de Mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Graham-Bermann, S. A., Gruber, G., Howell, K. H., & Girz, L. (2009). Factors discriminating among profiles of resilience and psychopathology in children exposed to intimate partner violence (IPV). *Child Abuse & Neglect*, 33, 648-660.
- Graham-Bermann, S. A., Howell, K. H., Habarth, J., Krishnan, S., Loree, A., & Bermann, E. A. (2008). Toward assessing traumatic events and stress symptoms in preschool children from low-income families. *American Journal of Orthopsychiatry*, 78(2), 220-228.
- Grych, J. H. (1998). Children's appraisals of interparental conflict: Situational and contextual influences. *Journal of Family Psychology*, 12, 437-453.
- Grych, J. H., & Cardoza-Fernandes, S. (2001). Understanding the impact of interparental conflict on children: The role of social cognitive processes. In J. H.

- Grych & F. D. Fincham (Eds.), *Interparental conflict and child development: Theory, research, and application* (pp. 157-187). New York: Cambridge University Press.
- Grych, J. H., & Fincham, F. D. (1990). Marital conflict and children's adjustment: A cognitive-contextual framework. *Psychological Bulletin*, *108*(2), 267-290.
- Grych, J. H., & Fincham, F. D. (1993). Children's appraisals of marital conflict: Initial investigations of the cognitive-contextual framework. *Child Development*, *64*, 215-230.
- Grych, J. H., & Fincham, F. D. (2001). Interparental conflict and child adjustment: An overview. In J. H. Grych, & F. D. Fincham (Eds.), *Interparental conflict and child development: Theory, research, and application* (pp. 1-6). New York: Cambridge University Press.
- Grych, J. H., Fincham, F. D., Jouriles, E. N., & McDonald, R. (2000). Interparental conflict and child adjustment: Testing the mediational role of appraisals in the cognitive-contextual framework. *Child Development*, *71*, 1648–1661.
- Grych, J. H., Harold, G. T., & Miles, C. J. (2003). A prospective investigation of appraisals as mediators of the link between interparental conflict and child adjustment. *Child Development*, *74*, 1176–1193.
- Grych, J. H., Jouriles, E. N., Swank, P. R., McDonald, R., & Norwood, W. D. (2000). Patterns of adjustment among children of battered women. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, *68*(1), 84-94.
- Hague, G., Harvey, A., & Willis, K. (2012). *Understanding adult survivors of domestic violence in childhood: Still forgotten, still hurting*. London: Jessica Kingsley Publishers.
- Hamby, S., Finkelhor, D., Turner, H., & Ormrod, R. (2010). The overlap of witnessing partner violence with child maltreatment and other victimizations in a nationally representative survey of youth. *Child Abuse & Neglect*, *34*, 734-741.

- Haskett, M. E., Nears, K., Ward, C. S., & McPherson, A. V. (2006). Diversity in adjustment of maltreated children: Factors associated with resilient functioning. *Clinical Psychology Review, 26*, 797-812.
- Héritier, F. (1989). Família. In F. Gil (Ed.), *Enciclopédia Einaudi. Volume 20. Parentesco* (pp. 81-94). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Hernández, R. P. & Gras, R. M. L. (2005). Víctimas de violencia familiar: Consecuencias psicológicas en hijos de mujeres maltratadas. *Anales de Psicología, 21*(1), 11-17.
- Herrenkohl, T. I. (2011). Family violence and co-occurring risk factors for children exposed to violence. In T. I. Herrenkohl, E. Aisenberg, J. H. Williams, & J. M. Jenson (Eds.), *Violence in context: Current evidence on risk, protection, and prevention* (pp. 73-91). New York: Oxford University Press.
- Hester, M., Pearson, C., & Harwin, N. (2007). *Making an impact: Children and domestic violence* (2ª ed.). London: Jessica Kingsley.
- Hindin, M. J., & Gultiano, S. (2006). Associations between witnessing parental domestic violence and experiencing depressive symptoms in filipino adolescents. *American Journal of Public Health, 96*(4), 660-663.
- Hintz, H. C. (2001). Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós-modernidade. *Pensando Famílias, 3*, 8-19.
- Holden, G. W. (1998). Introduction: The development of research into another consequence of family violence. In G. W. Holden, R. Geffner, & E. N. Jouriles (Eds.), *Children exposed to marital violence: Theory, research and applied issues* (pp. 1-18). Washington, DC: American Psychological Association.
- Holden, G. W., Stein, J. D., Ritchie, K. L., Harris, S. D., & Jouriles, E. N. (1998). Parenting behaviors and beliefs of battered women. In G. W. Holden, R. Geffner, & E. N. Jouriles (Eds.), *Children exposed to marital violence: Theory, research and applied issues* (pp. 289-336). Washington, DC: American Psychological Association.

- Holden, G. W. (2003). Children exposed to domestic violence and child abuse: Terminology and taxonomy. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 6(3), 151-160.
- Holt, S., Buckley, H., & Whelan, S. (2008). The impact of exposure to domestic violence on children and young people: A review of the literature. *Child Abuse & Neglect*, 32, 797-810.
- Horn, P., & Lieberman, A. F. (2011). Psychological impact on and treatment of children who witness domestic violence. In C. Jenny (Ed.), *Child abuse and neglect: Diagnosis, treatment, and evidence* (pp. 501-515). St. Louis, MO: Saunders/Elsevier.
- Howell, K. H. (2011). Resilience and psychopathology in children exposed to family violence. *Aggression and Violent Behavior*, 16, 562-569.
- Huang, C-C., Wang, L. R., & Warrenner, C. (2010). Effects of domestic violence on behavior problems of preschool-aged children: Do maternal mental health and parenting mediate the effects? *Children and Youth Services Review*, 32, 1317-1323.
- Hughes, H. M., Graham-Berman, S. A., & Gruber, G. (2001). Resilience in children exposed to domestic violence. In S. A. Graham-Bermann & J. L. Edleson (Eds.), *Domestic violence in the lives of children: The future of research, intervention, and social policy* (pp. 67-90). Washington, DC: American Psychological Association.
- Hughes, H. M., & Luke, D. A. (1998). Heterogeneity in adjustment among children of battered women. In G. W. Holden, R. Geffner, & E. N. Jouriles (Eds.), *Children exposed to marital violence. Theory, research and applied issues* (pp. 185-222). Washington, DC: American Psychological Association.
- Hughes, H. M., Parkinson, D., & Vargo, M. (1989). *Witnessing spouse abuse and experiencing physical abuse: A "double whammy"?* *Journal of Family Violence*, 4(2), 197-209.

- Hungerford, A., Wait, S. K., Fritz, A. M., & Clements, C. M. (2012). Exposure to intimate partner violence and children's psychological adjustment, cognitive functioning, and social competence: A review. *Aggression and Violent Behavior, 17*, 372-382.
- Huth-Bocks, A. C., & Hughes, H. M. (2008). Parenting stress, parenting behavior, and children's adjustment in families experiencing intimate partner violence. *Journal of Family Violence, 23*, 243-251.
- Huth-Bocks, A. C., Levendosky, A. A. & Semel, M. A. (2001). The direct and indirect effects of domestic violence on young children's intellectual functioning. *Journal of Family Violence, 16*(3), 269-290.
- Imhonde, H. O., Aluede, O., & Oboite, W. (2009). Domestic violence and adolescent psychological functioning among secondary school students in the Benin Metropolis of Nigeria. *European Journal of Educational Studies, 1*(1), 1-6.
- Jaffe, P. G., Lemon, N. K. D., & Poison, S. E. (2003). *Child custody & domestic violence: A call for safety and accountability*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Jaffe, P. G., Wolfe, D. A., & Wilson, S. K. (1990). *Children of battered woman*. Newbury Park, CA: Sage Publications.
- Jímenez, B. A. (2009). Menores expuestos a violencia contra la pareja: Notas para una práctica clínica basada en la evidencia. *Clínica Y Salud, 20*(3), 261-272.
- Johnson, R. M., Kotch, J. B., Catellier, D. J., Winsor, J. R., Dufort, V., Hunter, W., Amaya-Jackson, L. (2002). Adverse behavioral and emotional outcomes from child abuse and witnessed violence. *Child Maltreatment, 7*(3), 179-186.
- Jones, D. J., Forehand, R., Dorsey, S., Foster, S., & Brody, G. (2005). Coparent support and conflict in African American single mother-headed families: Associations with maternal and child psychosocial functioning. *Journal of Family Violence, 20*(3), 141-150.

- Jouriles, E. N., Brown, A. S., McDonald, R., Rosenfield, D., Leahy, M. M., & Silver, C. (2008). Intimate partner violence and preschooler's explicit memory functioning. *Journal of Family Psychology*, 22(3), 420-428.
- Jouriles, E. N., McDonald, R., Norwood, W. D., & Ezell, E. (2001b). Issues and controversies in documenting the prevalence of children's exposure to domestic violence. In S. A. Graham-Bermann & J. L. Edleson (Eds.), *Domestic violence in the lives of children: The future of research, intervention, and social policy* (pp. 13-34). Washington, DC: American Psychological Association.
- Jouriles, E. N., McDonald, R., Slep, A. M. S., Heyman, R. E., & Garrido, E. (2008). Child abuse in the context of domestic violence: Prevalence, explanations, and practice implications. *Violence and Victims*, 23(2), 221-235.
- Jouriles, E. N., Norwood, W. D., McDonald, R., & Peters, B. (2001a): Domestic violence and child adjustment. In J. H. Grych & F. D. Fincham (Eds.), *Interparental conflict and child development: Theory, research and applications* (pp. 315-336). Cambridge: Cambridge University Press.
- Jouriles, E. N., Spiller, L. C., Stephens, N., McDonald, R., & Swank, P. (2000). Variability in adjustment of children of battered women: The role of child appraisals of interparent conflict. *Cognitive Therapy and Research*, 24(2), 233-249.
- Kalil, A., Tolman, R., Rosen, D., & Gruber, G. (2003). Domestic violence and children's behavior in low-income families. In R. Geffner, R. S. Igelman, & J. Zellner (Eds.), *The effects of intimate partner violence on children* (pp. 75-101). Binghamton, NY: Haworth Maltreatment & Trauma Press.
- Katz, L. F., & Gottman, J. M. (1993). Patterns of marital conflict predict children's internalizing and externalizing behaviors. *Developmental Psychology*, 29(6), 940-950.
- Kelleher, K. J., Hazen, A. L., Coben, J. H., Wang, Y., McGeehan, J., Kohl, P. L., Gardner, W. P. (2008). Self-reported disciplinary practices among women in the child welfare system: Association with domestic violence victimization. *Child Abuse & Neglect*, 32, 811-818.

- Kerig, P. K. (1996). Assessing the links between interparental conflict and child adjustment: The conflicts and problem-solving scales. *Journal of Family Psychology, 10*, 454-473.
- Kerig, P. K. (1998). Gender and appraisals as mediators of adjustment in children exposed to interparental violence. *Journal of Family Violence, 13*, 345–363.
- Kernic, M. A., Holt, V. L., Wolf, M. E., McKnight, B., Huebner, C. E., Rivara, F. P. (2002). Academic and school health issues among children exposed to maternal intimate partner abuse. *Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine, 156*, 549-555.
- Kernic, M. A., Wolf, M. E., Holt, V. L., McKnight, B., Huebner, C. E., Rivara, F. P. (2003). Behavioral problems among children whose mothers are abused by an intimate partner. *Child Abuse & Neglect, 27*, 1231-1246.
- Kinsfogel, K. M., & Grych, J. H. (2004). Interparental conflict and adolescent dating relationships: Integrating cognitive, emotional, and peer influences. *Journal of Family Psychology, 18*(3), 505-515.
- Kitamura, T., & Hasui, C. (2006). Anger feelings and anger expression as a mediator of the effects of witnessing family violence on anxiety and depression in Japanese adolescents. *Journal of Interpersonal Violence, 21*(7), 843-855.
- Kitzmann, K. M., Gaylord, N. K., Holt, A. R., & Kenny, E. D. (2003). Child witnesses to domestic violence: A meta-analytic review. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 71*(2), 339-352.
- Knickerbocker, L., Heyman, R. E., Slep, A. M. S., Jouriles, E. N., & McDonald, R. (2007). Co-occurrence of child and partner maltreatment: definitions, prevalence, theory, and implications for assessment. *European Psychologist, 12*(1), 36-44.
- Koenen, K. C., Moffitt, T. E., Caspi, A., Taylor, A., & Purcell, S. (2003). Domestic violence is associated with environmental suppression of IQ in young children. *Development and Psychopathology, 15*, 297-311.

- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization.
- Kubeka, A. M. (2008). Exposure to violence at home: A qualitative exploration of experiences and perceptions of black adolescents in South Africa. *South African Review of Sociology*, 39(2), 282-300.
- Kuo, M., Mohler, B., Raudenbush, S. L., & Earls, F. J. (2000). Assessing exposure to violence using multiple informants: Application of hierarchical linear model. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 41(8), 1049-1056.
- Lapierre, S. (2008). Mothering in the context of domestic violence: The pervasiveness of a deficit model of mothering. *Child and Family Social Work*, 13, 454-463.
- Lazarus, R., & Folkman, S. (1984). *Stress, appraisal and coping*. New York: Springer.
- Leeb, R. T., Paulozzi, L. J., Melanson, C., Simon, T. R., & Arias, I. (2008). *Child Maltreatment Surveillance: Uniform Definitions for Public Health and Recommended Data Elements, Version 1.0*. Atlanta, GA: Centers for Disease Control and Prevention.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2008). *Investigação qualitativa: Fundamentos e Práticas* (3ª ed.). Lisboa: Instituto de Piaget.
- Letourneau, N. L., Fedick, C. B., & Willms, J. D. (2007). Mothering and domestic violence: A longitudinal analysis. *Journal of Family Violence*, 22, 649-659.
- Letourneau, N., Drummond, J., Fleming, D., Kyseta, G., McDonald, L., & Stewart, M. (2001). Supporting parents: Can intervention improve parent-child relationships? *Journal of Family Nursing*, 7, 159-187.
- Levendosky & Graham-Bermann, (2001). Parenting in battered women: The effects of domestic violence on women and children. *Journal of Family Violence*, 16, 171-192.
- Levendosky, A. A., Huth-Bocks, A. C., Shapiro, D. L., & Semel, M. A. (2003). The impact of domestic violence on the maternal-child relationship and preschool-age children's functioning. *Journal of Family Psychology*, 17(3), 275-287.

- Levendosky, A. A., Bogat, G. A., & von Eye, A. (2007). New directions for research on intimate partner violence and children. *European Psychologist, 12*(1), 1-5.
- Lévesque, S., Clément, M-E., & Chamberland, C. (2007). Factors associated with co-occurrence of spousal and parental violence: Quebec population study. *Journal of Family Violence, 22*, 661-674.
- Lieberman, A. F., van Horn, P., & Ozer, E. J. (2005). Preschooler witnesses of marital violence: Predictors and mediators of child behavior problems. *Development and Psychopathology, 17*, 385-396.
- Lisboa, C. Koller, S. H., Ribas, F. F., Bitencourt, K., Oliveira, L., Porciuncula, L. P., & De Marchi, R. B. (2002). Estratégias de coping de crianças vítimas e não vítimas de violência doméstica. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 15*(2), 345-362.
- Long, N., & Forehand, R. (1987). The effects of parental divorce and parental conflict on children: An overview. *Journal of Developmental and Behavioral Pediatrics, 8*(5), 292-296.
- Lourenço, N., & Lisboa, M. (1992). *Representações da violência*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- Lourenço, S. V., & Teixeira, Z. (2006). A satisfação conjugal no alcoolismo: Um contributo para a compreensão de histórias (quase) sem fim. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, 3*, 265-275.
- Machado, C., & Dias, A. R. (2010). Abordagens culturais à vitimação: O caso da violência conjugal. In C. Machado (Ed.), *Vitimologia: Das novas abordagens teóricas às novas práticas de intervenção* (pp. 13-44). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Manita, C. (2005). *A intervenção em agressores no contexto da violência doméstica em Portugal: Estudo preliminar de caracterização*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

- Manita, C., Ribeiro, C., Peixoto, C. (2009). *Violência doméstica: Compreender para intervir - Guia de boas práticas para profissionais de instituições de apoio a vítimas*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Matos, M. (2005). Avaliação psicológica de vítimas de maus tratos conjugais. In R. A. Gonçalves & C. Machado (Eds.), *Psicologia forense* (pp. 159-186). Coimbra: Quarteto Editora.
- Margolin, G. (1998). Effects of domestic violence on children. In P. K. Trickett & C. J. Schellenbach (Eds.), *Violence against children in the family and community* (pp. 57-101). Washington, DC: American Psychological Association.
- Margolin, G., & Gordis, E. B. (2000). The effects of family and community violence on children. *Annual Review of Psychology*, 51, 445-479.
- Margolin, G., Vickerman, K. A., Oliver, P. M., & Gordis, E. B. (2010). Violence exposure in multiple interpersonal domains: Cumulative and differential effects. *Journal of Adolescent Health*, 47, 198-205.
- Martinez-Torteya, C., Bogat, G. A., von Eye, A., & Levendosky, A. A. (2009). Resilience among children exposed to domestic violence: The role of risk and protective factors. *Child Development*, 80(2), 652-577.
- Martins, D. D. R. (2009). *O impacto da violência familiar na saúde de crianças e jovens adolescentes*. Dissertação de Mestrado não publicada. Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Matos, M. (2002). Violência conjugal. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Eds.), *Violência e vítimas de crime. Vol. 1 – Adultos* (pp. 81-130). Coimbra: Quarteto Editora.
- Matos, M. A. V. (2006). *Violência nas relações de intimidade: Estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher*. Dissertação de Doutorado não publicada. Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, Braga.
- Matos, M., & Machado, C. (1999). Violência conjugal e o modelo de intervenção em crise. *Psicologia: Teoria, investigação e prática*, 2, 373-338.

- McConaghy, J. S., & Cottone, R. R. (1998). The systemic view of violence: An ethical perspective. *Family Process*, 37, 51-63.
- McDonald, R., & Grych, J. H. (2006). Young children's appraisals of interparental conflict: Measurement and links with adjustment problems. *Journal of Family Psychology*, 20(1), 88-99.
- McDonald, R., Jouriles, E. N., Ramisetty-Mikler, S., Caetano, R., & Green, C. E. (2006). Estimating the number of american children living in partner-violent families. *Journal of Family Psychology*, 20(1), 137-142.
- McDonald, R., Jouriles, E. N., Tart, C. D., & Minze, L. C. (2009). Children's adjustment problems in families characterized by men's severe violence toward women: Does other family violence matter? *Child Abuse & Neglect*, 33, 94-101.
- Minuchin, S., & Fishman, H. C. (1981). *Family therapy techniques*. Cambridge: Harvard University Press.
- Moretti, M. M., Obsuth, I., Odgers, C. L., & Reebye, P. (2006). Exposure to maternal vs. paternal partner violence, PTSD, and aggression in adolescent girls and boys. *Aggressive Behavior*, 32, 385-395.
- Mosmann, C., & Wagner, A. (2008). Dimensiones de la conyugalidad y de la parentalidade: Un modelo correlacional. *Revista Intercontinental de Psicología y Educación*, 10(2), 79-103.
- Mullender, A., Hague, G., Iman, U., Kelly, L., Malos, E., & Regan, L. (2002). *Children's perspectives on domestic violence*. London: Sage Publications.
- Neves, A. S., & Romanelli, G. (2006). A violência doméstica e os desafios da compreensão interdisciplinar. *Estudos de Psicologia*, 23(3), 299-306.
- Neves, S., & Nogueira, C. (2003). A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: A (re)construção dos espaços terapêuticos. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 43-64.
- Neves, S., & Nogueira, C. (2004). Terapias feministas, intervenção psicológica e violências na intimidade: Uma leitura feminista crítica. *Psychologica*, 36, 15-32.

- Nogueira, C. (2000). Feminismo e psicologia social. Contribuições para uma perspectiva crítica. In T. M. Toldy & J. C. Cardoso (Eds.), *A igualdade entre mulheres e homens na Europa às portas do século XXI* (pp. 247-273). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Nogueira, C. (2001). Feminismo e discurso do género na psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 13(1), 107-128.
- O'Brien, M., Bahadur, M.A., Gee, C., Balto, K. & Erber, S. (1997). Child exposure to marital conflict and child coping responses as predictors of child adjustment. *Cognitive Therapy and Research*, 21(1), 39-59.
- Olabuénaga, J. I. R. (2012). *Metodología de la investigación cualitativa* (5ª ed.). Bilbao: Universidad de Deusto.
- Oliveira, J. H. B. (1994). *Psicologia da educação familiar*. Coimbra: Almedina.
- Oliveira, J. H. B. (2002). *Psicologia da família*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Onyskiw, J. E. (2003). Domestic violence and children's adjustment: A review of research. In R. Geffner, R. S. Igelman, & J. Zellner (Eds.), *The effects of intimate partner violence on children* (pp. 11-45). New York: The Haworth Maltreatment & Trauma Press.
- ONU (2003). *Estratégias de combate à violência doméstica. Manual de recursos*. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde.
- Osofsky, J. D. (1995). Children who witness domestic violence: The invisible victims. *Society for Research in Child Development*, 9(3), 1-16.
- Osofsky, J. D. (1998). Children as invisible victims of domestic and community violence. In G. W. Holden, R. Geffner, & E. N. Jouriles (Eds.), *Children exposed to marital violence: Theory, research and applied issues* (pp. 95-117). Washington, DC: American Psychological Association.
- Øverlien, C. (2010). Children exposed to domestic violence: Conclusions from the literature and challenges ahead. *Journal of Social Work*, 10(1), 80-97.

- Øverlien, C., & Hydén, M. (2009). Children's actions when experiencing domestic violence. *Childhood, 16*, 479-496.
- Pacheco, J. T. B., Silveira, L. M. O. B., & Schneider, A. M. A. (2008). Estilos e práticas educativas parentais: Análise da relação desses construtos sob a perspectiva dos adolescentes. *Psico, Porto Alegre, PUCRS, 39*(1), 66-73.
- Pais, E. (1999). Tipologia do homicídio conjugal em Portugal: Contextos e especificidades. *Psicologia: Teoria, investigação e prática, 2*, 325-346.
- Palmer, N. D., & Edmunds, C. N. (2003). Violence within family systems. In T. L. Underwood & C. Edmunds (Eds.), *Victim assistance: Exploring individual practice, organizational policy, and societal responses* (pp. 191-211). New York: Springer Publishing Company.
- Papp, L. M., Cummings, E. M., & Goeke-Morey, M. C. (2002). Marital conflicts in the home when children are present versus absent. *Developmental Psychology, 38*(5), 774-783.
- Pelton, J., Steele, R. G., Chance, M. W., & Forehand, R. (2001). Discrepancy between mother and child perceptions of their relationship: II. Consequences for children considered within the context of maternal physical illness. *Journal of Family Violence, 16*(1), 17-35.
- Pepler, D. J., Catallo, R., & Moore, T. E. (2000). Consider the children: Research informing interventions for children exposed to domestic violence. In R. A. Geffner, P. G. Jaffe, & M. Sudermann (Eds.), *Children exposed to domestic violence: Current issues in research, intervention, prevention, and policy development* (pp. 37-57). New York: The Haworth Maltreatment & Trauma Press.
- Pinheiro, P. S. (2006). *World report on violence against children*. Geneva: United Nations.
- Piszezman, M. L. R. M. (2007). *Terapia familiar breve: Uma nova abordagem terapêutica em instituições* (2ª ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Prinz, R. J., & Feerick, M. M. (2003). Next steps in research on children exposed to domestic violence. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 6(3), 215-219.
- Pryor, J. E., & Pattison, R. (2007). Adolescents' perceptions of parental conflict: The downside of silence. *Journal of Family Studies*, 13(1), 72-77.
- Purcell, D. W. & Kaslow, N. J. (1994). Marital discord in intact families: Sex differences in child adjustment. *The American Journal of Family Therapy*, 22(4), 356-371.
- Radford, L., & Hester, M. (2001). Overcoming mother blaming? Future directions for research on mothering and domestic violence. In S. A. Graham-Bermann & J. L. Edleson (Eds.), *Domestic violence in the lives of children: The future of research, intervention, and social policy* (pp. 135-155). Washington, DC: American Psychological Association.
- Ransom, A. R. (2008). *A review of the relationship between interparental conflict and children's behavior problems: Evaluating the role of children's perceptions of conflict and moderators of the effect*. Unpublished qualifying examination, Emory University, Atlanta, GA.
- Relvas, A. P. (1996). *O ciclo vital da família: Perspectiva sistémica*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.
- Relvas, A. P. (1999). *Conversas com famílias: Discursos e perspectivas em terapia familiar*. Porto: Edições Afrontamento.
- Relvas, A. P. (2000). Psicopatologia do desenvolvimento e contexto familiar: Perspectiva sistémica. In I. Soares (Ed.), *Psicopatologia do desenvolvimento: Trajetórias (in)adaptativas ao longo da vida* (pp. 435-467). Coimbra: Quarteto Editora.
- Relvas, A. P. (2003). *Por detrás do espelho: Da teoria à terapia com a família* (2ª ed.). Coimbra: Quarteto Editora.

- Relvas, A. P., & Alarcão, M. (2007). *Novas formas de família* (2ª ed.). Coimbra: Quarteto Editora.
- Reppold, C. T., Pacheco, J., Bardagi, M., & Hutz, C. S. (2002). Prevenção de problemas de comportamento e desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: Uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. In S. C. Hutz (Ed.), *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégia de intervenção* (pp. 7-52). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Reyes, A. (2002). A devoração. In C. Danziger (Ed.), *Violência das famílias. Mal de amor* (pp. 41-49). Lisboa: Climepsi Editores.
- Rhoades, K. A. (2008). Children's responses to interparental conflict: A meta-analysis of their associations with adjustment. *Child Development*, 79(6), 1942-1956.
- Richards, K. (2011). Children's exposure to domestic violence in Australia. *Trends & issues in crime and criminal justice*, (419), 2-7.
- Rivett, M., & Kelly, S. (2006). 'From awareness to practice': Children, domestic violence and child welfare. *Child Abuse Review*, 15, 224-242.
- Rodrigues, A. L. G. T. C. (2006). *De que é feito o amor entre pais que se batem? Significados de amor, conjugalidade, papéis de género e violência, em adolescentes expostos à violência doméstica*. Dissertação de Mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Rossmann, B. B. R. (1998). Descartes's error and posttraumatic stress disorder: Cognition and emotion in children who are exposed to parental violence. In G. W. Holden, R. Geffner, & E. N. Jouriles (Eds.), *Children exposed to marital violence: Theory, research and applied issues* (pp. 223-256). Washington, DC: American Psychological Association.
- Rossmann, B. B. R. (2001). Longer term effects of children's exposure to domestic violence. In S. A. Graham-Bermann & J. L. Edleson (Eds.), *Domestic violence*

in the lives of children: The future of research, intervention, and social policy (pp. 35-65). Washington, DC: American Psychological Association.

Rossmann, B. B. R., & Ho, J. (2000). Posttraumatic response and children exposed to parental violence. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 3(1), 85-106.

Rossmann, B. B. R., Hughes, H. M., & Rosenberg, M. S. (1999). *Children and interparental violence: The impact of exposure*. Philadelphia, PA: Taylor & Francis.

Rygaard, N. P. (2006). *A criança abandonada*. Lisboa: Climepsi Editores.

Salami, S. O. (2010). Moderating effects of resilience, self-esteem and social support on adolescent's reactions to violence. *Asian Social Science*, 6(12), 101-110.

Salvador, A. P. V., & Weber, L. N. D. (2005). Práticas educativas parentais: Um estudo comparativo da interação familiar de dois adolescentes distintos. *Interação em Psicologia*, 9(2), 341-353.

Sani, A. I. (1999). As vítimas silenciosas: A experiência de vitimação indirecta nas crianças. *Psicologia: Teoria, investigação e prática*, 2, 247-257.

Sani, A. I. (2003). *As crenças, o discurso e a acção: As construções de crianças expostas à violência interpaparental*. Dissertação de Doutoramento não publicada. Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.

Sani, A. I. (2004a). Abordagens teóricas da violência interpaparental: Compreensão do ajustamento da criança ao conflito dos pais. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 153-177.

Sani, A. I. (2004b). O discurso de crianças expostas à violência interpaparental: Estudo qualitativo. *Psychologica*, 36, 109-130.

Sani, A. I. (2006a). As variáveis mediadoras do impacto na criança da exposição à violência interpaparental. *Psicologia: Teoria, investigação e prática*, 11(2), 111-133.

- Sani, A. I. (2006b). Vitimação indirecta de crianças em contexto familiar. *Análise Social*, (180), 849-864.
- Sani, A. I. (2007). As crenças das crianças sobre a violência e as percepções sobre os conflitos interpaparentais. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa*, 4, 198-208.
- Sani, A. I. (2008a). Crianças expostas à violência interpaparental. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Eds.), *Violência e vítimas de crimes, Volume 2: Crianças* (pp. 95-127). Coimbra: Quarteto.
- Sani, A. I. (2008b). Mulher e mãe no contexto de violência doméstica. *Ex aequo*, 18, 123-133.
- Sani, A. I. (2011). *Crianças vítimas de violência: Representações e impacto do fenómeno*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sani, A. I., & Almeida, T. (2011). Violência interpaparental: A vitimação indirecta de crianças. In A. I. Sani (Ed.), *Temas de Vitimologia: Realidades emergentes na vitimação e respostas sociais* (pp. 11-32). Coimbra: Editora Almedina.
- Sani, A., & Caprichoso, D. (2013). Crianças em situação de risco por exposição à violência doméstica. In M. Calheiros & M. Garrido (Eds.), *Crianças em risco e perigo: Contextos, investigação e intervenção, Volume 3* (pp.191-207). Lisboa: Edições Sílabo.
- Santos, L. F. O. (2009). *Tornar-se homem: Dramaturgias em torno das apresentações de si, das emoções e dos afectos em palcos offline e online*. Dissertação de Doutoramento não publicada. Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Saraceno, C. (1992). *Sociologia da família*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Saraga, E. (1996). Dangerous places: The family as a site of crime. In J. Muncie & E. McLaughlin (Eds.), *The problem of crime* (pp. 183-226). London: Sage Publications.

- Serrano, G. P. (1994). *Investigación cualitativa. Retos e interrogantes – II. Técnicas y análisis de datos*. Madrid: Editorial La Muralla.
- Shelton, K. H., & Harold, G. T. (2007). Marital conflict and children's adjustment: The mediating and moderating role of children's coping strategies. *Social Development, 16*(3), 497-512.
- Shelton, K. H., & Harold, G. T. (2008). Pathways between interparental conflict and adolescent psychological adjustment: Bridging links through children's cognitive appraisals and coping strategies. *Journal of Early Adolescence, 28*(4), 555-582.
- Shelton, K. H., Harold, G. T., Goeke-Morey, M. C., & Cummings, E. M. (2006). Children's coping with marital conflict: The role of conflict expression and gender. *Social Development, 15*(2), 232-247.
- Shen, A. C-T. (2009). Long-term effects of interparental violence and child physical maltreatment experiences on PTSD and behavior problems: A national survey of Taiwanese college students. *Child Abuse & Neglect, 33*, 148-160.
- Silvern, L., Karyl, J., Waelde, L., Hodges, W. F., Starek, J., Heidt, E., & Min, K. (1995). Retrospective reports of parental partner abuse: Relationships to depression, trauma symptoms and self-esteem among college students. *Journal of Family Violence, 10*(2), 177-202.
- Soares, I. (2000). Psicopatologia do desenvolvimento e contexto familiar: Teoria e investigação das relações de vinculação. Em I. Soares (Org.), *Psicopatologia do desenvolvimento: Trajetórias (in)adaptativas ao longo da vida* (pp. 381-434). Coimbra: Quarteto.
- Sousa, L. (2005). *Famílias multiproblemáticas*. Coimbra: Quarteto.
- Spaccarelli, S., Sandler, I. N. & Roosa, M. (1994). History of spouse violence against mother: correlated risks and unique effects in child mental health. *Journal of Family Violence, 9*(1), 79-98.

- Sternberg, K. J., Lamb, M. E., Guterman, E., & Abbott, C. B. (2006). Effects of early and later family violence on children's behavior problems and depression: A longitudinal, multi-informant perspective. *Child Abuse & Neglect*, *30*, 283-306.
- Strauss, A., & Corbin, J. (1998). *Basics of qualitative research: Techniques and procedures for developing Grounded Theory* (2^a ed.). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Straus, M. A. (1973). A general systems theory approach to a theory of violence between family members. *Social Science Information*, *12*(3), 105-125.
- Sturge-Apple, M. L., Davies, P. T., Cicchetti, D., & Manning, L. G. (2010). Mother's parenting practices as explanatory mechanisms in associations between interparental violence and child adjustment. *Partner Abuse*, *1*(1), 45-60.
- Summers, A. (2006). *Children's exposure to domestic violence: A guide to research and resources*. Reno: National Council of Juvenile and Family Court Judges.
- Tolan, P., Gorman-Smith, D., & Henry, D. (2006). Family violence. *Annual Review of Psychology*, *57*, 557-583.
- Tschann, J. M., Flores, E., Marin, B. V., Pasch, L. A., Baisch, E. M., & Wibbelsman, C. J. (2002). Interparental conflict and risk behaviors among Mexican American adolescents: A cognitive-emotional model. *Journal of Abnormal Child Psychology*, *30*(4), 373-385.
- UNICEF (2006). *Behind close doors: The impact of domestic violence on children*. Retirado de <http://www.unicef.org/protection/files/BehindClosedDoors.pdf>
- Vairami, M., & Vorria, P. (2007). Interparental conflict and (pre)adolescents' peer relationships. *Hellenic Journal of Psychology*, *4*, 257-280.
- Wolfe, D. A., Crooks, C. V., Lee, V., McIntyre-Smith, A., & Jaffe, P. G. (2003). The effects of children's exposure to domestic violence: A meta-analysis and critique. *Clinical Child and Family Psychology Review*, *6*(3), 171-187.

Ybarra, G. J., Wilkens, S. L., & Lieberman, A. F. (2007). The influence of domestic violence on preschooler behavior and functioning. *Journal of Family Violence*, 22, 33-42.

Zanoti-Jeronymo, D. V., Zaleski, M., Pinsky, I., Caetano, R., Figlie, N. B., & Laranjeira, R. (2009). Prevalência de abuso físico na infância e exposição à violência parental em uma amostra brasileira. *Cadernos de Saúde Pública*, 25(11), 2467-2479.

Zerk, D. M., Mertin, P. G., & Proeve, M. (2009). Domestic violence and maternal reports of young children's functioning. *Journal of Family Violence*, 24, 423-432.

ANEXOS

ANEXO A

Informação sociodemográfica

(Crianças)

Informação Sócio Demográfica das Crianças

Crianças da amostra	E1	E2	E3	E4	E5	E6
Idade	10	8	10	9	7	6
Gênero	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Masculino	Masculino
Escolaridade	6° ano	4° ano	6° ano	5° ano	3° ano	2° ano
Ofensor	pai	pai	pai	pai	padrasto	Pai
Problemáticas do ofensor	Alcoolismo e toxicodependência	Alcoolismo	-----	-----	-----	-----

ANEXO B

Guião de Entrevista

Guião de Entrevista
Crianças Expostas à Violência Interparental e Respetivas Mães
(Soares & Sani, 2010)

1ª PARTE – Entrevista às crianças

Grupo I – Discurso livre da criança acerca dos acontecimentos

Vou pedir-te para leres uma pequena história. Pode ser?

(Se a resposta for não, avançar para a próxima etapa).

"Era uma vez uma flor amarela que correu para trás do arco-íris e escondeu-se para sempre porque havia uma coisa má que lhe metia todo o medo do mundo..." (Strecht, 1997, p. 190).

Agora gostava que me contasses:

- *Como é que te sentiste ao ler a história?*
- *O que é que ela te fez pensar?*
- *Com que aspetos te identificaste? Porquê? De que forma?*
- *Queres dizer mais alguma coisa sobre a história que não tenhamos falado antes?*

Grupo II – Perceção de si mesmo(a)

Agora gostava que me falasses um pouco de ti e dos acontecimentos que presenciaste.

- *Como te descreves ou como é que te vês?*
- *Alguma vez sentiste que eras diferente dos outros? De que forma? Por que motivo?*
- *Se pudesses mudar algo em ti, o que mudavas?*

Grupo III – Perceção do significado de violência

Hoje em dia ouve-se falar muito de violência...

- *O que é para ti a violência?*
- *O que pensas de pessoas que batem noutras?*
- *Porque achas que isso acontece?*

Parece que nem sempre as coisas correram bem na tua família e houve já algumas situações difíceis em tua casa...

- Do que é que te lembras de quando os teus pais discutiam?
- Nessas situações como reagias ou te comportavas? Como farias agora?
- Em que pensavas quando aconteciam essas situações? Agora o que te preocupa?
- Como te sentias quando havia discussões? Como é que te sentes agora?
- O que fazias para lidar com a situação? Quem são as pessoas que te ajudam?
- Que mudanças ocorreram contigo depois do que aconteceu?
- O que achas do que aconteceu? Como lidas agora com as situações de violência?
- Se pudesses mudar alguma coisa do que aconteceu, o que mudavas?

Grupo IV – Perceção da mãe e das práticas educativas maternas

Tu e a tua mãe viveram momentos difíceis...

- Como descreves a tua mãe ou como é que a vês?
- Como é que achas que ela se sente?
- De que forma achas que o que aconteceu afetou a maneira da tua mãe cuidar de ti?
- Achas que ela consegue responder ao que tu precisas? Como é que ela faz isso?
- Como é que achas que a tua mãe seria se não tivesse vivido episódios de violência?

Grupo V – Encerramento da entrevista

- Gostarias de acrescentar alguma coisa sobre este assunto que não tenha sido abordado e que te parece importante?
- Queres deixar uma mensagem para outros meninos, que tal como tu também viveram situações de violência?

Gostaria de te agradecer por teres confiado em mim. Sei o quanto é difícil para ti falar sobre tudo o que aconteceu. Gostaria também que soubesses que acredito em tudo o que me contaste. A partir de agora podes contar comigo.

Grupo I – Percepção de si mesmo(a)

- Como é que acha que a sua criança se descreve ou como é que acha que ela se vê?
- Acha que alguma vez a sua criança sentiu que era diferente dos outros? De que forma? Por que motivo?
- O que acha que a sua criança mudava nela se pudesse mudar algo?

Grupo II – Percepção do significado de violência

- O que é a violência para a sua criança?
- O que acha que a sua criança pensa de pessoas que batem noutras?
- Porque é que a sua criança acha que isso acontece?
- Do que é que acha que a sua criança se lembra de quando discutiam?
- Nessas situações como é que a sua criança reagia ou se comportava? Como é que acha que a sua criança faria agora?
- O que acha que a sua criança pensava quando havia discussões? Agora o que a preocupa?
- Como é que acha que a sua criança se sentia quando havia discussões? Como é que a sua criança se sente agora?
- O que acha que a sua criança fazia para lidar com a situação? Que pessoas ela reconhece que a ajudam?
- Que mudanças acha que ocorreram com a sua criança depois do que aconteceu?
- O que é que a sua criança acha do que aconteceu? Como acha que a sua criança lida agora com as situações de violência?
- Se a sua criança pudesse mudar alguma coisa do que aconteceu, o que mudava?

Grupo III – Percepção da mãe e das práticas educativas maternas

- Como é que a sua criança a descreve ou como é que ela a vê?
- Como é que ela acha que você se sente?
- De que forma o que aconteceu afetou o modo de cuidar da sua criança?
- Acha que consegue responder ao que a sua criança precisa? Como é que faz isso?
- Que tipo de mãe seria se não tivesse vivido episódios de violência?

Grupo IV – Encerramento da entrevista

- Gostaria de acrescentar alguma coisa sobre este assunto que não tenha sido abordado e que lhe pareça importante?

ANEXO C

Formalização do Pedido de Autorização

Exma. Senhora Gestora do Gabinete de Apoio à Vítima do Porto,
Dr.^a Ana Castro Sousa

Liliana Isabel Moreira da Silva Soares
Rua dos Mártires, 770
Monte Largo-Azurém
4800-054 Guimarães
liliana_soares@hotmail.com

Porto, 24 de Março de 2010

Exma. Senhora:

Eu, Liliana Isabel Moreira da Silva Soares, discente do 2º ano de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, da Universidade Fernando Pessoa, encontro-me na fase de elaboração da dissertação do curso supramencionado, sob orientação da Professora Doutora Ana Isabel Sani. Com a presente investigação pretendo estudar o fenómeno da violência conjugal, através da percepção das crianças, e respectivas mães, expostas a este tipo de violência.

Neste sentido, venho por este meio solicitar a autorização para entrevistar crianças que se encontram em acompanhamento psicológico na vossa instituição e, respectivas, mães.

A recolha dos dados compreende uma entrevista semi-estruturada às crianças e mães vítimas de Violência Conjugal. A informação recolhida fica naturalmente protegida em termos de anonimato e confidencialidade, não sendo nunca revelado quaisquer dados que possibilitem a identificação das crianças e das, respectivas, mães. Deste modo, toda a informação que permita qualquer identificação dos participantes será codificada.

Sem mais de momento, agradeço antecipadamente a atenção dispensada.

Com os melhores cumprimentos,

A estagiária:

A orientadora:

Liliana Isabel Moreira da Silva Soares

Professora Doutora Ana Sani

ANEXO D

Declaração de Consentimento

(Crianças e Mães)

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO – CRIANÇAS

Eu, _____, na qualidade de progenitora do(a) menor _____, declaro que autorizo a sua participação, enquanto entrevistado(a), na investigação de Liliana Isabel Moreira da Silva Soares, no âmbito da dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, da Universidade Fernando Pessoa, sob orientação da Professora Doutora Ana Isabel Sani, que pretende estudar a percepção das crianças expostas à violência conjugal, e respectivas mães, através de uma entrevista semi-estruturada que se destina a abordar questões deste tipo de violência.

Asseguro, ainda, que fui informada, de forma clara e objectiva, sobre todos os objectivos e procedimentos pertinentes do mesmo estudo, do seu carácter anónimo e sigiloso, assim como da possibilidade de desistência em qualquer momento da entrevista.

Mais declaro autorizar a gravação da entrevista para futura análise do seu conteúdo, a qual será integralmente desgravada após a sua transcrição.

Porto, _____ de _____ de _____

Assinatura da progenitora:

Assinatura da investigadora:

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO – MÃES

Eu, _____, declaro que aceito participar de livre vontade, enquanto entrevistada, na investigação de Liliana Isabel Moreira da Silva Soares, no âmbito da dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, da Universidade Fernando Pessoa, sob orientação da Professora Doutora Ana Isabel Sani, que pretende estudar a percepção das crianças expostas à violência conjugal, e respectivas mães, através de uma entrevista semi-estruturada que se destina a abordar questões deste tipo de violência.

Asseguro, ainda, que fui informada, de forma clara e objectiva, sobre todos os objectivos e procedimentos pertinentes do mesmo estudo, do seu carácter anónimo e sigiloso, assim como da possibilidade de desistência em qualquer momento da entrevista.

Mais declaro autorizar a gravação da entrevista para futura análise do seu conteúdo, a qual será integralmente desgravada após a sua transcrição.

Porto, _____ de _____ de _____

Assinatura da participante:

Assinatura da investigadora:

ANEXO E

Grelha de Codificação

(Crianças e mães)

GRELHA DE CODIFICAÇÃO - CRIANÇAS

Discurso livre da criança acerca dos acontecimentos

Categorias	Subcategorias	Descrição
Projeção da criança	Temas emergentes	Temas que emergem a partir da história (e.g., conflito interparental).
	Reações imediatas à história	Refere-se às respostas da criança face à história (e.g., emocionais, cognitivas).

Perceção de si mesmo(a)

Categorias	Subcategorias	Descrição
Autoperceção	Perceção dos seus atributos	Caracterização que a criança faz de si mesma, a partir de um conjunto de atributos que utiliza para se caracterizar.

Percepção do significado de violência

Categorias	Subcategorias	Descrição
Significados construídos em torno da violência	Formas de violência	Referência às diferentes formas de violência (e.g., física, psicológica).
	Posição pessoal face à violência e às pessoas que agredem	Descrição de posições pessoais relativamente à violência, ilustrando com reações e posições pessoais face às pessoas que agredem.
	Motivos para a ocorrência de violência	Motivos relacionados com a ocorrência de violência.
	Alternativas à violência	Formas de gestão de situações de <i>stress</i> ou conflito, como alternativas à violência.
Episódios de violência interparental	Contexto	Contexto onde ocorrem os episódios de violência descritos pela criança (e.g., privado, público).
	Alvo da violência	Identificação do alvo principal das agressões (e.g., mãe, criança, outros).
	Tipo de exposição	Tipo de exposição da criança à violência interparental (e.g., ver, ouvir, observar as consequências imediatas, ter conhecimento dos episódios de violência).
	Formas de violência exposta	Formas de violência a que a criança estava exposta (e.g., psicológica, física).
	Frequência	Frequência dos episódios de violência interparental (e.g., padrão de violência continuado, esporádico, único).

Impacto da violência interparental	Reações imediatas	Reações que a criança manifesta perante a situação de violência interparental (e.g., emocionais, comportamentais, cognitivas).
	Reações face à situação atual	Reações que a criança manifesta perante a sua situação atual (e.g., emocionais, comportamentais, cognitivas).
	Estratégias de <i>coping</i>	Identificação das respostas de confronto usadas pela criança para lidar com as situações de violência interparental (e.g., focadas no problema, focadas nas emoções).
	Consequências	Reconhecimento das consequências da exposição à violência interparental (e.g., emocionais, cognitivas, sociais, escolares).
Perceções construídas em torno da exposição à violência interparental	Atribuições em torno da violência interparental	Perceção da criança quanto aos motivos da violência entre os pais (e.g., responsabilidade, causalidade).
	Suporte percebido	Identificação dos elementos percebidos pela criança como constituindo a sua rede de suporte (e.g., família, amigos, técnicos).
Integração da experiência de exposição à violência interparental	Mudanças desejadas	Reúne as alterações pretendidas e/ou idealmente fixadas pela criança relacionadas com o problema.
	<i>Empowerment</i>	Reúne aspetos específicos que permitem reconhecer as competências para um desenvolvimento ajustado da criança (e.g., mensagens sugeridas a outras crianças que também testemunharam episódios de violência interparental).

Percepção da mãe e das práticas educativas maternas

Categorias	Subcategorias	Descrição
Relação com a mãe	Percepção da figura materna	Caracterização que a criança faz da mãe, a partir de um conjunto de atributos que utiliza para a caracterizar.
	Percepção das consequências da experiência de vitimação manifestadas pela progenitora	Percepção da criança quanto às consequências da situação de vitimação manifestadas pela progenitora.
	Percepção do impacto da violência nos cuidados maternos	Percepção da criança quanto ao efeito dos episódios de violência nos cuidados maternos.
	Idealização da figura materna sem a experiência de violência	Caracterização que a criança faz da mãe se não tivesse vivido episódios de violência.

GRELHA DE CODIFICAÇÃO - MÃES

Percepção de si mesmo(a)

Categorias	Subcategorias	Descrição
Autopercepção	Percepção dos seus atributos	Caracterização que a criança faz de si mesma, com base no ponto de vista da respetiva progenitora.

Percepção do significado de violência

Categorias	Subcategorias	Descrição
Significados construídos em torno da violência	Formas de violência	Referência às diferentes formas de violência (e.g., física, psicológica).
	Posição pessoal face à violência e às pessoas que agridem	Descrição de posições pessoais relativamente à violência, ilustrando com reações e posições pessoais face às pessoas que agridem.
	Motivos para a ocorrência de violência	Motivos relacionados com a ocorrência de violência.
	Alternativas à violência	Formas de gestão de situações de <i>stress</i> ou conflito, como alternativas à violência.
Episódios de violência	Contexto	Contexto onde ocorrem os episódios de violência descritos pela criança (e.g.,

interparental		privado, público).
	Alvo da violência	Identificação do alvo principal das agressões (e.g., mãe, criança, outros).
	Tipo de exposição	Tipo de exposição da criança à violência interparental (e.g., ver, ouvir, observar as consequências imediatas, ter conhecimento dos episódios de violência).
	Formas de violência exposta	Formas de violência a que a criança estava exposta (e.g., psicológica, física).
	Frequência	Frequência dos episódios de violência interparental (e.g., padrão de violência continuado, esporádico, único).
Impacto da violência interparental	Reações imediatas	Reações que a criança manifesta perante a situação de violência interparental (e.g., emocionais, comportamentais, cognitivas).
	Reações face à situação atual	Reações que a criança manifesta perante a sua situação atual (e.g., emocionais, comportamentais, cognitivas).
	Estratégias de <i>coping</i>	Identificação das respostas de confronto usadas pela criança para lidar com as situações de violência interparental (e.g., focadas no problema, focadas nas emoções).
	Consequências	Reconhecimento das consequências da exposição à violência interparental (e.g., emocionais, cognitivas, sociais, escolares).
Perceções construídas em torno da exposição à violência	Atribuições em torno da violência interparental	Perceção da criança quanto aos motivos da violência entre os pais (e.g., responsabilidade, causalidade).
	Suporte percebido	Identificação dos elementos percecionados pela criança como constituindo a

interparental		sua rede de suporte (e.g., família, amigos, técnicos).
Integração da experiência de exposição à violência interparental	Mudanças desejadas	Reúne as alterações pretendidas e/ou idealmente fixadas pela criança relacionadas com o problema.

Percepção da mãe e das práticas educativas maternas

Categorias	Subcategorias	Descrição
Relação com a mãe	Percepção da figura materna	Caracterização que a criança faz da mãe, com base no ponto de vista da respectiva progenitora.
	Percepção das consequências da experiência de vitimação manifestadas pela progenitora	Percepção da criança quanto às consequências da situação de vitimação manifestadas pela progenitora.
	Percepção do impacto da violência nos cuidados maternos	Percepção da criança quanto ao efeito dos episódios de violência nos cuidados maternos.
	Idealização da figura materna sem a experiência de violência	Caracterização que a criança faz da mãe se não tivesse vivido episódios de violência.